

Azul S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2019

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

1. Contexto operacional

A Azul S.A. ("Azul") é uma sociedade anônima com sede na Avenida Marcos Penteado de Uilhôa Rodrigues, 939 na cidade de Barueri, estado de São Paulo, Brasil. A Azul foi constituída em 3 de janeiro de 2008, tendo como objeto social, primordialmente, a participação direta no capital de empresas dedicadas à atividade de transporte de passageiros e de carga. A Azul e suas controladas são, em conjunto, chamadas de "Companhia".

Azul Linhas Aéreas Brasileiras S.A. ("ALAB"), uma subsidiária a qual a Companhia detém 100% do capital, foi constituída em 3 de janeiro de 2008, e tem como principal objeto a operação de transporte de passageiros e de carga aérea no Brasil desde o início de suas operações em 15 de dezembro de 2008. Canela Investments LLC ("Canela"), uma subsidiária com sede no estado de Delaware, Estados Unidos da América, a qual a Companhia detém 100% do capital, foi constituída em 28 de fevereiro de 2008 e tem o propósito específico de adquirir aeronaves no exterior para arrendamento à ALAB.

As demonstrações financeiras consolidadas são compostas pelas demonstrações financeiras individuais apresentadas a seguir:

Controladas/coligadas	Atividade principal	País	% Participação	
			31 de dezembro de	
			2019	2018
Azul Linhas Aéreas Brasileiras S.A. (ALAB)	Operações aéreas	Brasil	100,0%	100,0%
Azul Finance LLC (a)	Financiamento de aeronaves	Estados Unidos	100,0%	100,0%
Azul Finance 2 LLC (a)	Financiamento de aeronaves	Estados Unidos	100,0%	100,0%
Blue Sabiá LLC (a)	Financiamento de aeronaves	Estados Unidos	100,0%	100,0%
ATS Viagens e Turismo Ltda. (a)	Serviço de turismo	Brasil	99,9%	99,9%
Azul SOL LLC (a)	Financiamento de aeronaves	Estados Unidos	100,0%	100,0%
Azul Investments LLP (a)	Captação de recursos	Estados Unidos	100,0%	100,0%
Fundo Garoupa (b)	Fundo de investimento exclusivo	Brasil	100,0%	100,0%
Fundo Safira (a)	Fundo de investimento exclusivo	Brasil	100,0%	100,0%
Canela Investments LLC (Canela) (a) (c)	Financiamento de aeronaves	Estados Unidos	100,0%	100,0%
Canela 336 LLC (d) (h)	Financiamento de aeronaves	Estados Unidos	-	100,0%
Canela 407 LLC (d)	Financiamento de aeronaves	Estados Unidos	100,0%	100,0%
Canela 429 LLC (d)	Financiamento de aeronaves	Estados Unidos	100,0%	100,0%
Canela Turbo Three LLC (d)	Financiamento de aeronaves	Estados Unidos	100,0%	100,0%
Daraland S.A. (a)	Holding	Uruguai	100,0%	100,0%
Encenta S.A. (Azul Uruguai) (e)	Operações aéreas	Uruguai	100,0%	100,0%
TudoAzul S.A.	Programa de fidelidade	Brasil	100,0%	100,0%
Cruzeiro Participações S.A(a) (f)	Participação em outras sociedades	Brasil	99,9%	99,9%
Global AzulAirProjects, SGPS, S.A. (Global) (g)	Participação em outras sociedades	China	45,45%	-

(a) Investimento realizado indiretamente através da ALAB.

(b) Investimento realizado 4% diretamente e 96% indiretamente através da ALAB.

(c) Investimento transferido da Azul para a ALAB em 1 de dezembro de 2017.

(d) Investimento da ALAB realizado indiretamente através da Canela.

(e) Investimento realizado indiretamente através de Daraland.

(f) Subsidiária constituída em 06 de fevereiro de 2018.

(g) As ações detidas pela HACAIL foram transferidas para a Global em 01 de julho de 2019.

(h) Subsidiária encerrada em 15 de agosto de 2019.

Azul S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2019

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Em 31 de dezembro de 2019, a Companhia apresenta patrimônio líquido negativo atribuído aos acionistas de R\$3.519.174 (31 de dezembro de 2018 – R\$1.150.038 - reapresentado) e de capital circulante líquido negativo de R\$2.723.289 (31 de dezembro de 2018 – R\$1.519.560 - reapresentado). As alterações nessas posições são decorrentes principalmente da:

- i) Adoção de maneira retrospectiva completa do CPC 06 (R2) – Operações de Arrendamento, equivalente ao IFRS 16 – Leases, com um impacto de R\$4.313.738 em 31 de dezembro de 2018 no patrimônio líquido.
- ii) Redução ao valor recuperável de 53 aeronaves Embraer E195 e ativos associados, em decorrência da aceleração de transformação de frota da Companhia, com um impacto negativo de R\$2.873.157 no resultado em 2019.

A Administração avalia de forma constante a rentabilidade de suas operações e sua posição patrimonial, atuando de forma sólida e tempestiva para garantir a perpetuidade de suas operações e com isso conclui, que a Companhia reúne condições para a continuidade de suas operações e cumprimento de suas obrigações, de acordo com seus vencimentos.

A avaliação da Administração considera o plano de negócios da Companhia que inclui futuras ações planejadas pela Administração, assim como outras premissas relevantes macroeconômicas e do setor de aviação, como por exemplo a estimativa de preços de combustível de aviação e a estimativa de taxa de câmbio do dólar norte-americano. Entre os fatores está o plano de transformação, aceleração e crescimento da frota, com a substituição de aeronaves de antiga geração por equipamentos maiores de nova geração, e mais eficientes em termos de consumo de combustível. A Companhia acredita que a aceleração da transformação de sua frota irá gerar um fluxo de caixa operacional incremental entre 2020 e 2027, conforme fato relevante divulgado ao mercado em 28 de janeiro de 2020.

De acordo com a avaliação da Administração, os ativos circulantes consolidados e a previsão orçamentária de fluxos de caixa a serem gerados pela operação serão suficientes para atender as necessidades da Companhia de capital de giro e investimentos, no futuro próximo. Com base nessa avaliação, a Administração concluiu que não existem incertezas materiais relacionadas à habilidade da Companhia continuar operando. Portanto, as demonstrações financeiras foram preparadas baseadas nessa premissa.

Azul S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2019

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Aceleração da transformação da frota

Em 2019, a Administração aprovou o plano de substituição do Embraer E195, incluindo o subarrendamento de 53 aeronaves E195, seguindo a estratégia da Azul de acelerar a substituição de toda a frota doméstica de jatos E195 por aeronaves E2 maiores e de próxima geração, com menor consumo de combustível devido à nova tecnologia do motor. Essa alteração no uso pretendido da aeronave desencadeou uma revisão de *impairment*.

Um ativo não financeiro é sujeito a *impairment* se seu valor contábil exceder seu valor recuperável.

De acordo com o IFRS 16, a Azul capitaliza o direito de uso das aeronaves anteriormente mantidas sob arrendamentos operacionais e deprecia o ativo de forma linear ao longo da vida do contrato de arrendamento subjacente ou da vida útil econômica do componente, dos dois o menor.

A Azul aplicou a abordagem de transição retrospectiva completa em 1º de janeiro de 2019, segundo a qual as informações comparativas de períodos anteriores foram reapresentadas. Na transição, a Azul reconheceu um ativo de direito de uso que representa seu direito de usar o ativo subjacente e um passivo de arrendamento correspondente que foram mensurados inicialmente pelo valor presente dos pagamentos futuros de arrendamento reconhecidos à taxa de câmbio e à taxa de desconto históricas. O passivo de arrendamento mercantil é atualizado a cada fechamento contábil para refletir a taxa de câmbio atual, enquanto o valor contábil do direito de uso permanece em taxas históricas, de acordo com a IAS 21 - Os efeitos das mudanças nas taxas de câmbio.

O valor recuperável é o valor mais alto entre valor em uso e o valor justo menos as despesas de venda. O valor em uso das aeronaves E195, peças e equipamentos relacionados afetados pelo plano de aceleração foi determinado usando projeções de fluxo de caixa do plano de substituição do E195 aprovado pela diretoria, cobrindo um período de sete anos. As principais premissas utilizadas na análise incluíram:

- Receita de contratos de sublocação
- Custos de entrega e manutenção
- Valor residual para aeronaves próprias e sob arrendamento financeiro no final dos contratos de sublocação
- Taxa de câmbio R\$4,0041/US\$1
- Taxa de desconto antes de impostos de 10,6%

Azul S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2019

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

O valor justo menos custo de venda da frota E195 foi determinado com base em avaliações de terceiros e considerando circunstâncias específicas da frota, como idade da aeronave, requisitos e condições de manutenção, sendo assim classificado como nível 3 na hierarquia do valor justo.

Como resultado da análise de *impairment*, a Companhia registrou um *impairment* dos ativos não circulante e ativos de direito de uso de R\$2.032.207 em 2019 na rubrica “Depreciação, amortização e *impairment*”. Adicionalmente, de acordo com o IAS 36, um *impairment* não é totalmente alocado se os ativos não tiverem valor contábil suficiente para absorver a carga na sua totalidade. Consequentemente, para essa porção não absorvida uma provisão adicional de contrato oneroso no valor de R\$797.591 foi reconhecida na rubrica “Outras despesas” na demonstração do resultado com contrapartida na rubrica “Provisões” no balanço patrimonial.

Adicionalmente, outros ativos e passivos foram ajustados para refletir o impacto do plano de transformação acelerada da frota, incluindo: i) R\$91.826 baixa de pré-pagamentos e reservas de manutenção que não se espera serem recuperáveis; ii) provisão de R\$27.999 para peças de estoque; iii) reversão de R\$76.466 de ganhos acumulados de *sale and leaseback*, uma vez que o valor contábil das aeronaves foi reduzido ao seu valor recuperável.

O impacto total do *impairment* considerando as provisões e baixas contábeis relacionadas foi de R\$54.211 por aeronave.

Aquisição TwoFlex

Em fevereiro de 2020, a Azul Linhas Aéreas Brasileiras, subsidiária da Azul S.A., anunciou a assinatura do contrato de compra para adquirir a empresa aérea regional Two Taxi Aéreo (“TwoFlex”) por R\$123 milhões.

A TwoFlex oferece serviço regular de passageiros e cargas para 39 destinos no Brasil, dos quais apenas sete estão sendo atendidos pela Azul. A empresa também conta com 14 horários diários de partidas e chegadas na pista auxiliar de Congonhas, o principal terminal doméstico do país. Sua frota é composta por 17 aeronaves Cessna Caravan próprias e um turboélice regional monomotor com capacidade para nove passageiros.

A transação permanece sujeita a aprovações regulatórias.

2. Apresentação das demonstrações financeiras

As demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Companhia para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2019, 2018 e 2017 foram aprovadas para emissão pelos membros da diretoria, em 09 de março de 2020.

Azul S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2019

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Essas demonstrações financeiras foram preparadas sob a responsabilidade de nossa Administração, de acordo com as Normas Internacionais de Relatório Financeiro ("IFRS") emitidas pelo International Accounting Standards Board - IASB e as práticas contábeis adotadas no Brasil. As práticas contábeis adotadas no Brasil compreendem aquelas incluídas na legislação societária brasileira e nos Pronunciamentos, Orientações e Interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC e aprovados pela Comissão de Valores Mobiliários (CVM).

As demonstrações financeiras foram preparadas em Reais (R\$), que é a moeda funcional adotada pela Companhia.

As demonstrações financeiras consolidadas fornecem informação financeira comparativa em relação aos períodos anteriores. Adicionalmente, a Companhia apresenta balanço patrimonial adicional no início do período anterior, quando há uma aplicação retrospectiva de uma política contábil, uma reapresentação retrospectiva ou uma reclassificação nas demonstrações financeiras.

Nas demonstrações financeiras individuais, as informações financeiras das controladas são reconhecidas pelo método de equivalência patrimonial.

As demonstrações financeiras foram elaboradas com base no custo histórico, exceto por determinados instrumentos financeiros mensurados pelos seus valores justos.

A Companhia adotou todos os pronunciamentos e interpretações emitidos IASB, IFRS *Interpretations Committee* e CPC que estavam em vigor em 31 de dezembro de 2019.

3. Políticas contábeis

3.1. Base para consolidação

As demonstrações financeiras consolidadas incluem as demonstrações financeiras da Azul e de suas controladas em 31 de dezembro de 2019. O controle é obtido quando a Azul está exposta aos riscos ou, detêm os direitos sobre a investida. Especificamente, a Azul controla uma investida, se:

- Tem poder sobre a investida, isto é, possui direitos que lhe dão a capacidade atual de controlar as atividades relevantes da investida;
- Está exposta, ou possui os direitos a retornos variáveis de seu envolvimento com a investida, e;
- Possui capacidade de usar o seu poder sobre a investida para afetar os seus negócios.

Azul S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2019

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

A Companhia reavalia se controla ou não uma investida quando fatos e circunstâncias indicam que há mudanças em um ou mais dos três elementos de controle. A consolidação de uma subsidiária começa quando os ativos, passivos, receitas e despesas de uma subsidiária adquirida durante o exercício estão incluídos na demonstração do resultado a partir da data em que a Companhia ganha controle e cessa na data em que a Companhia perde o controle da subsidiária.

Quando necessário, são efetuados ajustes às demonstrações financeiras das subsidiárias para adequar as suas políticas contábeis, em conformidade com as políticas contábeis da Companhia. Todos os ativos e passivos de partes relacionadas, patrimônio, receitas, despesas e fluxos de caixa referentes a transações entre as partes relacionadas são eliminados integralmente no processo de consolidação.

3.2. Caixa e equivalentes de caixa

Os caixas e equivalentes de caixa são mantidos com a finalidade de atender a compromissos de caixa de curto prazo, e não para investimentos ou outros fins. A Companhia considera equivalentes de caixa uma aplicação financeira de conversibilidade imediata em um montante conhecido de caixa, estando sujeita a um insignificante risco de mudança de valor. A Companhia inclui instrumentos financeiros com vencimentos inferiores a três meses, como equivalentes de caixa.

3.3. Instrumentos financeiros

Um instrumento financeiro é um contrato que dá origem a um ativo financeiro de uma entidade e a um passivo financeiro ou instrumento patrimonial de outra entidade.

3.3.1. Ativos financeiros não derivativos — reconhecimento inicial e mensuração subsequente

Reconhecimento inicial

Ativos financeiros não derivativos, exceto contas a receber, são mensurados no reconhecimento inicial pelo seu valor justo, acrescido (no caso de ativo que não seja mensurado pelo valor justo por meio do resultado) dos custos da transação que sejam diretamente atribuíveis a sua aquisição.

Contas a receber que não contêm um componente significativo de financiamento são mensurados no reconhecimento inicial pelo preço da transação.

Classificação de instrumentos financeiros

De acordo com o CPC 48 (IFRS 9), a classificação inicial dos ativos financeiros baseia-se no modelo de negócio que a Companhia utiliza para gerenciar seus ativos financeiros e nas características contratuais dos fluxos de caixa dos mesmos.

Azul S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2019

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Os ativos financeiros poder ser mensurados em três categorias:

- (i) ao custo amortizado;
- (ii) ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes; e
- (iii) ao valor justo por meio do resultado

Para que um ativo financeiro seja classificado e mensurado pelo custo amortizado ou pelo valor justo por meio de outros resultados abrangentes, ele precisa gerar fluxos de caixa que sejam “exclusivamente pagamentos de principal e de juros” (também referido como teste de “SPPI”) sobre o valor do principal em aberto. Esta avaliação é executada em nível de instrumento.

O modelo de negócios da Companhia para administrar ativos financeiros se refere a como ele gerencia seus ativos financeiros para gerar fluxos de caixa. O modelo de negócios determina se os fluxos de caixa resultarão da cobrança de fluxos de caixa contratuais, da venda dos ativos financeiros ou de ambos.

As compras ou vendas de ativos financeiros que exigem a entrega de ativos dentro de um prazo estabelecido por regulamento ou convenção no mercado (negociações regulares) são reconhecidas na data da negociação, ou seja, a data em que a Companhia se compromete a comprar ou vender o ativo.

Avaliação do modelo de negócios

A avaliação do modelo de negócios requer a classificação do ativo em um dos modelos de negócios definidos pelo CPC 48 (IFRS 9). Os modelos de negócios refletem como a Companhia administra os ativos financeiros para gerar fluxos de caixa com base em cenários que a Companhia espera razoavelmente que ocorram. Para realizar a avaliação do modelo de negócios, a Companhia agrupou ativos financeiros em carteiras de ativos administrados em conjunto.

<u>Objetivo</u>	<u>Mensuração</u>
Receber os pagamentos contratuais ao longo da vida do instrumento	Ao custo amortizado
Receber fluxos de caixa contratual e vendê-los	Ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes
Manter para negociação ou mensurados ao valor justo	Ao valor justo por meio do resultado

Avaliação das características do fluxo de caixa contratual

A avaliação das características dos fluxos de caixa contratuais é exigida a fim de determinar se os fluxos de caixa contratuais consistem exclusivamente em “SPPI”- pagamentos de principal ou juros sobre o montante principal proeminente

Azul S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2019

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Quando os fluxos de caixa dos ativos consistem exclusivamente de SPPI - posteriormente será mensurado seguindo o resultado da avaliação do modelo de negócios. No entanto, quando os fluxos de caixa dos ativos não consistem apenas de SPPI, deverá ser mensurado pelo valor justo por meio do resultado, independente do modelo de negócios.

Mensuração subsequente dos ativos financeiros da Companhia

Os critérios de mensuração subsequente dos ativos financeiros são apresentados a seguir:

- Ao custo amortizado – Os ativos financeiros ao custo amortizado são subsequentemente mensurados usando o método de juros efetivos e estão sujeitos a redução ao valor recuperável. Ganhos e perdas são reconhecidos no resultado quando o ativo é baixado, modificado ou apresenta redução ao valor recuperável.

Os ativos financeiros a custo amortizado incluem: investimentos restritos, clientes e outras receitas que não sejam cartão de crédito, contas a receber de partes relacionadas, depósito em garantia e reserva de manutenção;

- Ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes – Para os instrumentos de dívida ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes, a receita de juros, a reavaliação cambial e as perdas ou reversões de redução ao valor recuperável são reconhecidas na demonstração do resultado e calculadas da mesma maneira que para os ativos financeiros mensurados pelo custo amortizado. As alterações restantes no valor justo são reconhecidas em outros resultados abrangentes. No momento do desreconhecimento, a mudança acumulada do valor justo reconhecida em outros resultados abrangentes é reclassificada para resultado.

Os ativos financeiros a valor justo por meio de outros resultados abrangentes incluem: recebíveis de cartão de crédito; e

- Ao valor justo por meio do resultado – Ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado compreendem ativos financeiros mantidos para negociação, ativos financeiros designados no reconhecimento inicial ao valor justo por meio do resultado ou ativos financeiros a ser obrigatoriamente mensurados ao valor justo. Ativos financeiros são classificados como mantidos para negociação se forem adquiridos com o objetivo de venda ou recompra no curto prazo. Derivativos, inclusive derivativos embutidos separados, também são classificados como mantidos para negociação, a menos que sejam designados como instrumentos de hedge eficazes. Ativos financeiros com fluxos de caixa que não sejam exclusivamente pagamentos do principal e juros são classificados e mensurados ao valor justo por meio do resultado, independentemente do modelo de negócios. Não obstante os critérios para os instrumentos de dívida ser classificados pelo custo amortizado ou pelo valor justo por meio de outros resultados abrangentes, conforme descrito acima, os instrumentos de dívida podem ser designados pelo valor justo por meio do resultado no reconhecimento inicial se isso eliminar, ou reduzir significativamente, um descasamento contábil.

Azul S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2019

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado são apresentados no balanço patrimonial pelo valor justo, com as variações líquidas do valor justo reconhecidas na demonstração do resultado.

Os ativos financeiros a valor justo por meio do resultado incluem: instrumentos financeiros, investimentos de curto prazo e os *Bonds* conversíveis da TAP classificados como aplicações financeiras no ativo não circulante.

3.3.2. Passivos financeiros não derivativos — reconhecimento inicial e mensuração subsequente

Reconhecimento inicial

Os passivos financeiros são classificados, no reconhecimento inicial, como passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado, passivos financeiros ao custo amortizado, ou como derivativos designados como instrumentos de hedge em um hedge efetivo, conforme apropriado.

Passivos financeiros não derivativos, são mensurados inicialmente pelo valor justo menos os custos de transação que sejam diretamente atribuíveis à aquisição ou emissão de um passivo financeiro.

Mensuração subsequente

A mensuração de passivos financeiros depende de sua classificação, conforme descrito abaixo:

Passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado

Passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado incluem passivos financeiros para negociação e passivos financeiros designados no reconhecimento inicial ao valor justo por meio do resultado.

Passivos financeiros são classificados como mantidos para negociação se forem incorridos para fins de recompra no curto prazo. Esta categoria também inclui instrumentos financeiros derivativos contratados pela Companhia que não são designados como instrumentos de hedge nas relações de hedge definidas pelo CPC 48. Derivativos embutidos separados também são classificados como mantidos para negociação a menos que sejam designados como instrumentos de hedge eficazes

Ganhos ou perdas em passivos para negociação são reconhecidos na demonstração do resultado.

Azul S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2019

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Os passivos financeiros designados no reconhecimento inicial ao valor justo por meio do resultado são designados na data inicial de reconhecimento, e somente se os critérios do CPC 48 forem atendidos. A Companhia não designou nenhum passivo financeiro ao valor justo por meio do resultado.

Passivos financeiros ao custo amortizado

Esta é a categoria mais relevante para a Companhia. Após o reconhecimento inicial, empréstimos e financiamentos contraídos e concedidos sujeitos a juros são mensurados subsequentemente pelo custo amortizado, utilizando o método da taxa de juros efetiva. Ganhos e perdas são reconhecidos no resultado quando os passivos são baixados, bem como pelo processo de amortização da taxa de juros efetiva.

O custo amortizado é calculado levando em consideração qualquer deságio ou ágio na aquisição e taxas ou custos que são parte integrante do método da taxa de juros efetiva. A amortização pelo método da taxa de juros efetiva é incluída como despesa financeira na demonstração do resultado.

Todos os passivos financeiros não derivativos da Companhia na data do balanço são mensurados pelo custo amortizado e consistem de empréstimos e financiamentos e contas a pagar, exceto aqueles designados como objeto de hedge (hedge de valor justo) (Nota 25).

3.3.3. Instrumentos financeiros e contabilidade de hedge – reconhecimento inicial e mensuração subsequente

Reconhecimento inicial e mensuração subsequente

A Companhia utiliza instrumentos financeiros relativos a contratos de opção de câmbio e NDFs para proteção de câmbio, swap de *heating oil* para proteção de risco de preço de combustível e Swaps de taxa de juros para proteção contra o risco de variação das taxas de juros. Os instrumentos financeiros que não fazem parte de uma relação de *hedge accounting* são inicialmente reconhecidos ao valor justo e remensurados a cada data de reporte pelo seu valor justo. A contabilização subsequente do valor justo de instrumentos designados para *hedge accounting* dependerá da natureza do item sendo protegido e o tipo de contabilidade de hedge designada. Instrumentos financeiros são apresentados como ativos financeiros quando o valor justo do instrumento for positivo, e como passivos financeiros quando o valor justo do instrumento for negativo.

Quaisquer ganhos ou perdas resultantes de mudanças no valor justo de instrumentos não designados para *hedge accounting* durante o exercício são lançados diretamente no resultado do período. A contabilização de instrumentos financeiros designados para *hedge accounting* é tratada no próximo tópico.

Azul S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2019

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Contabilidade de Hedge

As classificações a seguir são utilizadas para fins de contabilidade de hedge:

- Hedge de valor justo - hedge de exposição às alterações no valor justo de ativo ou passivo reconhecido ou de compromisso firme não reconhecido;
- Hedge de fluxo de caixa - hedge de exposição à variabilidade nos fluxos de caixa que seja atribuível a um risco particular associado a um ativo ou passivo reconhecido ou a uma transação prevista altamente provável e que possa afetar o resultado.

No início de uma relação de hedge, a Companhia formalmente designa e documenta a relação de hedge na qual pretende aplicar a contabilidade de hedge, bem como o objetivo da Companhia e estratégia de gestão de risco para o hedge. Essa documentação inclui: identificação do instrumento de hedge, identificação do item de hedge ou transação sendo coberta, a natureza do risco a ser coberto e dos riscos excluídos e análise da eficácia do hedge demonstrando que há relação econômica entre item protegido e instrumento de hedge, que o efeito do risco de crédito não influencia as alterações do valor justo decorrentes da relação de hedge e como é determinado o índice de hedge para avaliar a eficácia prospectivamente incluindo possíveis fontes de inefetividade, que pode ser tanto qualitativa (desde que os termos do item protegido sejam idênticos aos do instrumento de hedge – valor nominal, vencimentos, indexadores) como quantitativa.

Para hedge que atende os critérios de contabilidade de hedge são contabilizados como segue:

Hedge de valor justo

O ganho ou a perda resultante das mudanças do valor justo de um instrumento de *hedge* (para instrumento de *hedge* derivativo) ou do componente cambial da sua quantia escriturada deve ser reconhecido no resultado ou em outros resultados abrangentes, se o instrumento de hedge protege instrumento patrimonial para qual a Companhia escolheu apresentar alterações no valor justo em outros resultados abrangentes. O ganho ou a perda resultante do item protegido deve ajustar seu valor contábil (para item reconhecido no balanço) a ser reconhecido no resultado.

Se o item objeto de *hedge* for baixado, o valor justo não amortizado é reconhecido imediatamente na demonstração do resultado.

Azul S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2019

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Quando um compromisso firme não reconhecido é designado como um item objeto de *hedge* numa relação de *hedge*, a variação do valor justo do compromisso firme atribuível ao risco coberto é reconhecida como um ativo financeiro quando ela for positiva ou como um passivo financeiro quando ela for negativa, com o reconhecimento de um correspondente ganho ou perda na demonstração do resultado. O saldo acumulado no balanço patrimonial decorrente das variações sucessivas do valor justo do compromisso firme atribuível ao risco coberto será transferido para o saldo do item objeto de *hedge* no momento do reconhecimento inicial (reconhecimento do saldo das contas a pagar ou das contas a receber).

A Companhia possui swaps de taxa de juros para proteção contra a exposição à mudança no valor justo de alguns de seus financiamentos de aeronaves (Nota 25).

Hedge de fluxo de caixa

A parte eficaz do ganho ou perda do instrumento de *hedge* é reconhecida diretamente no patrimônio líquido em outros resultados abrangentes, e, caso a proteção deixe de atender ao índice de *hedge*, mas o objetivo do gerenciamento de risco permanece inalterado, a Companhia deve ajustar “reequilibrar” o índice de *hedge* para atender os critérios de qualificação.

Qualquer ganho ou perda remanescente no instrumento de *hedge* (inclusive decorrentes do “reequilíbrio” do índice de *hedge*) é uma inefetividade, e, portanto, deve ser reconhecida no resultado.

Os valores contabilizados em outros resultados abrangentes são transferidos imediatamente para a demonstração do resultado junto com a transação objeto de *hedge* ao afetar o resultado, por exemplo, quando a receita ou despesa financeira objeto de *hedge* for reconhecida ou quando uma venda prevista ocorrer. Quando o item objeto de *hedge* for o custo de um ativo ou passivo não financeiro, os valores contabilizados no patrimônio líquido são transferidos ao valor contábil inicial do ativo ou passivo não financeiro.

A Companhia deve descontinuar prospectivamente a contabilização de *hedge* somente quando a relação de proteção deixar de atender aos critérios de qualificação (após levar em consideração qualquer reequilíbrio da relação de proteção).

Se a ocorrência da transação prevista ou compromisso firme não for mais esperada, os valores anteriormente reconhecidos no patrimônio líquido são transferidos para a demonstração do resultado. Se o instrumento de *hedge* expirar ou for vendido, encerrado ou exercido sem substituição ou rolagem, ou se a sua classificação como *hedge* for revogada, os ganhos ou perdas anteriormente reconhecidos no resultado abrangente permanecem diferidos no patrimônio líquido em outros resultados abrangentes até que a transação prevista ou compromisso firme afetem o resultado.

Azul S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2019

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

A Companhia utiliza contratos de swap para oferecer proteção contra a sua exposição ao risco de incremento nas taxas de juros pós-fixadas relacionadas às suas transações de arrendamento financeiro e opções de câmbio para proteção do pagamento de dívida denominada em moeda estrangeira.

Classificação entre curto e longo prazo

Instrumentos financeiros não classificados como instrumento de *hedge* eficaz são classificados como de curto e longo prazos ou segregados em parcela de curto prazo ou de longo prazo com base em uma avaliação dos fluxos de caixa contratados.

- Quando um instrumento financeiro for mantido como *hedge* econômico (e não aplicar contabilidade de *hedge*), por um período superior a 12 meses após a data do balanço, o instrumento financeiro é classificado como de longo prazo (ou segregado em parcela de curto e longo prazo), consistentemente com a classificação do item correspondente.
- Os derivativos embutidos que não estão intimamente relacionados ao contrato principal são classificados de forma consistente com os fluxos de caixa do contrato principal.
- Os instrumentos financeiros designados como tal e que são efetivamente instrumentos de *hedge* eficazes, são classificados de forma consistente com a classificação do correspondente item objeto de *hedge*. O instrumento financeiro é segregado em parcela de curto prazo e de longo prazo apenas quando uma alocação confiável puder ser feita.

3.3.4. Desreconhecimento de ativos financeiros e passivos financeiros

Ativos financeiros

Um ativo financeiro ou, quando for o caso, uma parte de um ativo financeiro ou parte de um grupo de ativos financeiros semelhantes, é baixado quando:

- Os direitos de receber fluxos de caixa, do ativo, expirarem; ou
- A Companhia transfere seus direitos de receber fluxos de caixa do ativo ou assumir uma obrigação de pagar integralmente os fluxos de caixa recebidos, a um terceiro por força de um acordo de 'repasse' e; (a) transferir substancialmente todos os riscos e benefícios do ativo, ou (b) não transferir nem reter substancialmente todos os riscos e benefícios relativos ao ativo, mas transferir o controle sobre o mesmo.

Quando a Companhia tiver transferido seus direitos de receber fluxos de caixa de um ativo e não tiver transferido ou retido substancialmente todos os riscos e benefícios relativos ao ativo, um ativo é reconhecido na extensão do envolvimento contínuo da Companhia com o ativo. Nesse caso, também reconhece um passivo associado.

Azul S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2019

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

O ativo transferido e o passivo associado são mensurados com base nos direitos e obrigações mantidos.

O envolvimento contínuo na forma de uma garantia sobre o ativo transferido é mensurado pelo valor contábil original do ativo ou a máxima contraprestação que puder ser exigida, dos dois o menor.

Passivos financeiros

Um passivo financeiro é baixado quando a obrigação for revogada, cancelada ou expirar.

Quando um passivo financeiro existente for substituído por outro da mesma contraparte com termos substancialmente diferentes, ou os termos de um passivo existente forem significativamente alterados, essa substituição ou alteração é tratada como baixa do passivo original e reconhecimento de um novo passivo, sendo a diferença, nos correspondentes valores contábeis, reconhecida na demonstração do resultado.

3.3.5. Compensação de instrumentos financeiros

Ativos e passivos financeiros são compensados e o montante líquido apresentado nas demonstrações de resultado se houver direito legal de compensar os montantes reconhecidos e intenção em liquidar numa base líquida, ativos e passivos simultaneamente.

3.3.6. Imparidade de ativos financeiros

A Companhia reconhece uma provisão para perdas de crédito esperadas de acordo com as exigências do CPC 48 (IFRS 9).

Contas a receber de clientes

A Companhia utiliza a abordagem simplificada permitida pelo IFRS 9 para estimar a provisão para perdas em contas a receber de clientes.

Na abordagem simplificada, a Companhia estima perdas de crédito esperado dos valores a receber na data do balanço (com prazo contratual inferior à 12 meses em todos os casos) uma vez que eles resultam de transações com clientes e não têm componente de financiamento significativo.

A Companhia considera recebíveis de cartão de crédito como baixo risco de inadimplência, tendo em vista que não possui histórico de perdas de crédito sobre tais recebíveis e espera-se que não tenha, portanto, não há reconhecimento de provisão para perda esperada.

Azul S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2019

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

A fim de estimar perdas de crédito decorrentes de contas a receber e ativos contratuais a Companhia segrega tais ativos em carteiras de recebíveis para aqueles que possuem características semelhantes de risco de crédito. Para cada carteira a Companhia mede a taxa histórica de perdas (líquidas de recuperações) de recebíveis inadimplentes ao longo de um período histórico relevante, considerando inadimplentes aqueles com atraso superior a 90 dias. A taxa histórica de perda para a carteira é ajustada posteriormente a fim de incorporar uma estimativa do impacto das condições econômicas futuras sob essas taxas históricas.

A estimativa do impacto das condições econômicas futuras é baseada na correlação observável com indicadores macroeconômicos. A Companhia revisa tempestivamente o período histórico em que as perdas são mensuradas e o indicador macroeconômico relevante a ser utilizado, e como correlacionar com a experiência de inadimplências.

Outros ativos financeiros

Para outros ativos financeiros a Companhia avalia individualmente para cada contraparte, se houve aumento significativo do risco de crédito desde o reconhecimento inicial. Esta determinação baseia-se em informações disponíveis da contraparte. Caso haja classificação do risco de crédito da contraparte por agência de rating disponível, tal informação é levada em consideração.

Para ativos financeiros que não possuam aumento significativo no risco de crédito, uma estimativa de perdas de crédito esperada é feita com base em eventos de inadimplência de um instrumento financeiro mensurável dos próximos 12 meses após a data do balanço, enquanto que para os ativos com um aumento significativo no risco de crédito a estimativa é feita com base nas perdas resultantes de eventos de inadimplência mensuráveis ao longo da vida do ativo.

Uma provisão para perda é reconhecida quando a Companhia estima que haverá o risco de perdas de crédito durante o período. Na mensuração da provisão, a Companhia considera pelo menos três cenários (padrão, otimista e pessimista) e para cada um, é feita uma estimativa dos fluxos de caixa (incluindo os fluxos de caixa de garantia). Os fluxos de caixa estimados resultantes de cada cenário são descontados a valor presente na data do balanço e são ponderadas pela probabilidade que se baseia em julgamento para cada cenário.

3.3.7. Valor justo dos instrumentos financeiros

O valor justo dos instrumentos financeiros negociados em mercados organizados é determinado com base na cotação de mercado no fechamento na data do balanço, não sendo considerado custos da transação.

O valor justo dos instrumentos financeiros para os quais não haja mercado ativo é determinado usando técnicas de precificação. Estas técnicas podem incluir o uso de transações de mercado recentes, as referências ao valor justo corrente de outros instrumentos similares, análise dos fluxos de caixa descontados ou outros modelos de avaliação.

Azul S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2019

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Uma análise do valor justo dos instrumentos financeiros derivativos contendo maiores detalhes de como são calculados está descrita na nota 25.

3.4. Estoques

Os estoques são compostos por peças de manutenção de aeronaves, comissaria e uniformes. Os estoques são avaliados ao custo ou valor realizável, dos dois, o menor, líquido da provisão para perda de estoques.

3.5. Impostos

As despesas de imposto de renda e contribuição social do período compreendem os impostos corrente e diferido, e refletem a melhor avaliação da administração sobre os ativos e passivos tributários mensurados ao valor recuperável esperado ou a pagar as autoridades fiscais. No Brasil o imposto de renda é determinado sobre cada entidade jurídica, ou seja, não de forma consolidada. As provisões para imposto de renda e contribuição social correntes são mensuradas considerando a compensação de prejuízos fiscais, até o limite de 30% do lucro tributável anual. Os rendimentos das subsidiárias estrangeiras estão sujeitos a tributação de acordo com as taxas e as legislações fiscais vigentes. No Brasil, esses rendimentos são tributados de acordo com a Lei 12.973/14.

O imposto de renda e contribuição social diferidos são mensurados através das alíquotas aplicáveis no ano em que os bens serão realizados ou os passivos liquidados, com base nas taxas de imposto aplicáveis.

O imposto de renda e a contribuição social diferidos decorrem de diferenças temporárias entre a base fiscal dos ativos e passivos e os montantes apresentados nas demonstrações financeiras, que resultarão em valores tributáveis ou dedutíveis no futuro.

O saldo contábil do imposto de renda diferido ativo é apresentado líquido se houver um direito legal ou contratual para compensar ativos tributários contra passivos tributários e os impostos diferidos estão relacionados à mesma Companhia tributável e são revisados na data da demonstração financeira e baixados na medida em que não é mais provável que lucros tributáveis estejam disponíveis para permitir que todo ou parte dos impostos diferidos sejam utilizados.

Os impostos diferidos ativos não reconhecidos são reavaliados na data de cada demonstração financeira e são reconhecidos na medida em que é provável que o lucro tributável futuro permita que os ativos diferidos sejam recuperados.

O imposto de renda e contribuição social diferidos, relativo a itens reconhecidos diretamente no patrimônio líquido, são reconhecidos no patrimônio líquido. A Companhia periodicamente avalia a posição fiscal das situações nas quais a regulamentação fiscal requer interpretação e estabelece provisões quando apropriado.

Azul S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2019

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

3.6. Conversão de moeda estrangeira

As demonstrações financeiras são apresentadas em Reais (R\$), que é a moeda funcional da Companhia.

As transações em moeda estrangeira são inicialmente registradas à taxa de câmbio da moeda funcional em vigor na data da transação.

Os ativos e passivos monetários denominados em moeda estrangeira são reconvertidos à taxa de câmbio da moeda funcional em vigor na data do balanço.

Itens não monetários mensurados com base no custo histórico em moeda estrangeira são convertidos utilizando a taxa de câmbio em vigor nas datas das transações iniciais. Itens não monetários mensurados ao valor justo em moeda estrangeira são convertidos utilizando as taxas de câmbio em vigor na data em que o valor justo foi determinado.

As diferenças de câmbio são registradas na demonstração do resultado. As alterações do valor justo dos instrumentos de hedge são registradas pelo tratamento contábil descrito na nota 3.3.3 "Instrumentos financeiros e contabilidade de hedge".

3.7. Ativo imobilizado

Os bens integrantes do ativo imobilizado são registrados pelo custo de aquisição ou construção e incluem juros e demais encargos financeiros.

A depreciação é calculada pelo método linear, de acordo com a vida útil estimada a seguir:

	<u>Vida útil estimada</u>
Aeronaves	12 anos
Móveis e utensílios	5 anos
Equipamento de aeronave	12 anos
Equipamentos de informática e periféricos	5 anos
Ferramentas	5 anos
Manutenções pesadas - motores	3 a 8 anos
Manutenções pesadas – <i>checks</i> estruturais	2 a 10 anos
Motores	12 anos
Edificações e benfeitorias	10 anos
Simulador de voo	20 anos
Veículos	5 anos

O valor residual, a vida útil dos ativos e os métodos de depreciação são revistos no encerramento de cada exercício, e ajustados de forma prospectiva, quando necessário.

O valor contábil do imobilizado é analisado para verificar possível perda no valor recuperável quando fatos ou mudanças nas circunstâncias indicam que o valor contábil é maior que o valor recuperável estimado.

Azul S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2019

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Um item do ativo imobilizado e de qualquer parte significativa reconhecida inicialmente é baixado após alienação ou quando não há benefícios econômicos futuros resultantes do seu uso ou alienação. Qualquer ganho ou perda resultante da baixa do ativo (calculado como a diferença entre os proventos líquidos da alienação e o valor contábil do ativo) é reconhecido no resultado em “Outras despesas operacionais, líquidas”.

3.7.1 Contratos de arrendamento

A Companhia avalia, na data de início do contrato, se esse contrato é ou contém um arrendamento. Ou seja, se o contrato transmite o direito de controlar o uso de um ativo identificado por um período de tempo em troca de contraprestação.

A Companhia aplica uma única abordagem de reconhecimento e mensuração para todos os arrendamentos, exceto para arrendamentos de curto prazo e arrendamentos de ativos de baixo valor. A Companhia reconhece os passivos de arrendamento para efetuar pagamentos de arrendamento e ativos de direito de uso que representam o direito de uso dos ativos subjacentes.

Ativos de direito de uso

A Companhia reconhece os ativos de direito de uso na data de início do arrendamento (ou seja, na data em que o ativo subjacente está disponível para uso). Os ativos de direito de uso são mensurados ao custo, deduzidos de qualquer depreciação acumulada e perdas por redução ao valor recuperável, e ajustados por qualquer nova remensuração dos passivos de arrendamento (exceto reavaliação cambial). O custo dos ativos de direito de uso inclui o valor dos passivos de arrendamento mensurados inicialmente pelo valor presente dos pagamentos futuros de arrendamento reconhecidos à taxa de câmbio e à taxa de desconto na data de início do arrendamento, custos diretos iniciais incorridos e pagamentos de arrendamentos realizados até a data de início, a estimativa de custos de restauração a serem incorridos pelo arrendatário ao final do contrato, menos os eventuais incentivos de arrendamento recebidos. Os ativos de direito de uso são depreciados linearmente, pelo menor período entre o prazo do arrendamento e a vida útil estimada dos ativos.

Em determinados casos, se a titularidade do ativo arrendado for transferida para a Companhia ao final do prazo do arrendamento ou se o custo representar o exercício de uma opção de compra, a depreciação é calculada utilizando a vida útil estimada do ativo e o valor residual conforme a política de ativo imobilizado.

Os ativos de direito de uso também estão sujeitos a redução ao valor recuperável.

Azul S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2019

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Passivos de arrendamento

Na data de início do arrendamento, a Companhia reconhece os passivos de arrendamento mensurados pelo valor presente dos pagamentos do arrendamento a serem realizados durante o prazo do arrendamento. Os pagamentos do arrendamento incluem pagamentos fixos (incluindo, substancialmente, pagamentos fixos) menos quaisquer incentivos de arrendamento a receber, pagamentos variáveis de arrendamento que dependem de um índice ou taxa, e valores esperados a serem pagos sob garantias de valor residual. Os pagamentos de arrendamento incluem ainda o preço de exercício de uma opção de compra razoavelmente certa de ser exercida pela Companhia e pagamentos de multas pela rescisão do arrendamento, se o prazo do arrendamento refletir a Companhia exercendo a opção de rescindir o arrendamento.

Os pagamentos variáveis de arrendamento que não dependem de um índice ou taxa são reconhecidos como despesas no período em que ocorre o evento ou condição que gera esses pagamentos. O total de despesas relacionadas aos passivos de arrendamento de baixo valor durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2019, 2018 e 2017 não foi material.

Ao calcular o valor presente dos pagamentos do arrendamento, a Companhia usa a taxa de juros implícita no arrendamento e, quando não é prontamente determinada, a taxa incremental nominal sobre empréstimos da Companhia na data do início do arrendamento é utilizada.

Na determinação da taxa de desconto a Companhia utilizou como base, em cada um dos anos onde ativos foram incorporados ao balanço, o custo de captação de operações realizadas no mercado americano e brasileiro. Para operações captadas no mercado brasileiro, a Companhia converteu o custo para o equivalente de uma operação em dólar ajustando este pelo risco país e diferencial de taxa de juros entre Brasil e Estados Unidos. Assim, entendemos que os efeitos inflacionários são irrelevantes, especialmente considerando que 99,4% dos arrendamentos da Companhia são determinados em dólares americanos.

Após a data de início, o valor do passivo de arrendamento é aumentado para refletir o acréscimo de juros e reduzido para os pagamentos de arrendamento efetuados. Além disso, o valor contábil dos passivos de arrendamento é remensurado se houver uma modificação, uma mudança no prazo do arrendamento, uma alteração nos pagamentos do arrendamento (por exemplo, mudanças em pagamentos futuros resultantes de uma mudança em um índice ou taxa usada para determinar tais pagamentos de arrendamento) ou uma alteração na avaliação de uma opção de compra do ativo subjacente.

Azul S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2019

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Arrendamentos de curto prazo e de ativos de baixo valor

A Companhia aplica a isenção de reconhecimento de arrendamento de curto prazo a seus arrendamentos cujo prazo seja igual ou inferior a 12 meses a partir da data de início e que não contenham opção de compra. Também aplica a concessão de isenção de reconhecimento de ativos de baixo valor a arrendamentos considerados de baixo valor. Os pagamentos de arrendamento de curto prazo e de arrendamentos de ativos de baixo valor são reconhecidos como despesa pelo método linear ao longo do prazo do arrendamento. O total de despesas relacionadas ao arrendamento de ativos de baixo valor durante os exercícios findos em 31 de dezembro de 2019, 2018 e 2017 não foi material.

3.7.2 Transações de *Sale and Leaseback*

Se a Companhia transfere o ativo a outra entidade e efetua o *leaseback* desse ativo do comprador, a Companhia aplica os requisitos para determinar quando a obrigação de performance estará satisfeita com base no CPC 47 (IFRS 15), para determinar se a transferência do ativo deve ser contabilizada como venda desse ativo ou trata-se de um mero financiamento com o ativo em garantia.

Se a transferência do ativo satisfaz aos requisitos do CPC 47 (IFRS 15) para ser contabilizada como venda do ativo, a Companhia mensura o ativo de direito de uso resultante do *leaseback* proporcionalmente ao valor contábil anterior do ativo referente ao direito de uso retido pela Companhia. Consequentemente, reconhecemos somente o valor de qualquer ganho ou perda referente aos direitos transferidos ao comprador.

Se a transferência do ativo não satisfaz aos requisitos do CPC 47 (IFRS 15) para ser contabilizado como venda do ativo, a Companhia continua a reconhecer o ativo transferido e reconhece o passivo financeiro equivalente aos rendimentos da transferência de acordo com os requisitos do CPC 48 (IFRS 9).

3.7.3 Transações de subarrendamento

Quando o ativo subjacente é novamente arrendado pela Companhia a um terceiro, e o arrendamento original permanece vigente, a Companhia avalia se trata de um subarrendamento financeiro ou operacional analisando a extensão em que o arrendamento transfere os riscos e benefícios inerentes ao direito de uso.

Independente da classificação do subarrendamento, a contabilização do passivo de arrendamento do arrendamento original permanece inalterada.

- Subarrendamento financeiro: a Companhia desreconhece o direito de uso e reconhece o subarrendamento a receber. A diferença entre o valor contábil líquido de depreciação do direito de uso e o valor presente do subarrendamento a receber é reconhecida imediatamente no resultado na rubrica “Custos dos serviços prestados”.

Azul S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2019

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

- Subarrendamento operacional: a Companhia continua reconhecendo o direito de uso que segue sendo depreciado de acordo com a política da Companhia. A receita de subarrendamento é reconhecida ao longo do contrato de subarrendamento na rubrica “Cargas e outras receitas”.

3.7.4 Decomponentização de aeronaves e direito de uso e capitalização de eventos de manutenção pesada e *checks* estruturais

No momento do reconhecimento inicial da aeronave ou do direito de uso, a Companhia distribui o custo da aeronave entre quatro componentes principais: casco, motores, manutenções pesadas e *checks* estruturais. A vida útil dos eventos de manutenção e *checks* estruturais é determinada de acordo com o período estimado até o próximo evento ou vida útil remanescente dos motores/aeronave, dos dois, o menor.

A Companhia possui contratos de manutenção de motores que suportam toda a atividade significativa de sua manutenção. Adicionalmente, a Companhia, também possui contratos do tipo “*power-by-the-hour*”, no qual os valores devidos aos prestadores de manutenção são calculados com base nas horas voadas, no momento do evento da manutenção.

Os eventos de manutenção pesada e *checks* estruturais subsequentes, que incrementam a vida útil dos ativos, são capitalizados e reconhecidos como ativo imobilizado ou complemento ao direito de uso dos ativos, de acordo com o ativo subjacente. Subsequentemente são depreciados durante o período de uso respectivo ou até ao término do arrendamento. Reparos e demais manutenções de rotina são apropriados ao resultado durante o período em que são incorridos.

3.7.5 Capitalização de obrigações contratuais com condições de devolução das aeronaves

Os custos resultantes dos eventos de manutenção que serão realizados imediatamente antes da devolução da aeronave aos arrendadores (definidos como eventos de restauração para efeitos da IFRS 16), são reconhecidos como provisões a partir do início do contrato, desde que possam ser estimados de forma razoável, por contrapartida do direito de uso das aeronaves, o qual é depreciado linearmente ao longo do contrato de arrendamento.

3.7.6 Adiantamentos para aquisição de aeronaves

No imobilizado são registrados os pré-pagamentos para aquisição de aeronaves, incluindo juros e encargos financeiros incorridos durante a fase de fabricação das aeronaves e benfeitorias em bens de terceiros.

A Companhia recebe créditos de fabricantes quando da aquisição de certas aeronaves e motores, que podem ser utilizados para pagamento de serviços de manutenção. Esses créditos são registrados como redução do custo de aquisição das aeronaves e motores relacionados, em contrapartida de um débito em outras contas a receber e, em seguida, registrada como despesa ou ativo, quando os créditos são utilizados para a aquisição adicional de bens ou serviços.

Azul S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2019

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

3.8. Combinação de negócios

Na contabilização da combinação de negócios, é utilizado o método de aquisição. O custo de uma aquisição é mensurado pela soma da contraprestação transferida, com base no valor justo na data da aquisição. Os custos diretamente atribuíveis à aquisição são contabilizados como despesas quando incorridos. Os ativos adquiridos e passivos assumidos são mensurados pelo valor justo, classificados e alocados de acordo com os termos contratuais, circunstâncias econômicas e condições pertinentes na data de aquisição. O ágio por expectativa de rentabilidade futura é mensurado como o excesso da contraprestação transferida em relação aos ativos líquidos adquiridos pelo valor justo. Se a contraprestação for inferior ao valor justo dos ativos líquidos adquiridos, a diferença é reconhecida como ganho na demonstração de resultados. Após o reconhecimento inicial, o ágio é mensurado pelo custo menos quaisquer perdas acumuladas de valor recuperável. Para os anos de 2019, 2018 e 2017, a Companhia não concluiu nenhuma transação de combinação de negócios.

Para a combinação de negócios de Companhias sob controle comum, é utilizado o Método Predecessor. Os ativos e passivos da companhia adquirida foram transferidos pelos seus valores contábeis. Essas transações intragrupo não têm impacto nas demonstrações financeiras consolidadas.

3.9. Ativos intangíveis

Ativos intangíveis adquiridos separadamente são mensurados ao custo no momento do seu reconhecimento inicial. Após o reconhecimento inicial, os ativos intangíveis são apresentados ao custo, menos amortização acumulada e perdas acumuladas do valor recuperável. O ágio derivado da expectativa de rentabilidade futura (*goodwill*) gerado internamente não deve ser reconhecido como ativo.

A vida útil dos ativos intangíveis é avaliada como definida ou indefinida.

Ativos intangíveis com vida definida são amortizados ao longo da sua vida útil econômica estimada e avaliados em relação à perda por redução ao valor recuperável sempre que houver indicação de perda do valor econômico do ativo. O período e o método de amortização para o ativo intangível com vida definida são revisados no mínimo ao final de cada exercício social quando houver indicativo de “*impairment*”. Mudanças na vida útil estimada ou no consumo esperado dos benefícios econômicos futuros desses ativos são contabilizadas por meio de mudanças no período ou método de amortização, conforme o caso, sendo tratadas como mudanças de estimativas contábeis. A amortização de ativos intangíveis com vida definida é reconhecida na demonstração do resultado na categoria de despesa consistente com a utilização do ativo intangível (Nota 16).

Azul S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2019

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Ativos intangíveis com vida útil indefinida não são amortizados, mas são testados anualmente em relação a perdas por redução ao valor recuperável, individualmente ou no nível da unidade geradora de caixa. A avaliação de vida útil indefinida é revisada anualmente para determinar se essa avaliação continua a ser justificável. Caso contrário, a mudança na vida útil de indefinida para definida é feita de forma prospectiva.

Ganhos e perdas resultantes da baixa de um ativo intangível são mensurados como a diferença entre o valor líquido obtido da venda e o valor contábil do ativo, e reconhecidos na demonstração do resultado.

Na aquisição da TudoAzul (antiga TRIP), a Companhia identificou direitos de operações em aeroportos e classificou como vida útil indefinida. O valor justo sobre os direitos de operação dos aeroportos da Pampulha, Santos Dumont e Fernando de Noronha foram reconhecidos a valor justo na data de aquisição. O valor justo destes direitos foi avaliado com base nos fluxos de caixa futuros descontados estimados. Esses direitos são considerados como tendo vida útil indefinida devido a diversos fatores e considerações, incluindo requisitos de autorizações necessárias para operar no Brasil e limitada disponibilidade de slots nos aeroportos mais importantes em termos de volume de tráfego.

3.10. Perda por redução ao valor recuperável de ativos não financeiros

Anualmente é realizada uma revisão dos indicadores de perda por redução ao valor recuperável de ativos, a fim de avaliar eventos ou mudanças nas condições econômicas, tecnológicas, ou em operações que possam indicar que um ativo não possui recuperabilidade.

Se houver, tais evidências são identificadas através do teste de “*impairment*” anual. Para avaliar um ativo é necessário que se estime o valor recuperável do mesmo. O valor recuperável de um ativo ou unidade geradora de caixa é o maior entre o seu valor justo, deduzindo os custos de venda e seu valor em uso. Quando o valor contábil de um ativo ou unidade geradora de caixa exceder o seu valor recuperável, é constituída provisão para desvalorização ajustando o valor contábil (“*impairment*”).

A perda por “*impairment*” anteriormente reconhecida é revertida apenas se tiver havido uma mudança nas premissas utilizadas para determinar o valor recuperável do ativo, desde que tenha sido reconhecida a última perda por “*impairment*”. A reversão é limitada, de modo que o valor contábil do ativo não exceda o seu valor recuperável, como também não exceda o valor contábil determinado anteriormente, líquido de depreciação ou amortização, caso nenhuma perda por “*impairment*” tenha sido reconhecida para o ativo em anos anteriores.

A Companhia opera uma única unidade geradora de caixa.

Azul S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2019

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Na estimativa do valor em uso do ativo, os fluxos de caixa estimados futuros são descontados a valor presente, utilizando uma taxa de desconto antes dos impostos que reflita o custo médio ponderado de capital para a unidade geradora de caixa. O valor justo menos o custo de venda, é determinado sempre que possível, com base em um contrato de venda firme realizado em condições normais de mercado entre as partes conhecidas e interessadas, ajustado por despesas atribuíveis à venda do ativo, ou quando não há compromisso de venda firme, com base no preço de mercado de um mercado ativo, ou o preço da transação mais recente de ativos semelhantes.

O seguinte critério é também aplicado para avaliar perda por redução ao valor recuperável de ativos específicos:

Ágio pago por expectativa de rentabilidade futura

Teste de perda por redução ao valor recuperável de ágio é feito anualmente ou quando as circunstâncias indicarem que o valor contábil pode não ser recuperável.

A determinação de “*impairment*” do ágio registrado no balanço é realizada através da avaliação do valor recuperável da Companhia.

Quando o valor recuperável da unidade geradora de caixa for menor quando comparado com o saldo contábil, uma perda por ajuste a valor recuperável é reconhecida no período. As perdas por ajustes a valor recuperável não podem ser revertidas em períodos futuros.

Ativos intangíveis

Ativos intangíveis com vida útil indefinida são testados em relação à perda por redução ao valor recuperável anualmente, no nível da unidade geradora de caixa, conforme o caso ou quando as circunstâncias indicarem perda por desvalorização do valor contábil.

3.11. Depósitos em garantia e reservas de manutenção

a) Depósitos em garantia para contratos de arrendamento

Os depósitos em garantia são representados por valores depositados pela Companhia para os arrendadores das aeronaves, conforme exigido no início do contrato, como garantia pelo cumprimento do contrato de arrendamento. Os depósitos em garantia são realizados em dólares norte-americanos sem incidência de juros e são reembolsáveis ao término dos contratos.

Azul S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2019

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

b) Reserva de manutenção de aeronaves e motores

Determinados contratos de arrendamento preveem o pagamento de reservas de manutenção para os arrendadores de aeronaves a serem mantidos como garantia antes do desempenho das principais atividades de manutenção. Os depósitos de reserva de manutenção são reembolsáveis após a conclusão do evento de manutenção em um valor igual ou menor que (1) o valor da reserva de manutenção detida pelo locatário, associado ao evento de manutenção específico ou (2) os custos relacionados ao evento específico de manutenção. Substancialmente, todos esses pagamentos de reserva de manutenção são calculados com base em uma medida de utilização, como horários ou ciclos de voo, e são usados exclusivamente para garantir o arrendador a manutenção.

No início da locação ou na data da demonstração financeira, avaliamos se os pagamentos de reserva de manutenção exigidos pelos contratos de arrendamento mercantil serão recuperados por meio do desempenho de manutenção nos ativos arrendados.

Os depósitos de manutenção considerados recuperáveis são refletidos em depósitos em garantia e reservas de manutenção nas demonstrações financeiras. Avaliamos a recuperabilidade dos valores atualmente em depósito com os arrendadores, comparando-os com os valores que devem ser reembolsados no momento do próximo evento de manutenção, e os valores não recuperáveis são considerados custos de manutenção. As reservas de manutenção de aeronaves são classificadas como circulante ou não circulante, dependendo das datas em que se espera que a manutenção relacionada seja realizada (valores comparativos, anteriormente apresentados como não circulantes na sua totalidade, foram reclassificados para melhorar a comparabilidade entre os períodos apresentados).

3.12. Provisões

As provisões são reconhecidas quando existe uma obrigação presente, legal ou não formalizada, como resultado de eventos passados e é provável que uma saída de recursos seja necessária para liquidar a obrigação e uma estimativa confiável do valor possa ser feita. Quando se espera que o valor de uma provisão seja reembolsado, no todo ou em parte, por exemplo, por força de um contrato de seguro, o reembolso é reconhecido como um ativo separado, mas apenas quando o reembolso for praticamente certo. A despesa relativa a qualquer provisão é apresentada na demonstração do resultado, líquida de qualquer reembolso.

A Companhia é parte em diversos processos judiciais e administrativos. Provisões são constituídas para todas as contingências referentes a processos judiciais para os quais uma saída de recursos seja provável para liquidar a contingência/obrigação e uma estimativa razoável possa ser feita. A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação dos advogados externos. As provisões são revisadas e ajustadas para levar em conta alterações nas circunstâncias tais como prazo de prescrição aplicável, conclusões de inspeções fiscais ou exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos ou decisões de tribunais.

Azul S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2019

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Se a Companhia identifica um contrato oneroso, contrato em que os custos inevitáveis de satisfazer as obrigações do contrato excedem os benefícios econômicos que se esperam sejam recebidos ao longo do mesmo contrato, a obrigação presente de acordo com o contrato é reconhecida e mensurada como provisão. Porém, antes de ser estabelecida uma provisão separada para um contrato oneroso, a Companhia avalia e reconhece qualquer perda decorrente de desvalorização que tenha ocorrido nos ativos relativos a esse contrato de acordo com o CPC 01 (R1) – Recuperação ao valor recuperável de ativos (IAS 36 – *Impairment*).

3.13. Ações em tesouraria

Os instrumentos de capital próprio adquiridos (ações em tesouraria) são reconhecidos pelo custo e deduzidos do patrimônio líquido. Nenhum ganho ou perda é reconhecido no resultado na compra, venda, emissão ou cancelamento de instrumentos de patrimônio próprio da Companhia. Qualquer diferença entre o valor contábil e o valor de mercado, se a ação é reemitida, é reconhecida no prêmio de emissão.

3.14. Benefícios a empregados

i) Bônus a executivos

É constituída provisão para pagamento de bônus dos executivos, condicionada ao cumprimento das metas estabelecidas e registrada como Salários e benefícios.

ii) Remuneração com base em ações

A Companhia oferece aos executivos planos de remuneração com base em ações, a serem liquidados com ações, segundo os quais a Companhia recebe os serviços como contraprestações das opções de compra de ações e ações restritas.

O custo de transações com executivos, liquidadas com instrumentos patrimoniais e com prêmios outorgados, é mensurado com base no valor justo na data em que foram outorgados. Para determinar o valor justo, a Companhia utiliza de precificação de opções *Black-Scholes*. Maiores detalhes estão demonstrados na Nota 30.

O custo de transações liquidadas com títulos patrimoniais é reconhecido, em conjunto com um correspondente aumento no patrimônio líquido, ao longo do período em que a performance e/ou condição de serviço são cumpridos, com término na data em que o funcionário adquire o direito completo ao prêmio (data de “*vesting*”).

A despesa acumulada reconhecida para as transações liquidadas com instrumentos patrimoniais em cada data base até a data de “*vesting*” reflete a extensão em que o período de aquisição tenha expirado e a melhor estimativa da Administração do número de títulos patrimoniais que serão adquiridos. A despesa ou crédito na demonstração do resultado do período é registrado em “Salários e benefícios” e representa a movimentação em despesa acumulada reconhecida no início e fim daquele período.

Azul S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2019

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Nenhuma despesa é reconhecida por prêmios que não completam o seu período de “*vesting*”, exceto prêmios em que a aquisição é condicional a uma condição de mercado (condição conectada ao preço das ações da Companhia), as quais são tratadas como adquiridas, independentemente se as condições do mercado são satisfeitas ou não, desde que todas as outras condições de aquisição forem satisfeitas.

Em uma transação liquidada com títulos patrimoniais em que o plano é modificado, a despesa mínima reconhecida em “Salários e benefícios” correspondente às despesas como se os termos não tivessem sido alterados. Uma despesa adicional é reconhecida para qualquer modificação que aumenta o valor justo total do plano de remuneração em ações, ou que de outra forma beneficia o funcionário, mensurada na data da modificação.

Quando um plano de remuneração em ações é cancelado, o mesmo é tratado como se tivesse sido adquirido na data do cancelamento, e qualquer despesa não reconhecida do prêmio é reconhecida imediatamente. Isto inclui qualquer prêmio em que as condições de não-aquisição dentro do controle da Companhia ou da contraparte não são cumpridas. Porém, se um novo plano substitui o plano cancelado, e designado como plano substituto na data de outorga, o plano cancelado e o novo plano são tratados como se fosse uma modificação ao plano original, conforme descrito no parágrafo anterior.

O custo de transações liquidadas em dinheiro é mensurado inicialmente pelo valor justo na data da outorga. Esse valor justo é contabilizado como despesa durante o período até a data de vencimento, com o reconhecimento de um passivo correspondente. O passivo é reavaliado ao valor justo na data do balanço até a data de liquidação, com as mudanças no valor justo reconhecidas no resultado do período e reconhecido na rubrica “Salários e benefícios”.

3.15 Fornecedores – risco sacado

A Companhia promoveu uma negociação junto aos fornecedores com o objetivo de aumentar os prazos de pagamentos. Dessa forma a Companhia assinou um convênio junto a instituições financeiras que permite a antecipação do contas a receber de seus fornecedores. Considerando que a antecipação desse recebimento junto às instituições financeiras é uma opção dos fornecedores, esta modalidade não implica na ocorrência de despesas financeiras para a Companhia, não requer a participação obrigatória dos fornecedores, como também, a Companhia não é ressarcida e/ou beneficiada pela instituição financeira de descontos por pagamento executado antes da data de vencimento acordada junto ao fornecedor, não há alteração do grau de subordinação do título em caso de execução judicial.

3.16. Receita

Receitas de passageiros são reconhecidas após efetiva prestação do serviço de transporte. Receitas de serviços relacionados ao transporte de passageiros são reconhecidas quando o respectivo transporte é realizado, sendo classificadas como receita de transporte de passageiros. Tais receitas incluem excesso de bagagem, encargos administrativos, upgrades e outras despesas relacionadas a viagens.

Azul S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2019

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Os trechos vendidos e não voados, correspondentes aos transportes a executar e serviços relacionados, são demonstrados no passivo circulante na rubrica “Transportes a executar”. Os bilhetes expiram no prazo de um ano. A Companhia reconhece receita de bilhetes e serviços relacionados ao transporte de passageiros a partir da data do voo e passagens com expectativa de expiração (*breakage*). A Companhia estima os valores de reembolsos e remarcações, líquido dos bilhetes expirados, uma vez que a data do voo já ocorreu. Estas estimativas são baseadas em dados históricos e experiência de eventos passados.

O CPC 47 (IFRS 15) exige a divulgação de informações quantitativas e qualitativas sobre alocação de preço de transação alocado às performances satisfeitas ou ou parcialmente satisfeito. A Companhia aplica o expediente prático para não divulgar informações, pois as obrigações de desempenho fazem parte de contratos com duração prevista de um ano ou menos.

3.17. Programa TudoAzul

No programa “TudoAzul”, os clientes acumulam pontos com base no valor gasto em passagens aéreas. A quantidade de pontos ganhos depende do status no programa de fidelidade, mercado, voo, dia da semana, compra antecipada, classe da reserva e outros fatores do TudoAzul, incluindo campanhas promocionais. Através de dados histórico, a Companhia estima os pontos que expirarão sem ser utilizados e reconhece a receita correspondente na emissão do ponto (*breakage*). Os pontos em geral expiram em dois anos após a data de emissão, independentemente de atividade na conta do membro do programa.

Após a venda de um bilhete, a Companhia reconhece uma parcela das vendas de passagens como receita quando o serviço de transporte ocorre e difere a parcela correspondente aos pontos do Programa TudoAzul, em conformidade com o CPC 47 (IFRS 15).

A Companhia determina o preço estimado de venda do transporte aéreo e os pontos, considerando que cada elemento tivesse sido vendido em uma base separada, sendo, portanto, baseado no preço de venda individual relativo (“*stand alone selling price*”).

A Companhia também vende pontos do programa de fidelidade a clientes e parceiros, incluindo cartões de crédito *co-branded*, instituições financeiras e varejo. A receita relacionada é diferida e reconhecida como receita de transporte de passageiros quando os pontos são resgatados e o serviço de transporte relacionado ocorre, com base no preço médio ponderado dos pontos vendidos.

As vendas de pontos do programa de fidelidade são compostas por dois componentes, transporte e marketing. Consequentemente, reconhecemos o componente de marketing em “outras receitas” com base nos termos contratuais.

Os pontos concedidos ou vendidos e não utilizados são registrados na rubrica “Transportes a executar”. A Companhia reconhece a receita de pontos vendidos e concedidos que nunca serão resgatados pelos membros do programa. A Companhia estima esses valores anualmente com base nas informações disponíveis mais recentes sobre os padrões de resgate e vencimento.

Azul S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2019

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

3.18. Informações por segmento

O CPC 22 (IFRS 8) requer que as operações por segmento sejam identificadas com base em relatórios internos, regularmente revisado pelos tomadores de decisão com a finalidade de alocar recursos aos segmentos e avaliar sua performance.

As operações da Companhia consistem na prestação de serviços de transporte aéreo no território brasileiro. A Companhia efetua a alocação de recursos com a finalidade de melhorar o desempenho dos resultados consolidados. Os principais ativos geradores de receitas da Companhia são suas aeronaves, que são registradas no Brasil. As outras receitas são originadas basicamente por operações de cargas e outros serviços circunstanciais que são reconhecidas no resultado do exercício quando os serviços são prestados.

Com base na forma como a Companhia administra os seus negócios e da maneira em que as decisões de alocação de recursos são feitas, existe apenas um segmento operacional para fins de reporte financeiro.

3.19. Pronunciamentos novos ou revisados aplicados pela primeira vez em 2019

CPC 06 (R2) – (IFRS 16)

A IFRS 16 foi emitida em janeiro de 2016 e substitui o IAS 17 - Operações de arrendamento, IFRIC 4 - Determinação se um contrato contém um arrendamento, SIC 15 - Arrendamentos operacionais (Incentivos) e SIC 27 - Avaliação da substância das transações na forma legal de um arrendamento.

O IFRS 16 é efetivo para períodos anuais iniciados em, ou após, 1º de janeiro de 2019.

Transição para o IFRS 16

O arrendatário pode aplicar o IFRS 16 de maneira retrospectiva completa ou de maneira retrospectiva modificada. A Companhia adotou a abordagem retrospectiva completa como método de transição em 1 de janeiro de 2019, e prospectivamente desde o início do primeiro período praticável. Como resultado, os períodos comparativos foram reapresentados.

A Companhia optou por utilizar as isenções propostas pelo pronunciamento técnico para contratos de arrendamento de curto prazo, que possuam 12 meses ou menos e para contratos dos quais o ativo subjacente seja de baixo valor. A Companhia possui contratos de certos equipamentos como computadores pessoais, impressoras e máquinas de fotocópia bem como equipamentos de comunicação que são considerados como de baixo valor.

Azul S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2019

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

O efeito da adoção do IFRS 16 é como segue:

a) Controladora

Balço patrimonial	31 de dezembro de 2018			31 de dezembro de 2017			01 de janeiro de 2017		
	Publicado	Impacto da adoção do IFRS 16	Reapresentado	Publicado	Impacto da adoção do IFRS 16	Reapresentado	Publicado	Impacto da adoção do IFRS 16	Reapresentado
Ativo									
<u>Não circulante</u>									
Investimentos	2.146.905	(1.354.562)	792.343	2.112.593	(1.304.401)	808.192	-	-	-
<u>Passivo Não Circulante</u>									
Provisão para perda com investimentos	-	2.959.176	2.959.176	-	1.920.179	1.920.179	313.994	3.128.770	3.442.764
<u>Patrimônio líquido</u>									
Outros resultados abrangentes	(117.324)	(36.645)	(153.969)	(11.192)	(3.496)	(14.688)	(33.785)	(12.212)	(45.997)
Prejuízo acumulado	(836.214)	(4.277.093)	(5.113.307)	(1.214.756)	(3.221.085)	(4.435.841)	(1.743.795)	(3.116.559)	(4.860.354)
Demonstração do resultado									
	Exercício findo em 31 de dezembro de 2018			Exercício findo em 31 de dezembro de 2017					
	Publicado	Impacto da adoção do IFRS 16	Reapresentado	Publicado	Impacto da adoção do IFRS 16	Reapresentado	Publicado	Impacto da adoção do IFRS 16	Reapresentado
Resultado de equivalência patrimonial	159.238	(1.056.008)	(896.770)	381.028	(104.526)	276.502			
Lucro (prejuízo) líquido do exercício	420.277	(1.056.008)	(635.731)	529.039	(104.526)	424.513			
Lucro (prejuízo) líquido básico por ação ordinária - R\$	0,02	(0,05)	(0,03)	0,02	(0,00)	0,02			
Lucro (prejuízo) líquido diluído por ação ordinária - R\$	0,02	(0,05)	(0,03)	0,02	(0,00)	0,02			
Lucro (prejuízo) líquido básico por ação preferenciais - R\$	1,24	(3,13)	(1,88)	1,68	(0,33)	1,35			
Lucro (prejuízo) líquido diluído por ação preferenciais - R\$	1,23	(3,13)	(1,88)	1,64	(0,33)	1,32			
Fluxos de caixa das atividades operacionais									
	Exercício findo em 31 de dezembro de 2018			Exercício findo em 31 de dezembro de 2017					
	Publicado	Impacto da adoção do IFRS 16	Reapresentado	Publicado	Impacto da adoção do IFRS 16	Reapresentado	Publicado	Impacto da adoção do IFRS 16	Reapresentado
Lucro (prejuízo) líquido do exercício	420.277	(1.056.008)	(635.731)	529.039	(104.526)	424.513			
Resultado de equivalência patrimonial	(159.238)	1.056.008	896.770	(381.028)	104.526	(276.502)			
Valor adicionado recebido em transferências									
	Exercício findo em 31 de dezembro de 2018			Exercício findo em 31 de dezembro de 2017					
	Publicado	Impacto da adoção do IFRS 16	Reapresentado	Publicado	Impacto da adoção do IFRS 16	Reapresentado	Publicado	Impacto da adoção do IFRS 16	Reapresentado
Resultado de equivalência patrimonial	159.238	(1.056.008)	(896.770)	381.028	(104.526)	276.502			
Remuneração de capital próprio	420.277	(1.056.008)	(635.731)	529.039	(104.526)	424.513			

Azul S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2019

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

b) Consolidado

Balço patrimonial	Consolidado					
	31 de dezembro de 2018			31 de dezembro de 2017		
	Publicado	Impacto da adoção do IFRS 16	Reapresentado	Publicado	Impacto da adoção do IFRS 16	Reapresentado
<u>Ativo</u>						
<u>Circulante</u>						
Subarrendamento de aeronaves a receber (e)	-	73.671	73.671	-	57.768	57.768
Despesas antecipadas (g)	163.829	(48.376)	115.453	109.784	(27.128)	82.656
Outros ativos circulantes (h)	111.714	(1.091)	110.623	199.225	(418)	198.807
<u>Não circulante</u>						
Subarrendamento de aeronaves a receber (e)	-	288.067	288.067	-	308.824	308.824
Outros ativos não circulantes (g), (h)	520.723	(123.325)	397.398	215.707	(45.891)	169.816
Direito de uso – arrendamento (a), (b), (g), (j)	-	4.926.326	4.926.326	-	4.377.725	4.377.725
Direito de uso – manutenção (d), (g)	-	632.900	632.900	-	374.384	374.384
Imobilizado (b)	3.289.219	(1.446.980)	1.842.239	3.325.535	(1.444.764)	1.880.771
<u>Passivo</u>						
<u>Passivo Circulante</u>						
Empréstimos e financiamentos (c)	335.051	(176.238)	158.813	568.234	(149.036)	419.198
Passivo de arrendamento (a), (c)	-	1.237.909	1.237.909	-	914.600	914.600
Fornecedores (e)	1.166.291	121.370	1.287.661	953.534	18.216	971.750
Provisões (j)	-	36.083	36.083	-	-	-
<u>Passivo Não Circulante</u>						
Empréstimos e financiamentos (c)	3.370.971	(773.658)	2.597.313	2.921.653	(762.412)	2.159.241
Passivo de arrendamento (a), (c)	-	7.681.837	7.681.837	-	6.428.893	6.428.893
Imposto de renda e contribuição social diferidos (i)	443.894	(150.683)	293.211	326.911	(184.809)	142.102
Provisões (j), (e)	80.984	632.957	713.941	73.198	479.957	553.155
Outros passivos não circulantes (e), (h)	321.139	5.353	326.492	343.041	79.672	422.713
<u>Patrimônio líquido</u>						
Outros resultados abrangentes (i)	(117.324)	(36.645)	(153.969)	(11.192)	(3.496)	(14.688)
Prejuízo acumulado	(836.214)	(4.277.093)	(5.113.307)	(1.214.756)	(3.221.085)	(4.435.841)

Azul S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2019

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Balço patrimonial	Consolidado		
	01 de janeiro de 2017		
	Impacto da adoção do		
	Publicado	IFRS 16	Reapresentado
<u>Ativo</u>			
<u>Circulante</u>			
Subarrendamento de aeronaves a receber (e)	-	52.278	52.278
Despesas antecipadas (g)	97.501	(23.997)	73.504
<u>Não circulante</u>			
Subarrendamento de aeronaves a receber (e)	-	361.173	361.173
Direito de uso – arrendamento (a), (b), (g), (j)	-	4.063.048	4.063.048
Direito de uso – manutenção (d), (g)	-	115.259	115.259
Imobilizado (b)	3.439.980	(1.318.328)	2.121.652
<u>Passivo</u>			
<u>Passivo Circulante</u>			
Empréstimos e financiamentos (c)	985.238	(151.825)	833.413
Passivo de arrendamento (a), (c)	-	790.819	790.819
Fornecedores (e)	1.034.317	19.789	1.054.106
<u>Passivo Não Circulante</u>			
Empréstimos e financiamentos (c)	3.049.257	(850.129)	2.199.128
Passivo de arrendamento (a), (c)	-	6.242.168	6.242.168
Imposto de renda e contribuição social diferidos (i)	181.462	(96.904)	84.558
Provisões (j), (e)	76.353	402.644	478.997
Outros passivos não circulantes (e), (h)	377.924	21.642	399.566
<u>Patrimônio líquido</u>			
Outros resultados abrangentes (i)	(33.785)	(12.212)	(45.997)
Prejuízo acumulado	(1.743.795)	(3.116.559)	(4.860.354)

Azul S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2019

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Demonstração do resultado	Consolidado					
	Exercício findo em 31 de dezembro de 2018			Exercício findo em 31 de dezembro de 2017		
	Publicado	Impacto da adoção do IFRS 16	Reapresentado	Publicado	Impacto da adoção do IFRS 16	Reapresentado
Receita Operacional						
Carga e outras receitas (f)	483.225	(96.293)	386.932	1.094.157	(84.666)	1.009.491
Despesa Operacional						
Materiais de manutenção e reparo (d)	(504.477)	254.372	(250.105)	(568.144)	83.988	(484.156)
Depreciação e amortização (a), (j)	(324.902)	(959.148)	(1.284.050)	(299.793)	(763.585)	(1.063.378)
Outras despesas operacionais, líquida (h)	(875.148)	(6.268)	(881.416)	(572.497)	(4.078)	(576.575)
Outras despesas operacionais, líquida - Arrendamentos mercantis de aeronaves e outros (a)	(1.509.947)	1.475.513	(34.434)	(1.181.731)	1.146.112	(35.619)
Resultado Financeiro						
Receita financeira (e)	41.393	33.129	74.522	94.805	33.467	128.272
Despesas financeiras (a), (j)	(410.207)	(684.621)	(1.094.828)	(524.033)	(554.565)	(1.078.598)
Variações monetárias e cambiais, líquida (a), (e), (j)	(194.706)	(1.111.357)	(1.306.063)	57.871	(23.012)	34.859
Resultado de transações com partes relacionadas, líquido (e)	342.083	39.642	381.725	194.351	(17.376)	176.975
Imposto de renda e contribuição social diferido						
Imposto de renda e contribuição social diferido	(170.604)	(977)	(171.581)	(71.680)	79.189	7.509
Lucro (prejuízo) líquido do exercício	420.277	(1.056.008)	(635.731)	529.039	(104.526)	424.513
Lucro (prejuízo) líquido básico por ação ordinária - R\$	0,02	(0,05)	(0,03)	0,02	(0,00)	0,02
Lucro (prejuízo) líquido diluído por ação ordinária - R\$	0,02	(0,05)	(0,03)	0,02	(0,00)	0,02
Lucro (prejuízo) líquido básico por ação preferenciais - R\$	1,24	(3,13)	(1,88)	1,68	(0,33)	1,35
Lucro (prejuízo) líquido diluído por ação preferenciais - R\$	1,23	(3,13)	(1,88)	1,64	(0,33)	1,32

Azul S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2019

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Fluxos de caixa	Consolidado					
	Exercício findo em 31 de dezembro de 2018			Exercício findo em 31 de dezembro de 2017		
	Publicado	Impacto da adoção do IFRS 16	Reapresentado	Publicado	Impacto da adoção do IFRS 16	Reapresentado
Fluxos de caixa das atividades operacionais						
Lucro (prejuízo) líquido do exercício	420.277	(1.056.008)	(635.731)	529.039	(104.526)	424.513
Ajuste de itens sem desembolso de caixa para conciliação do resultado						
Depreciação e amortização	324.902	959.148	1.284.050	299.793	763.585	1.063.378
(Ganho) e perda sobre ativos e passivos denominados em moeda estrangeira	90.141	1.153.741	1.243.882	(62.236)	24.245	(37.991)
Receitas e despesas de juros sobre ativos e passivos	182.274	684.621	866.895	222.127	554.343	776.470
Imposto de renda e contribuição social diferidos	170.604	977	171.581	71.680	(79.189)	(7.509)
Variação de ativos e passivos operacionais						
Subarrendamento de aeronaves a receber	-	4.854	4.854	-	46.859	46.859
Despesas antecipadas	(71.723)	21.248	(50.475)	(20.017)	10.038	(9.979)
Outros ativos	(288.409)	78.107	(210.302)	(141.108)	39.412	(101.696)
Fornecedores	142.631	103.154	245.785	(93.524)	(1.573)	(95.097)
Outros passivos	31.639	(74.319)	(42.680)	(5.689)	58.021	52.332
Juros pagos	(214.671)	(630.626)	(845.297)	(301.943)	(519.230)	(821.173)
Fluxos de caixa das atividades de investimento						
Aquisição de bens do ativo imobilizado	(754.637)	(331.805)	(1.086.442)	(589.497)	(105.535)	(695.032)
Fluxos de caixa das atividades de financiamento						
Captação de empréstimos	-	-	-	1.750.111	(39.461)	1.710.650
Pagamento de empréstimos	(530.472)	(216.759)	(747.231)	(889.066)	(53.222)	(942.288)
Pagamento de arrendamentos	(385.906)	(696.333)	(1.082.239)	(201.246)	(593.764)	(795.010)

Demonstração do valor adicionado	Consolidado					
	Exercício findo em 31 de dezembro de 2018			Exercício findo em 31 de dezembro de 2017		
	Publicado	Impacto da adoção do IFRS 16	Reapresentado	Publicado	Impacto da adoção do IFRS 16	Reapresentado
Receitas						
Cargas e outras	527.018	(96.293)	430.725	1.185.230	(84.666)	1.100.564
Insumos adquiridos de terceiros						
Materiais, energia, serviços de terceiros e outros	(2.728.140)	248.105	(2.480.035)	(2.223.016)	79.910	(2.143.106)
Retenções						
Depreciação, amortização e impairment	(324.901)	(959.149)	(1.284.050)	(299.793)	(763.585)	(1.063.378)
Valor adicionado recebido em transferências						
Receitas financeiras	41.393	33.129	74.522	94.805	33.467	128.272
Resultado de transações com partes relacionadas, líquido	342.083	39.642	381.725	194.351	(17.376)	176.975
Impostos, taxas e contribuições						
Federais	532.144	977	533.121	448.518	(79.189)	369.329
Remuneração de capital de terceiros						
Juros	306.819	1.795.978	2.102.797	556.333	577.577	1.133.910
Aluguéis	1.515.717	(1.475.513)	40.204	1.161.774	(1.146.112)	15.662
Remuneração de capital próprio						
Lucro (prejuízo) líquido do exercício	420.277	(1.056.008)	(635.731)	529.039	(104.526)	424.513

Azul S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2019

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

- a) A aplicação do IFRS 16 a arrendamentos anteriormente classificados como operacionais, de acordo com o IAS 17, resultou no reconhecimento de ativos de direito de uso e passivos de arrendamento. Consequentemente, as despesas de arrendamento de aeronaves e outros diminuíram, compensadas por um aumento nas despesas de depreciação e amortização, despesas financeiras e despesas de variações monetárias e cambiais.
- b) Aeronaves sob arrendamento financeiro, reconhecidas anteriormente no Imobilizado, passam a ser apresentadas como ativo de direito de uso.
- c) O saldo passivo de arrendamentos financeiros, anteriormente reconhecidos como empréstimos e financiamentos, passam a ser apresentados como passivo de arrendamento.
- d) As despesas com manutenção pesada e *checks* estruturais relacionadas às aeronaves sob arrendamento operacional eram reconhecidas anteriormente em despesas de Materiais de manutenção e reparo. Com a aplicação do IFRS 16, essas despesas são capitalizadas e depreciadas.
- e) A Companhia, como arrendadora, classificou seus contratos de sublocação como arrendamentos financeiros e operacionais, dependendo da extensão em que o arrendamento transfere os riscos e benefícios inerentes ao ativo ou direito de uso do usuário. Para subarrendamentos classificados como financeiros, os ativos arrendados foram desreconhecidos e um recebimento de sublocações registrado. A provisão para contrato oneroso de 7 aeronaves subarrendadas para a TAP, exigida anteriormente pelo IAS 17 (Nota 12) foi ajustada para refletir apenas os custos não evitáveis relacionados ao arrendamento. A receita registrada para arrendamentos financeiros consiste apenas em receita financeira e o saldo a receber é ajustado a cada período contábil para alteração nas taxas de câmbio.
- f) Para subarrendamentos classificados como operacionais, a Companhia continua a reconhecer o direito de uso, que continua a ser depreciado de acordo com a política da Companhia. A receita de subarrendamento é reconhecida na rubrica "Cargas e outras receitas".
- g) Despesas antecipadas de manutenção passam a ser reconhecidas no ativo na rubrica "Direito de uso – manutenção de aeronaves arrendadas".
- h) A Companhia possuía perdas diferidas das operações de *sale and leaseback* que, na transição, foram baixadas e reconhecidas como perda no momento da transação e as despesas de amortização correspondentes anteriormente reconhecidas pelo IAS 17 foram revertidas.
- i) Ativos tributários diferidos reconhecidos até a extensão que a realização é provável.
- j) Os custos resultantes dos eventos de manutenção que serão realizados imediatamente antes da devolução das aeronaves aos arrendadores (definidos como eventos de restauração para efeitos de IFRS 16), são reconhecidos como provisões a partir do início do contrato, desde que possam ser estimados de forma razoável, por contrapartida do direito de uso das aeronaves, o qual é depreciado linearmente ao longo do contrato de arrendamento.

Os pagamentos de arrendamento de aeronaves da Companhia são predominantemente denominados em dólares norte-americanos. Embora o risco de fluxo de caixa em moeda estrangeira da Companhia para pagamentos de arrendamento permaneça inalterado, a adoção do IFRS 16 resultou em passivos de arrendamento reconhecidos em moeda estrangeira reconhecidos no balanço decorrente das flutuações da taxa de câmbio.

CPC 48 – Instrumentos financeiros - Recursos de pagamento antecipado com compensação negativa

De acordo com o CPC 48 (IFRS 9), um instrumento de dívida pode ser mensurado ao custo amortizado ou pelo valor justo por meio de outros resultados abrangentes, desde que os fluxos de caixa contratuais sejam "somente pagamentos de principal e juros sobre o principal em aberto" (critério de SPPI) e o instrumento for mantido no modelo de negócio adequado para esta classificação. As alterações ao CPC 48 esclarecem que um ativo financeiro cumpre o critério de SPPI independentemente do evento ou circunstância que cause a rescisão antecipada do contrato e independentemente da parte que paga ou recebe uma compensação razoável pela rescisão antecipada do contrato. Estas alterações não tiveram impacto nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Companhia.

Azul S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2019

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

CPC 33 (R1) – Benefícios a empregados - Alterações, reduções ou liquidação de planos

As alterações ao CPC 33 (R1) abordam a contabilização quando ocorre alteração, redução ou liquidação de um plano durante o período. As alterações especificam que quando ocorre alteração, redução ou liquidação do plano durante o período anual coberto nas demonstrações financeiras, a entidade deve determinar o custo do serviço atual para o período remanescente após a alteração, redução ou liquidação do plano, usando as premissas atuariais utilizadas para reavaliar o passivo (ativo) líquido do benefício definido, refletindo os benefícios oferecidos pelo plano e os ativos do plano após aquele evento.

A entidade deve também apurar os juros líquidos para o período remanescente após alteração, redução ou liquidação do plano, usando o passivo (ativo) líquido do benefício definido refletindo os benefícios oferecidos pelo plano e os ativos do plano após aquele evento, bem como a taxa de desconto usada para reavaliar este passivo (ativo) líquido do benefício definido.

As alterações não tiveram impacto sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Companhia, uma vez que não houve nenhuma alteração, restrições ou liquidações no plano durante o período.

CPC 18 (R2) - Investimento em Coligada, em Controlada e em Empreendimento Controlado em Conjunto

As alterações esclarecem que a entidade deve aplicar o CPC 48 a investimentos de longo prazo em uma coligada ou *joint venture* para a qual o método da equivalência patrimonial não se aplique, mas que, em substância, faça parte do Investimento líquido na coligada ou *joint venture* (investimento de longo prazo).

Este esclarecimento é relevante porque sugere que o modelo de perdas de crédito esperadas do CPC 48 seja aplicável a estes investimentos de longo prazo.

As alterações esclarecem ainda que, ao aplicar o CPC 48, a entidade não deve considerar os prejuízos da coligada ou *joint venture*, ou as perdas por redução ao valor recuperável do investimento líquido, reconhecidos como ajustes ao investimento líquido na coligada ou *joint venture* que decorrem da aplicação do CPC 18 (R2).

Essas alterações não tiveram impacto nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

ICPC 22 - Incerteza sobre Tratamento de Tributos sobre o Lucro

A Interpretação (equivalente à interpretação IFRIC 23) trata da contabilização dos tributos sobre o lucro nos casos em que os tratamentos tributários envolvem incerteza que afeta a aplicação da IAS 12 (CPC 32) e não se aplica a tributos fora do âmbito da IAS 12 nem inclui especificamente os requisitos referentes a juros e multas associados a tratamentos fiscais incertos. A Interpretação aborda especificamente o seguinte:

Azul S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2019

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

- Se a entidade considera tratamentos fiscais incertos separadamente.
- As suposições que a entidade faz em relação ao exame dos tratamentos tributários pelas autoridades fiscais.
- Como a entidade determina o lucro real (prejuízo fiscal), bases de cálculo, prejuízos fiscais não utilizados, créditos tributários extemporâneos e alíquotas de imposto.
- Como a entidade considera as mudanças de fatos e circunstâncias.

A interpretação esclarece que caso não seja provável a aceitação, os valores de ativos e passivos fiscais devem ser ajustados para refletir a melhor resolução da incerteza.

A Companhia aplica julgamento significativo na identificação de incertezas sobre tratamentos de imposto de renda e avalia se a Interpretação teve impacto em suas demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

Após a adoção da Interpretação, a Companhia conclui, com base em seu estudo de conformidade tributária, que é provável que seus tratamentos fiscais (incluindo os aplicados às subsidiárias) serão aceitos pelas autoridades fiscais. A Companhia concluiu que não há impactos ou necessidades de divulgações adicionais nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Companhia decorrentes da aplicação da norma.

Melhorias anuais – Ciclo 2015 – 2017

CPC 15 (R1) - Combinação de Negócios

As alterações esclarecem que, quando a entidade obtém o controle de um negócio que seja uma operação conjunta, ela deve aplicar os requisitos para uma combinação de negócios em estágios, inclusive a reavaliação de participações anteriormente detidas nos ativos e passivos da operação conjunta ao valor justo. Ao fazê-lo, a adquirente reavalia toda a participação anteriormente detida na operação conjunta.

A entidade aplica essas alterações às combinações de negócios para as quais a data de aquisição ocorre a partir do início do primeiro período anual com início a partir de 1º de janeiro de 2019. Estas alterações não tiveram impacto nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Companhia, uma vez que não houve transação em que tivesse sido obtido o controle em um negócio que fosse uma operação conjunta.

CPC 19 (R2) - Negócios em Conjunto

Uma entidade que participe, mas não possua o controle conjunto de uma operação conjunta, poderá obter o controle conjunto da operação conjunta cuja atividade constitua um negócio, conforme definição do CPC 15 (R1). As alterações esclarecem que as participações anteriormente detidas nesta operação conjunta não são remensuradas.

Azul S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2019

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

A entidade aplica essas alterações às operações cujo controle tenha sido obtido a partir do início do primeiro período anual com início a partir de 1º de janeiro de 2019. Estas alterações não tiveram impacto nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Companhia, uma vez que não houve transação em que tivesse sido obtido controle conjunto.

CPC 32 - Tributos sobre o Lucro

As alterações esclarecem que as consequências do imposto de renda sobre dividendos estão vinculadas mais diretamente a transações ou eventos passados que geraram lucros distribuíveis do que às distribuições aos titulares. Portanto, a entidade reconhece as consequências do imposto de renda sobre dividendos no resultado, outros resultados abrangentes ou patrimônio líquido conforme o lugar em que a entidade originalmente reconheceu essas transações ou eventos passados.

A entidade aplica essas alterações a partir de 1º de janeiro de 2019. Quando a entidade aplica essas alterações pela primeira vez, as aplica às consequências do imposto de renda sobre dividendos reconhecidas a partir do início do período comparativo mais antigo. Como a legislação fiscal aplicável nas jurisdições nas quais a Companhia atua (primariamente no Brasil) não prevêem a tributação dos dividendos, essa alteração não trouxe efeito sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

CPC 20 (R1) - Custos de Empréstimos

As alterações esclarecem que a entidade deve tratar como parte dos empréstimos em geral qualquer empréstimo que tenha sido contraído originalmente para desenvolver um ativo qualificável quando substancialmente todas as atividades necessárias para preparar o ativo para uso ou venda forem concluídas.

A entidade aplica estas alterações aos custos de empréstimos incorridos a partir do início do período anual em que a entidade aplica essas alterações pela primeira vez. A entidade aplica estas alterações a períodos anuais com início a partir de 1º de janeiro de 2019. Como a prática atual da Companhia está alinhada a essas alterações, não houve nenhum impacto sobre suas demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

3.20. Pronunciamentos do IFRS que ainda não estão em vigor em 31 de dezembro de 2019

Alterações ao CPC 15 (R1): Definição de negócios

Em outubro de 2018, o IASB emitiu alterações à definição de negócios no IFRS 3, sendo essas alterações refletidas na revisão 14 do CPC, alterando o CPC 15 (R1) para ajudar as entidades a determinar se um conjunto adquirido de atividades e ativos consiste ou não em um negócio. Elas esclarecem os requisitos mínimos para uma empresa, eliminam a avaliação sobre se os participantes no mercado são capazes de substituir qualquer elemento ausente, incluem orientações para ajudar entidades a avaliar se um processo adquirido é substantivo, delimitam melhor as definições de negócio e de produtos e introduzem um teste de concentração de valor justo opcional. Novos casos ilustrativos foram fornecidos juntamente com as alterações.

Azul S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2019

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Como as alterações se aplicam prospectivamente a transações ou outros eventos que ocorram na data ou após a primeira aplicação, a Companhia não será afetada por essas alterações na data de transição.

Alterações ao CPC 26 (R1) e IAS 8: Definição de omissão material

Em outubro de 2018, o IASB emitiu alterações à IAS 1 e IAS 8 *Accounting Policies, Changes in Accounting Estimates and Errors*, sendo essas alterações refletidas na revisão 14 do CPC, alterando o CPC 26 (R1) e o CPC 23 para alinhar a definição de “omissão material” ou “divulgação distorcida material” em todas as normas e esclarecer certos aspectos da definição. A nova definição declara que: “a informação é material se sua omissão, distorção ou obscurecimento pode influenciar, razoavelmente, decisões que os principais usuários das demonstrações financeiras de propósito geral fazem com base nessas demonstrações financeiras, que fornecem informações financeiras sobre relatório específico da entidade. Não é esperado que essas alterações tenham um impacto significativo nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Companhia.

Alterações na IFRS 9 – Instrumentos Financeiros, IAS 39 – Instrumentos Financeiros: Reconhecimento e Mensuração e IFRS 7 – Instrumentos Financeiros: Divulgações

Reforma nas taxas de juros utilizadas como referências de mercado – IBOR (*Interbank Offered Rate*), que será finalizada em períodos futuros, poderá haver incertezas nas avaliações das estruturas de *hedge accounting*. As alterações normativas visam minimizar eventuais impactos nessas estruturas no cenário atual de pré-substituição de taxas. Estas alterações são efetivas para exercícios iniciados em 1º de janeiro de 2020. Não é esperado que essas alterações tenham um impacto significativo nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Companhia.

CPC 11 - Contratos de seguro

Em maio de 2017, o IASB emitiu a IFRS 17 - Contratos de Seguro (norma ainda não emitida pelo CPC no Brasil), uma nova norma contábil abrangente para contratos de seguro que inclui reconhecimento e mensuração, apresentação e divulgação.

A IFRS 17 vigora para períodos iniciados a partir de 1º de janeiro de 2021, sendo necessária a apresentação de valores comparativos. Essa norma não se aplica a Companhia.

4. Julgamentos, estimativas e premissas contábeis significativos

A preparação das demonstrações financeiras requer que a Administração faça julgamentos e estimativas e adote premissas que afetam os valores apresentados de receitas, despesas, ativos e passivos, bem como as divulgações de passivos contingentes, na data base das demonstrações financeiras. Contudo, a incerteza relativa a essas premissas e estimativas poderia levar a resultados que requeiram um ajuste significativo ao valor contábil do ativo ou passivo afetado, em períodos futuros.

Azul S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2019

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

No processo de aplicação das políticas contábeis da Companhia, a Administração emitiu os seguintes julgamentos, estimativas e premissas que têm o efeito mais significativo nos valores reconhecidos nas demonstrações financeiras consolidadas:

Estimativas e premissas

As premissas relativas a fontes de incerteza nas estimativas futuras e outras importantes fontes de incerteza em estimativas na data do balanço, envolvendo risco significativo de causar um ajuste significativo no valor contábil dos ativos e passivos no próximo exercício, são discutidas abaixo:

Breakage

É reconhecida antecipadamente a receita de passagens emitidas a qual espera que não ocorram a utilização com base em dados históricos e experiência nas operações. Estimar a quebra esperada requer que a administração faça julgamento, informando dentre outras coisas, na medida em que utiliza como base histórica. Frequentemente, os dados históricos são reavaliados e as respectivas melhorias feitas.

Perda por redução ao valor recuperável de ativos não financeiros

Uma perda por redução ao valor recuperável existe quando o valor contábil de um ativo ou unidade geradora de caixa excede o seu valor recuperável, o qual é o maior entre o valor justo menos custos de venda e o valor em uso. O cálculo do valor justo menos custos de vendas é baseado em informações disponíveis de transações de venda de ativos similares ou preços de mercado menos custos adicionais para descartar o ativo. O cálculo do valor em uso é baseado no modelo de fluxo de caixa descontado.

Os fluxos de caixa derivam do orçamento para os próximos cinco ou sete anos e não incluem atividades de reorganização que ainda não tenham se comprometido ou investimentos futuros significativos que melhorarão a base de ativos da unidade geradora de caixa objeto de teste. O valor recuperável é sensível à taxa de desconto utilizada no método de fluxo de caixa descontado, bem como os recebimentos de caixa futuros esperados e a taxa de crescimento utilizada para fins de extrapolação.

Transações com pagamentos baseados em ações

É mensurado o custo de transações liquidadas com ações para executivos baseado no valor justo dos instrumentos patrimoniais na data da sua outorga ou em cada data de balanço, quando aplicável. A Companhia deve estimar a quantidade investida esperada, considerando o desempenho e não as condições de mercado. A estimativa do valor justo dos pagamentos com base em ações requer a determinação do modelo de avaliação mais adequado para a concessão de instrumentos patrimoniais, o que depende dos termos e condições da concessão. Isso requer também a determinação dos dados mais adequados para o modelo de avaliação, incluindo a vida esperada da opção, volatilidade e rendimento de dividendos, e correspondentes premissas.

Azul S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2019

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

As premissas e modelos utilizados para estimar o valor justo dos pagamentos baseados em ações são divulgados na Nota 30.

Provisões para riscos tributários, cíveis e trabalhistas

É reconhecida provisão para causas tributárias, cíveis e trabalhistas. A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação dos advogados externos. As provisões são revisadas e ajustadas para levar em conta alterações nas circunstâncias tais como prazo de prescrição aplicável, conclusões de inspeções fiscais ou exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos ou decisões de tribunais (Nota 22).

Valor justo de instrumentos financeiros

Quando o valor justo de ativos e passivos financeiros apresentados no balanço patrimonial não puder ser obtido de mercados ativos, é determinado utilizando técnicas de avaliação, incluindo o método de fluxo de caixa descontado. Os dados para esses métodos se baseiam naqueles praticados no mercado, quando possível, contudo quando isso não for viável, um determinado nível de julgamento é requerido para estabelecer o valor justo. O julgamento inclui considerações sobre os dados utilizados como, por exemplo, risco de liquidez, risco de crédito e volatilidade. Mudanças nas premissas sobre esses fatores poderiam afetar o valor justo dos instrumentos financeiros.

Programa TudoAzul – programa de vantagens

Conforme descrito na nota 3.17, a Companhia contabiliza os pontos gerados pelo programa TudoAzul baseado no método da receita diferida. Por esse método, os pontos adquiridos são identificados como um componente das vendas em que foram gerados e uma receita diferida é reconhecida baseado no preço de venda individual relativo. A receita diferida, com exceção do *breakage* sobre os pontos, permanece reconhecida até o momento em que os clientes resgatam seus pontos, ou quando eles expiram.

Provisão para devolução de aeronaves e motores

Para aeronaves sob arrendamento operacional, a Companhia está contratualmente obrigada a devolver o equipamento em um nível pré-definido de capacidade operacional.

A provisão para devolução de aeronave é estimada com base nos gastos incorridos na reconfiguração das aeronaves (interior e exterior), de licenças, certificações técnicas, pinturas, entre outros, de acordo com as cláusulas contratuais de retorno.

A provisão para devolução dos motores é estimada com base em avaliação e condições contratuais mínimas nas quais o equipamento deve ser devolvido ao arrendador, considerando não só os custos históricos incorridos, mas também as condições do equipamento no momento da avaliação.

Azul S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2019

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Determinação da vida útil e dos componentes significativos do ativo imobilizado e direito de uso

Os componentes significativos das aeronaves que devem ser segregados são os motores suas respectivas manutenções pesadas programadas e checks estruturais. Esses componentes são depreciados de acordo com a vida útil, definida no plano de renovação da frota e no cronograma de manutenção.

Taxa de desconto utilizada para o cálculo inicial do arrendamento

Ao calcular o valor presente dos pagamentos do arrendamento, a Companhia usa a taxa de juros implícita no arrendamento e, quando esta não pode ser prontamente determinada, é utilizada a taxa incremental sobre empréstimo da Companhia na data do início do arrendamento.

A taxa incremental é calculada com base na taxa de juros livre de risco para um prazo e um ambiente econômico semelhante ao arrendamento, na data de início do arrendamento, ajustada pelo spread de risco da Companhia e pelas garantias específicas do arrendamento.

5. Objetivos e políticas para gestão de risco financeiro

Os principais passivos financeiros, que não sejam derivativos, referem-se a empréstimos, fornecedores e outras contas a pagar. O principal propósito desses passivos financeiros é financiar as operações, bem como financiar a aquisição de aeronaves. Os saldos de contas a receber de clientes e outras contas a receber, resultam diretamente de suas operações. A Companhia também mantém investimentos disponíveis para negociação e contrata transações com derivativos, tais como termo de moeda, opções e swaps.

A Administração da Companhia supervisiona o monitoramento de mercado, crédito e riscos de liquidez.

Todas as atividades com instrumentos financeiros para gestão de risco são realizadas por especialistas com habilidade, experiência e supervisão adequada. É política da Companhia não operar transações de derivativos para fins especulativos.

a) Risco de mercado

O risco de mercado é o risco de que o valor justo dos fluxos de caixa futuros de um instrumento financeiro venha a flutuar devido a alterações nos preços de mercado. O risco de mercado é composto por três tipos de riscos: risco de taxa de juros, risco cambial e risco de preço, tais como o risco de preço de ações e preço de commodities.

Instrumentos financeiros expostos ao risco de mercado incluem empréstimos a pagar, depósitos, instrumentos financeiros disponíveis para negociação e mensurados ao valor justo através do resultado e instrumentos financeiros.

Azul S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2019

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Em 24 de julho de 2019, a Companhia realizou uma operação estruturada de derivativos para a realização de hedge no montante de US\$28 milhões referente à liberação de uma nova tranche junto à Opic. A estrutura contratada foi um *full swap* de principal e juros de todos os fluxos da operação a uma taxa de R\$3,7731 contemplando também venda de opções de moeda a R\$4,7500 para juros e principal. Esta operação foi designada como hedge econômico.

A tabela abaixo mostra os efeitos de nossos *hedges* designados para *hedge accounting* em nossos empréstimos e financiamentos:

	31 de dezembro de 2019		
	Valor contábil	Valor intrínseco do <i>hedge</i>	Consolidado pós estratégia de <i>Hedge</i>
Em moeda estrangeira - US\$			
Compra de aeronaves e motores	896.232	(10.971)	885.261
Capital de giro	1.727.882	(303.507)	1.424.375
Denominado em moeda nacional - R\$			
Compra de aeronaves e motores (FINAME)	164.280	(3.309)	160.971
Capital de giro	37.355	-	37.355
Total em R\$	2.825.749	(317.787)	2.507.962

O quadro a seguir demonstra o endividamento relacionado a capital de giro denominado em moeda estrangeira, designado como *hedge accounting*, considerando os efeitos dos instrumentos financeiros (trocando a exposição para moeda nacional) contratados pela Companhia:

						31 de dezembro de 2019		
Risco	Relação de Proteção	Item Protegido <i>(hedged)</i>	Instrumento de <i>hedge</i>	Principal - item protegido	Principal - instrumento de <i>hedge</i>	Valor Contábil - item protegido	Valor intrínseco do <i>hedge</i>	Efeito líquido
1) <i>Senior Notes</i> Azul LLP								
Cambial	<i>Hedge</i> de fluxo de caixa	Principal de <i>Senior Notes</i> Azul LLP denominado em moeda estrangeira	Opção de moeda estrangeira com limite de baixa de 3,2865 e alta 4,7500	US\$ 400 milhões	US\$ 400 milhões	1.605.914	(282.760)	1.323.154
2) <i>Captação no exterior</i>								
Taxa de Juros e Variação Cambial	<i>Hedge</i> de Valor Justo	Operação denominada em moeda estrangeira acrescido de Libor3M e spread	Swap de taxa de juros (recebe Libor3M + spread e paga 108% do CDI)	US\$30 milhões	98.940	121.968	(20.747)	101.221
Total						1.727.882	(303.507)	1.424.375

Azul S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2019

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

O quadro a seguir demonstra o endividamento relacionado a aeronaves, designado como *hedge accounting*, considerando os efeitos dos instrumentos financeiros (moeda e taxa de juros) contratados pela Companhia:

						31 de dezembro de 2019		
Risco	Relação de Proteção	Item Protegido (hedged)	Instrumento de hedge	Principal - item protegido	Principal - instrumento de hedge	Valor Contábil - item protegido	Valor intrínseco do <i>hedge</i>	Efeito líquido
Compra de aeronaves e motores								
Taxa de Juros e Variação Cambial	<i>Hedge</i> de fluxo de caixa	Operação denominada em moeda estrangeira acrescido de 6,02% pré-fixados	Opção de moeda estrangeira com limite de baixa de 3,8070 e cap a 4,75	US\$79 milhões	US\$79 milhões	594.586	(10.971)	583.615
Taxa de Juros e Variação Cambial	<i>Hedge</i> de valor justo	Operação denominada em moeda nacional acrescido de juros pré-fixados em 6%	Swap de taxa de juros (pré-fixado 6% para 58% e 61% do CDI)	R\$76.200	R\$76.200	44.249	(3.309)	40.940
Total						638.835	(14.280)	624.555

a.1) Risco da taxa de juros

Risco de taxas de juros é o risco de que o valor justo dos fluxos de caixa futuros de um instrumento financeiro flutue devido a variações nas taxas de juros de mercado. A exposição da Companhia ao risco de mudanças nas taxas de juros de mercado refere-se, principalmente, às obrigações de longo prazo sujeitas a taxas de juros variáveis.

O risco de taxa de juros é gerenciado através de monitoramento das projeções futuras das taxas que incidem sobre seus empréstimos e financiamentos e debêntures, bem como sobre as suas operações de arrendamento mercantil operacional. Para mitigar esse risco, são utilizados instrumentos financeiros que visam minimizar eventuais impactos negativos de variações de taxas de juros.

Sensibilidade à taxa de juros

A tabela abaixo demonstra a sensibilidade a uma possível mudança nas taxas de juros, mantendo-se todas as outras variáveis constantes no resultado antes da tributação, o qual é afetado pelo impacto dos empréstimos a pagar sujeitos a taxas variáveis.

Para análise de sensibilidade, foi adotado:

- LIBOR atrelado à dívida: média ponderada de 5,34% ao ano.
- CDI atrelado à dívida: média ponderada de 4,74% ao ano;

Estimamos o impacto do fluxo de caixa para o exercício findo em 31 de dezembro de 2019 decorrente da variação de 25% e 50% sobre as taxas médias ponderadas, conforme demonstrado a seguir:

Azul S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2019

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

	25%	-25%	50%	-50%
Despesa de juros	29.430	(29.430)	58.860	(58.860)

a.2) Risco de câmbio

O risco de câmbio é o risco de que o valor justo dos fluxos de caixa futuros de um instrumento financeiro flutue devido a variações nas taxas de câmbio. A exposição ao risco de variações nas taxas de câmbio refere-se, principalmente aos empréstimos, financiamentos e arrendamentos, líquido de investimentos em dólares norte-americano e também às receitas e despesas operacionais originadas em dólares norte-americano.

A Companhia também está exposta a mudanças na taxa de câmbio do Euro através do seu investimento nos *Bonds* Conversíveis da TAP (Nota 24).

O risco cambial é administrado por meio de instrumentos financeiros que possuem cobertura em seu fluxo de caixa líquido, projetados para o período de doze meses.

A Companhia monitora constantemente a exposição líquida em moeda estrangeira e, quando for apropriado, realiza operações de *hedge* para proteger o fluxo de caixa não operacional, projetando para um período máximo de até 12 meses, para minimizar sua exposição. Adicionalmente, a Companhia pode celebrar instrumentos financeiros com prazo superior a 12 meses para proteger-se contra riscos cambiais e / ou de taxa de juros relacionados a “Empréstimos e financiamentos”.

A exposição cambial está demonstrada a seguir:

	Consolidado			
	Exposição em dólares norte americanos		Exposição em euro	
	31 de dezembro de		31 de dezembro de	
	2018		2018	
	2019	(reapresentado)	2019	2018
Ativo				
Caixa e equivalentes de caixa e aplicações financeiras circulantes	289.297	356.174	-	-
Depósitos em garantia e reservas de manutenção	1.613.221	1.513.963	-	-
Subarrendamento de aeronaves a receber	279.504	361.738	-	-
Aplicação financeira não circulante	160.871	-	1.236.828	1.287.781
Instrumentos financeiros	121.968	116.564	-	-
Outros ativos	244.355	122.456	-	-
Total ativo	2.709.216	2.470.895	1.236.828	1.287.781
Passivo				
Fornecedores	(424.411)	(455.777)	-	-
Empréstimos e financiamentos circulante e não circulante	(2.624.114)	(1.756.989)	-	-
Passivo de arrendamento	(12.034.392)	(8.948.314)	-	-
Outros passivos	(688.134)	(44.925)	-	-
Total passivo	(15.771.051)	(11.206.005)	-	-
Derivativos (NDF) – “Notional”	2.940.333	2.186.356	-	-
Exposição líquida	(10.121.502)	(6.548.754)	1.236.828	1.287.781

Azul S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2019

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

(*) Em 31 de dezembro de 2019, os empréstimos denominados em dólares no montante de R\$2.158.933 foram *hedgeados* para reais, gerando um ganho não realizado de R\$314.500 e resultando em uma exposição líquida em dólares norte-americanos sobre Empréstimos e Financiamentos de R\$465.181.

Sensibilidade à taxa de câmbio

Em 31 de dezembro de 2019, a Companhia usou a taxa de câmbio de fechamento de R\$4,0307/US\$ e R\$4,5305/EUR. A seguir está demonstrada a análise de sensibilidade considerando a variação de 25% e 50% sobre a taxa vigente:

Exposição em US\$	25%	-25%	50%	-50%
	R\$5,0384/US\$	R\$3,0230/US\$	R\$6,0461/US\$	R\$2,0154/US\$
Efeito na variação cambial	(2.530.398)	2.530.398	(5.060.797)	5.060.797

Exposição em EUR	25%	-25%	50%	-50%
	R\$5,6631/EUR	R\$3,3979/EUR	R\$6,7958/EUR	R\$2,2653/EUR
Efeito na variação cambial	309.207	(309.207)	618.414	(618.414)

a.3) Riscos relacionados a variações nos preços de combustível da aviação

A volatilidade dos preços do combustível de aviação é um dos riscos financeiros mais significativos para as companhias aéreas. A gestão do risco do preço do combustível da Companhia tem o objetivo de equilibrar sua exposição no mercado, de modo que não seja nem excessivamente afetados por um aumento repentino nos preços nem incapaz de se beneficiar de uma queda substancial dos preços dos combustíveis.

A Companhia administra o risco relacionado com a volatilidade dos preços do combustível, através de contratos de preço fixo diretamente com a distribuidora, ou contratos de instrumentos financeiros negociados diretamente com os bancos. A Companhia pode usar contratos de instrumentos financeiros de combustível ou subprodutos.

Sensibilidade ao preço do combustível

A tabela abaixo demonstra a análise de sensibilidade do *hedge* de combustível para uma possível mudança substancial no mercado, mantendo todas as outras variáveis constantes.

A análise considera uma mudança nos preços do combustível, em reais, em relação à média do mercado para o período e projeta o impacto sobre os instrumentos financeiros, resultante de uma variação de 25% e 50% no preço do combustível de aviação, utilizando a taxa de câmbio de fechamento de R\$4,0307/US\$1,00, sendo:

	25%	-25%	50%	-50%
Variação no preço do combustível em reais				
Impacto no <i>hedge</i> de combustível	379.673	(261.317)	700.031	(582.002)

Azul S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2019

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

a.4) *Riscos relacionados a mudanças no valor justo da TAP*

Os *Bonds* TAP contêm uma opção de conversão em ações da TAP. Adicionalmente, a Global AzulAirProjects detém 35,6% dos direitos econômicos na Atlantic Gateway, que detém 6,1% de interesse econômico pós-diluição na TAP. Sendo assim, a Companhia está exposta a mudanças no valor justo da TAP.

A aquisição dos *Bonds* TAP e a participação na Global AzulAirProjects faz parte da estratégia comercial da Companhia para criação de sinergias entre a Companhia e a TAP, e por ter a opção de se tornar um acionista direto da TAP, caso o preço de mercado da TAP seja economicamente interessante para converter a dívida em capital.

b) Risco de crédito

O risco de crédito é inerente às atividades operacionais e financeiras, principalmente representados nas rubricas de: contas a receber, caixa e equivalentes de caixa, incluindo depósitos bancários.

O risco de crédito do “contas a receber” é composto por valores a vencer das maiores administradoras de cartões de crédito e vendas parceladas. É prática avaliar os riscos das contrapartes em instrumentos financeiros e diversificar a exposição.

Os instrumentos financeiros são realizados com contrapartes que possuem rating mínimo “A” na avaliação feita pelas agências *S&P*, *Moodys* ou *Fitch*, ou, na sua grande maioria, são contratados em bolsa de valores de mercadorias e futuros, o que mitiga substancialmente o risco de crédito. Os *Bonds* Conversíveis da TAP são garantidos por certos ativos intangíveis.

Adicionalmente, a Companhia, no âmbito da proposta não vinculante de aquisição de certos ativos da Oceanair Linhas Aéreas S/A (“Avianca Brasil”), concedeu empréstimos no valor total agregado e não atualizado de R\$52 milhões à Avianca Brasil, os quais possuem garantias contratuais de fiança e alienação fiduciária de equipamentos. Tais empréstimos estão registrados na rubrica “Outros ativos circulantes” devem ser pagos com prioridade nos termos da lei e do plano de recuperação judicial da Avianca Brasil. Durante o segundo trimestre de 2019, houve leilão para alienação de unidades produtivas isoladas, nos termos do plano de recuperação judicial da Avianca, cujo produto serviria prioritariamente para pagamento dos empréstimos. Até o momento, a alienação judicial das unidades produtivas isoladas não foi concluída, inclusive em vista da decisão da Agência Nacional de Aviação Civil (ANAC) para redistribuição de slots. A Companhia continua monitorando a evolução do processo de recuperação judicial da Avianca Brasil e seus desdobramentos para verificar a recuperabilidade dos empréstimos por tal via, bem como tem adotado todas as medidas executórias cabíveis para cobrança dos referidos valores da devedora e dos garantidores.

Azul S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2019

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

c) Risco de liquidez

Risco de liquidez assume duas formas distintas: risco de liquidez de mercado e risco de liquidez de fluxo de caixa. O primeiro está relacionado aos preços vigentes de mercado e varia de acordo com os tipos de ativos e mercados em que são negociados. Já o risco de liquidez de fluxo de caixa está relacionado com o surgimento de dificuldades para cumprir com as obrigações operacionais contratadas nas datas previstas.

Como forma de gestão do risco de liquidez, a Companhia aplica seus recursos em ativos líquidos (títulos públicos federais, CDBs e fundos de investimento com liquidez diária) e a Política de Gestão de Caixa da Companhia estabelece que o prazo médio ponderado da dívida deve ser maior que o prazo médio ponderado do portfólio de investimento.

Cronograma dos passivos financeiros detidos pela Companhia a seguir:

31 de dezembro de 2019	Imediato	Até 6 meses	7 a 12 meses	1 a 5 anos	Mais que 5 anos	Total
Empréstimos e financiamentos	42.619	162.269	276.339	3.003.090	33.839	3.518.156
Passivo de arrendamento	271.524	598.472	715.237	8.081.759	2.439.629	12.106.621
Fornecedores	975.465	277.388	123.997	-	-	1.376.850
Fornecedores – risco sacado	249.727	-	-	-	-	249.727
Passivos de transações com derivativos	2.135	46.987	32.074	228.994	-	310.190
	1.541.470	1.085.116	1.147.647	11.313.843	2.473.468	17.561.544

Gestão do capital

Os ativos podem ser financiados por capital próprio ou capital financiado. Caso a opção por capital próprio seja feita, esta pode utilizar recursos provenientes de aportes de capital pelos acionistas.

A utilização de recursos financiados será sempre uma opção a ser considerada, principalmente quando a Administração entender que este custo será menor que o retorno gerado pelo ativo adquirido. É importante apenas assegurar que seja mantida uma estrutura de capital eficiente, que propicie solidez financeira e ao mesmo tempo viabilize seu plano de negócios. Por ser uma indústria de capital intensivo, com investimentos consideráveis em ativos de alto valor agregado, é natural que empresas do setor de aviação apresentem um grau de alavancagem elevado.

O capital é gerenciado por meio de índices de alavancagem, que é definido como endividamento líquido dividido pela soma do endividamento financeiro líquido e patrimônio líquido total. A Administração procura manter esta relação em níveis iguais ou inferiores aos níveis da indústria. A Administração inclui na dívida líquida os empréstimos, financiamentos (inclui as debêntures) e passivos de arrendamentos menos caixa e equivalentes de caixa, aplicações financeiras circulante e não circulante, subarrendamento de aeronaves a receber e aplicações financeiras vinculadas circulante e não circulante.

Azul S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2019

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

A estrutura do capital é formada pelo endividamento líquido, definido como o total de empréstimos e financiamentos (incluindo as debêntures), líquido de caixa e equivalentes de caixa e outros ativos financeiros e pelo capital que é definido como o patrimônio líquido total dos acionistas e endividamento líquido.

De acordo com o IFRS 16, na data de início do arrendamento, a Companhia reconhece os passivos de arrendamento mensurados pelo valor presente dos pagamentos a serem efetuados pelo prazo do contrato. Durante o quarto trimestre de 2019, a Companhia recebeu 13 aeronaves sob arrendamento operacional, aumentando o 'Passivo de arrendamento' no montante de R\$2.124.722. Embora o passivo seja reconhecido no balanço patrimonial a partir da data de entrega, essas aeronaves não geraram quase nenhum resultado operacional durante o trimestre, pois as aeronaves precisam passar por certificações e testes antes de ingressar na frota operacional da Companhia.

A Companhia não está sujeita a nenhuma necessidade de capital imposta externamente. O capital total é definido como o total do patrimônio líquido somado à dívida líquida como segue:

	Consolidado	
	31 de dezembro de	
	2019	2018
		(reapresentado)
Patrimônio líquido	(3.519.174)	(1.150.038)
Caixa e equivalentes de caixa (Nota 6)	(1.647.880)	(1.169.136)
Aplicações financeiras (Nota 7)	(62.009)	(517.423)
Aplicação financeira não circulantes (Nota 25)	(1.397.699)	(1.287.781)
Subarrendamento de aeronaves a receber (Nota 9)	(279.504)	(361.738)
Depósitos em garantia e reservas de manutenção (Nota 13) (*)	(1.651.533)	(1.546.720)
Empréstimos e financiamentos (*) (Nota 18)	3.518.156	2.756.126
Passivo de arrendamento (*) (Nota 19)	12.106.621	8.919.746
Dívida líquida	10.586.152	6.793.074
Capital total	7.066.978	5.643.036

(*) Circulante e não circulante

Azul S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2019

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

6. Caixa e equivalentes de caixa

O caixa e equivalentes de caixa são compostos como segue:

	Controladora		Consolidado	
	31 de dezembro de		31 de dezembro de	
	2019	2018	2019	2018
Caixa e depósitos bancários	5.926	10.545	308.958	370.262
Equivalentes de caixa				
Certificado de depósito bancário – CDB	2.029	67	1.317.388	480.052
Fundos de investimentos	6	638	21.534	318.822
	7.961	11.250	1.647.880	1.169.136

O montante total reconhecido como caixa e depósitos bancários refere-se a contas correntes com as principais instituições financeiras brasileiras.

Os CDBs são indexados ao Certificado de Depósito Interbancário (“CDI”) e são resgatáveis a qualquer momento.

Os fundos de investimento são compostos por CDBs e operações compromissadas, denominados em reais e junto a instituições financeiras.

Equivalentes de caixa são classificados como ativos financeiros a valor justo por meio do resultado.

7. Aplicações financeiras

As aplicações financeiras estão descritas abaixo:

	Controladora		Consolidado	
	31 de dezembro de		31 de dezembro de	
	2019	2018	2019	2018
Outras aplicações financeiras circulantes	14	14	21.243	16.039
Fundo de investimento	6	13.844	40.766	501.384
	20	13.858	62.009	517.423

Os fundos de investimento são representados por títulos governamentais, notas bancárias, CDBs, denominados em reais e junto a instituições financeiras, e debentures emitidas por empresas com classificação de risco B e BB+ ou superior. Os títulos governamentais brasileiros compreendem Letras do Tesouro Nacional (“LTN”), Letras Financeiras do Tesouro (“LFT”) e Notas do Tesouro Nacional (“NTN”).

As aplicações financeiras são classificadas como ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado.

Azul S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2019

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

8. Contas a receber

	Consolidado	
	31 de dezembro de	
	2019	2018
Contas a receber de clientes	1.142.704	1.039.373
Contas a receber de outros	37.878	42.406
	1.180.582	1.081.779
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	(14.716)	(12.723)
	1.165.866	1.069.056

As movimentações na provisão para créditos de liquidação duvidosa são:

	Consolidado	
	31 de dezembro de	
	2019	2018
Saldo no início do exercício	12.723	6.925
Adições	5.532	7.505
Reversões	(3.539)	(1.707)
Saldo no final do exercício	14.716	12.723

Os vencimentos do contas a receber são:

	Consolidado	
	31 de dezembro de	
	2019	2018
Não vencidos	1.151.963	1.025.211
Vencidos até 90 dias	13.903	43.845
Vencidos acima de 91 dias	14.716	12.723
	1.180.582	1.081.779

As vendas realizadas através de cartão de crédito são recebíveis junto às administradoras em parcelas de até doze meses. Em 31 de dezembro de 2019, o saldo das parcelas a receber com prazo superior a 60 dias é de R\$495.707 (31 de dezembro de 2018 - R\$691.839). Em 31 de dezembro de 2019, o prazo médio de recebimento era de 31 dias (31 de dezembro de 2018 – 37 dias).

A Companhia realiza antecipação de recebíveis das operadoras de cartões de crédito, a fim de obter recursos destinados ao capital de giro. Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2019, a Companhia antecipou recebíveis de cartão de crédito com o valor bruto de R\$3.247.722 (31 de dezembro de 2018 - R\$2.553.188). Como esses recebíveis são de empresas de cartões de crédito e apresentam baixo risco, foram transferidos sem risco para a Companhia em caso de inadimplência dos clientes. Sendo assim, o contas a receber foi desreconhecido na íntegra e os descontos relacionados a custos de juros, no montante de R\$6.449, foram reconhecidos na demonstração do resultado durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2019 (31 de dezembro de 2018 - R\$10.414).

Azul S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2019

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

9. Subarrendamento de aeronaves a receber

A Companhia celebrou transações de subarrendamento de 15 aeronaves com a TAP e os montantes a receber têm o seguinte vencimento:

	Consolidado	
	31 de dezembro de	
	2019	2018
	(reapresentado)	
2019	-	102.660
2020	98.152	102.660
2021	86.657	91.908
2022	47.136	48.897
2023	44.154	42.446
Após 2023	64.742	62.237
Arrendamento à receber (bruto)	340.841	450.808
Receita financeira não incorrida	(61.337)	(89.070)
Arrendamento à receber (líquido)	279.504	361.738
Circulante	75.052	73.671
Não circulante	204.452	288.067

Em 31 de dezembro de 2019 e 2018, não havia valores vencidos referente aos subarrendamentos de aeronaves a receber.

10. Estoques

	Consolidado	
	31 de dezembro de	
	2019	2018
Peças e materiais de manutenção	288.824	206.729
Comissaria e uniformes	5.768	9.351
Provisão para perda nos estoques (*)	(33.727)	(15.935)
	260.865	200.145

(*) Em 31 de dezembro de 2019, o montante de R\$27.999 refere-se a provisão relacionada a aceleração da transformação da frota (Nota 1).

11. Despesas antecipadas

	Consolidado	
	31 de dezembro de	
	2019	2018
	(reapresentado)	
Prêmios de seguros	47.506	33.385
Gastos com arrendamentos de aeronaves e motores	39.989	28.234
Comissão fiança	16.332	20.682
Outros gastos antecipados	57.792	54.835
	161.619	137.136
Circulante	139.403	115.453
Não circulante	22.216	21.683

Azul S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2019

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

12. Partes relacionadas

a) Remuneração do pessoal-chave da Administração

As pessoas chave da Administração incluem os conselheiros, diretores e membros do Comitê Executivo. A remuneração e os encargos pagos ou a pagar por serviços estão demonstrados a seguir:

	Consolidado	
	Exercício findo em	
	31 de dezembro de	
	2019	2018
Salários e encargos	22.187	16.275
Bônus a executivos	7.255	7.263
Plano de remuneração baseada em ações	29.129	21.508
	58.571	45.046

b) Garantias e avais concedidos pela controladora

A Companhia concedeu garantias em aluguel de imóveis para alguns de seus executivos e o total envolvido não é significativo.

c) Contrato de manutenção

A ALAB celebrou contratos de manutenção de aeronaves com a TAP Manutenção e Engenharia Brasil S/A ("TAP ME"). A TAP ME pertence ao mesmo grupo econômico da TAP.

O valor total dos serviços adquiridos pela Companhia nos termos do contrato de manutenção durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2019 foi de R\$17.552 (31 de dezembro de 2018 - R\$83.831).

Em 31 de dezembro de 2019 o saldo a pagar para a TAP ME era de R\$97 (31 de dezembro de 2018 - R\$5.663) e está registrado na rubrica "Fornecedores".

d) Contrato de Codeshare

A Companhia firmou contratos de *codeshare* com a United (um acionista) e com a TAP. O contrato de *codeshare* prevê o transporte de passageiros cujas passagens tenham sido emitidas por uma das companhias e o serviço for realizado pela outra.

Azul S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2019

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

e) Transações com a Aigle Azur

Em 31 de dezembro de 2019 a Companhia registrou na rubrica “Despesas antecipadas” e “Contas a receber”, o montante de R\$11.794 (31 de dezembro de 2018 – R\$13.330), líquido da provisão para créditos de liquidação duvidosa no montante de R\$5.055 (31 de dezembro de 2018 – R\$0).

f) Contrato de mútuo

Em 02 de setembro de 2016, a Companhia assinou um contrato de mútuo com um acionista. Em 31 de dezembro de 2019, o saldo do mútuo é de R\$12.789 (31 de dezembro de 2018 - R\$12.042). Os juros correspondem a LIBOR mais taxa de 2,3% ao ano. O prazo do contrato foi prorrogado e será totalmente pago em 2020.

g) Transações com a Breeze

Em dezembro de 2019, a Companhia assinou uma carta de intenção para o subarrendamento de até 28 aeronaves para a Breeze Aviation Group, uma companhia aérea fundada pelo sócio controlador da Azul com sede nos Estados Unidos. A transação foi aprovada pelos acionistas da Azul em Assembleia Geral Extraordinária no dia 2 de março de 2020. Em 2019 não houve fluxos financeiros relacionados à transação.

h) Transações com a TAP

i. Subarrendamento de aeronaves a receber

Em março de 2016, a Companhia subarrendou quinze aeronaves à sua parte relacionada TAP. Sete dos quinze contratos de arrendamento foram executados em um momento em que o preço do aluguel no mercado de aeronaves era menor do que quando os contratos de arrendamento originais foram executados. Embora a Companhia acredite que as taxas desses sete contratos representassem taxas de mercado aproximadas no momento da sua execução, a Companhia receberá da TAP um valor inferior ao valor que a Companhia deve pagar nos arrendamentos correspondentes.

Conforme mencionado na Nota 3, de acordo com o IFRS 16 um arrendador intermediário registra o arrendamento principal e o subarrendamento como dois contratos separados. O arrendador intermediário é requerido a classificar o subarrendamento como financeiro ou operacional por referência do direito de uso do arrendamento principal (e não por referência ao ativo subjacente como era o caso sob o IAS 17).

Por conta dessa mudança, a Companhia reavaliou a classificação de seus contratos de subarrendamento como arrendamentos financeiros, baseado nos termos e condições remanescentes do arrendamento principal e do subarrendamento na data da adoção inicial, dessa forma desreconhecendo a provisão de contrato oneroso.

Azul S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2019

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2019 a Companhia recebeu da TAP o montante de R\$126.149 (31 de dezembro de 2018 – R\$112.046) e pagou aos arrendadores o montante de R\$140.588 (31 de dezembro de 2018 – R\$129.958), referente aos quinze subarrendamentos.

ii. Bonds TAP

Em 14 de março de 2016, a Companhia adquiriu dívidas conversíveis de série A emitidas pela TAP ("*Bonds TAP*") no montante de €90 milhões. Os *Bonds TAP* são conversíveis, no total ou em parte e a opção de conversão em novas ações da TAP possui direito a benefícios econômicos preferenciais ("*Ações TAP*"). Após a conversão total, as *Ações TAP* representarão 6,0% do capital total e votante da TAP, com o direito de receber dividendos ou outras distribuições correspondentes a 41,25% dos lucros distribuíveis da TAP.

A opção pode ser exercida a partir de julho de 2016. Os *Bonds TAP* têm vencimento de 10 anos a partir de sua emissão, com juros anuais de 3,75% até 20 de setembro de 2016 e à taxa de 7,5% nos anos seguintes. Os juros provisionados serão pagos na data de vencimento ou até o resgate antecipado dos títulos, o que ocorrer primeiro.

A TAP tem o direito de resgatar antecipadamente os *Bonds TAP* se ainda não tiverem sido convertidos e (i) antes da ocorrência de um IPO ou (ii) em até 4 anos da emissão dos *Bonds TAP*, desde que a TAP esteja em conformidade com certos *covenants* financeiros. Os *Bonds TAP* serão resgatados pelo valor do principal, juntamente com os juros acumulados não pagos.

Os *Bonds TAP*, bem como a opção de convertê-los em ações TAP, foram classificados como um único ativo financeiro registrado pelo valor justo por meio do resultado no montante de R\$61.675 sob a rubrica "Resultado de transações com partes relacionadas, líquido", classificado no balanço patrimonial em "Aplicações financeiras não circulante".

iii. Outros investimentos

Em 14 de março de 2019, adquirimos uma participação econômica pós-diluição de 6,1% na *TAP da Hainan Airlines Civil Aviation Investment Limited ("HACAIL")* por US\$25 milhões equivalente a R\$96.161. A participação atual representa 20,0% e 35,6% dos direitos de voto e direitos econômicos da *Atlantic Gateway*, respectivamente. Como se trata de um investimento sem influência significativa, sem controle e sem um representante da Companhia no Conselho de administração da TAP o investimento será reconhecido como Valor Justo "Fair Value".

Em 01 de julho de 2019 a HACAIL transferiu as ações detidas pela *Atlantic Gateway* para a *Global AzulAirProjects, SGPS, S.A.*

Azul S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2019

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

O investimento é reconhecido a valor justo no balanço patrimonial em "Aplicações financeiras não circulante". Em 31 de dezembro de 2019, o ganho resultante da transação, no valor de R\$64.710, foi reconhecido integralmente no resultado sob a rubrica "Resultado de transações com partes relacionadas, líquido".

13. Depósitos em garantia e reservas de manutenção

	Consolidado	
	31 de dezembro de	
	2019	2018
Depósitos em garantia	152.635	225.230
Reserva de manutenção	1.498.898	1.321.490
	1.651.533	1.546.720
Circulante	258.212	144.192
Não circulante	1.393.321	1.402.528

Os depósitos em garantia e reservas de manutenção são denominados em dólares norte-americanos e atualizados de acordo com flutuações cambiais. Os depósitos em garantia referem-se a contratos de arrendamento de aeronaves e são reembolsáveis para a Companhia na devolução das aeronaves ao final do contrato de arrendamento. As reservas de manutenção são pagas para alguns contratos de arrendamento como garantia para a execução de determinados eventos de manutenção. Tais reservas são reembolsáveis na execução dos eventos de manutenção, respeitadas determinadas condições.

A Companhia entende que os depósitos referentes às reservas de manutenção registrados são recuperáveis pois são menores ou iguais ao custo estimado do evento de manutenção relacionado. A Companhia reconheceu baixas da reserva de manutenção na rubrica "Materiais de manutenção e reparo" na demonstração de resultados consolidados, referente aos depósitos que provavelmente não serão reembolsados dado que o último evento de manutenção antes do retorno da aeronave já foi realizado.

Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2019, a Companhia substituiu depósitos em garantia e reserva de manutenção por garantias bancárias e foi reembolsada nos montantes de R\$100.136 e R\$76.931, respectivamente (31 de dezembro de 2018 - R\$18.125 e R\$106.875, respectivamente).

Azul S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2019

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Movimentações do saldo da reserva de manutenção e depósito em garantia a seguir:

	Consolidado		
	Reserva de manutenção	Depósito em garantia	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2017	1.078.135	180.992	1.259.127
Adições	317.698	39.593	357.291
Baixas	(31.132)	(968)	(32.100)
Reembolsos	(236.987)	(23.175)	(260.162)
Variações cambiais	193.776	28.788	222.564
Saldos em 31 de dezembro de 2018	1.321.490	225.230	1.546.720
Adições	343.727	37.614	381.341
Baixas	(8.417)	-	(8.417)
Reembolsos	(210.356)	(113.137)	(323.493)
Variações cambiais	52.454	2.928	55.382
Saldos em 31 de dezembro de 2019	1.498.898	152.635	1.651.533
Circulante	258.212	-	258.212
Não circulante	1.240.686	152.635	1.393.321

14. Investimentos

a) Informações sobre investimentos, controladora

	Ações possuídas pela Companhia	Participação da Companhia		Patrimônio Líquido	Lucro líquido/ (prejuízo)
	Ordinárias	No capital social Integralizado (%)	No capital votante (%)		
Em 31 de dezembro de 2018 (reapresentado)					
ALAB	260.809.600	100	100	(2.959.176)	(875.072)
TudoAzul	80.542.264	100	100	(14.443)	7.681
Em 31 de dezembro de 2019					
ALAB	260.809.600	100	100	(5.324.874)	(2.375.023)
TudoAzul	80.542.264	100	100	23.333	(8.890)

Azul S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2019

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

b) Movimentação dos investimentos e provisão para perdas com investimentos (Controladora)

	ALAB	TudoAzul (antiga TRIP) (**)	Total dos investimentos (***)
Saldos em 31 de dezembro de 2017 (reapresentado)	(1.920.179)	808.192	(1.111.987)
Resultado de equivalência patrimonial	(875.072)	7.681	(867.391)
Resultado de equivalência patrimonial - ajustado (*)	-	(23.530)	(23.530)
Lucro não realizado	(5.849)	-	(5.849)
Impacto da adoção de novas normas	(3.266.316)	-	(3.266.316)
Reserva com base em ações da controlada	19.357	-	19.357
Capitalização de reserva de capital	3.584	-	3.584
Hedge de fluxo de caixa	(139.281)	-	(139.281)
Saldos em 31 de dezembro de 2018 (reapresentado)	(2.959.176)	792.343	(2.166.833)
Resultado de equivalência patrimonial	(2.375.023)	(8.890)	(2.383.913)
Resultado de equivalência patrimonial - ajustado (*)	-	29.612	29.612
Reserva com base em ações da controlada	7.537	-	7.537
Capitalização de reserva de capital	7.080	-	7.080
Hedge de fluxo de caixa	(5.292)	-	(5.292)
Saldos em 31 de dezembro de 2019	(5.324.874)	813.065	(4.511.809)

(*) Refere-se à amortização do valor justo decorrente da aquisição da TudoAzul (antiga TRIP), bem como valores reembolsáveis pelos antigos acionistas, referente a eventos anteriores à aquisição.

(**) Inclui o ágio por expectativa de rentabilidade futura originado da aquisição do TudoAzul (antiga TRIP) em 2012, no montante de R\$753.502, o qual representa a contraprestação transferida, menos o valor justo dos ativos adquiridos e passivos assumidos, líquidos.

(***) Saldo líquido da perda com investimento nas controladas.

15. Imobilizado e Direito de uso de ativos

O imobilizado e o direito de uso de ativos são compostos, principalmente, por aeronaves, motores, equipamentos de aeronaves.

Como resultado da análise anual de *impairment*, a Companhia registrou um *impairment* dos ativos não circulante e ativos de direito de uso de R\$2.032.207 em 2019 na rubrica “Depreciação, amortização e *impairment*” (Nota 1).

Adicionalmente, uma aeronave foi classificada como mantida para venda, pois seu valor contábil será recuperado principalmente por meio da venda e não pelo uso contínuo. A aeronave está disponível para venda imediata em sua condição atual e a venda é altamente provável. O valor justo menos custos com a venda da aeronave foi estimado como inferior ao valor contábil e foi reconhecida uma perda por redução ao valor recuperável de R\$16.325. O valor recuperável estimado foi transferido para a rubrica “Ativo disponível para venda” no balanço patrimonial.

Azul S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2019

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

15.1 Imobilizado

Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2019, a Companhia realizou transação de “*sale and leaseback*” de um motor próprio. O ganho relacionado à operação de “*sale and leaseback*” no montante de R\$6.260 cujo retroarrendamento resultou em arrendamento operacional, foi reconhecido na rubrica “Outras despesas operacionais, liquidas”.

Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2019, a Companhia realizou a venda de uma aeronave própria. A perda relacionada à venda no montante de R\$15.854 foi reconhecida na rubrica “Custos dos serviços prestados”.

Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2018, a Companhia realizou transação de “*sale and leaseback*” de um motor próprio. A perda relacionada à operação no montante de R\$6.570 foi reconhecido na rubrica “Custos dos serviços prestados”.

Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2018, a Companhia realizou a venda de sete aeronaves próprias. A perda relacionada à venda no montante de R\$144.251 foi reconhecida na rubrica “Custos dos serviços prestados”.

a) Composição:

	Consolidado		
	31 de dezembro de 2019		31 de dezembro de 2018 (reapresentado)
	Custo	Depreciação acumulada	Valor líquido
Edificações e benfeitorias	296.728	(78.131)	218.597
Equipamentos e instalações	176.814	(106.235)	70.579
Veículos	3.614	(1.535)	2.079
Móveis e utensílios	20.683	(15.119)	5.564
Equipamentos de aeronaves	1.856.138	(941.533)	914.605
Aeronaves e motores	850.391	(349.392)	500.999
Pagamentos antecipados para aquisição de aeronaves	84.578	-	84.578
Imobilizado em andamento	171.839	-	171.839
	3.460.785	(1.491.945)	1.968.840

Azul S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2019

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

b) As movimentações no custo e na depreciação acumulada são:

Consolidado					
Custo					
	31 de dezembro de 2018 (reapresentado)	Aquisições	Baixas	Transferências	31 de dezembro de 2019
Edificações e benfeitorias	146.315	124.181	(3.118)	29.350	296.728
Equipamentos e instalações	130.655	48.101	(2.091)	149	176.814
Veículos	3.238	376	-	-	3.614
Móveis e utensílios	18.797	1.891	(5)	-	20.683
Equipamentos de aeronaves	1.378.352	566.152	(72.835)	(15.531)	1.856.138
Aeronaves e motores	629.473	146.527	(149.910)	224.301	850.391
Pagamentos antecipados para aquisição de aeronaves	112.923	55.649	(45.081)	(38.913)	84.578
Imobilizado em andamento	81.023	319.275	-	(228.459)	171.839
	2.500.776	1.262.152	(273.040)	(29.103)	3.460.785

Consolidado						
Depreciação acumulada						
	31 de dezembro de 2018 (reapresentado)	Depreciações	Baixas	Transferência	Impairment	31 de dezembro de 2019
Edificações e benfeitorias	(53.030)	(25.157)	186	-	(130)	(78.131)
Equipamentos e instalações	(81.412)	(17.265)	687	-	(8.245)	(106.235)
Veículos	(1.031)	(504)	-	-	-	(1.535)
Móveis e utensílios	(13.768)	(1.356)	5	-	-	(15.119)
Equipamentos de aeronaves	(338.879)	(143.550)	42.249	-	(501.353)	(941.533)
Aeronaves e motores	(170.417)	(33.822)	32.295	-	(177.448)	(349.392)
	(658.537)	(221.654)	75.422	-	(687.176)	(1.491.945)

15.2 Direito de uso – arrendamento de aeronaves e outros

a) Composição

Consolidado				
	31 de dezembro de 2019		31 de dezembro de 2018 (reapresentado)	
	Custo	Depreciação acumulada	Valor líquido	Valor líquido
Aeronaves sob arrendamento operacionais	10.901.791	(4.619.858)	6.281.933	3.617.062
Aeronaves sob arrendamento financeiro	1.169.636	(916.173)	253.463	924.272
Motores e simuladores	484.597	(235.495)	249.102	143.829
Imóveis	114.167	(64.042)	50.125	54.150
Veículos	10.238	(7.127)	3.111	2.521
Equipamentos	20.088	(15.584)	4.502	12.994
Transporte	12.065	(12.065)	-	-
Restauração de aeronaves e motores	423.194	(178.020)	245.176	171.498
	13.135.776	(6.048.364)	7.087.412	4.926.326

Azul S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2019

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

b) As movimentações no custo e na depreciação acumulada são:

	Consolidado				
	Custo				
	31 de dezembro de 2018 (reapresentado)	Aquisições	Baixas	Transferências	31 de dezembro de 2019
Aeronaves sob arrendamento operacionais	6.943.314	4.002.981	(42.570)	(1.934)	10.901.791
Aeronaves sob arrendamento financeiro	1.289.161	28.455	(75.623)	(72.357)	1.169.636
Motores e simuladores	336.731	147.866	-	-	484.597
Imóveis	105.754	8.413	-	-	114.167
Veículos	7.999	2.239	-	-	10.238
Equipamentos	20.767	171	(850)	-	20.088
Transporte	-	12.065	-	-	12.065
Restauração de aeronave e motores	283.542	139.652	-	-	423.194
	8.987.268	4.341.842	(119.043)	(74.291)	13.135.776

	Consolidado					
	Depreciação acumulada					
	31 de dezembro de 2018 (reapresentado)	Depreciações	Baixas	Impairment	Transferências	31 de dezembro de 2019
Aeronaves sob arrendamento operacionais	(3.326.252)	(875.170)	42.570	(461.006)	-	(4.619.858)
Aeronaves sob arrendamento financeiro	(364.891)	(52.848)	10.019	(536.341)	27.888	(916.173)
Motores e Simuladores	(192.902)	(38.723)	-	(3.870)	-	(235.495)
Imóveis	(51.604)	(12.438)	-	-	-	(64.042)
Veículos	(5.478)	(1.649)	-	-	-	(7.127)
Equipamentos	(7.773)	(8.427)	616	-	-	(15.584)
Transporte	-	(12.065)	-	-	-	(12.065)
Restauração de aeronave e motores	(112.043)	(33.503)	-	(32.474)	-	(178.020)
	(4.060.943)	(1.034.823)	53.205	(1.033.691)	27.888	(6.048.364)

15.3 Direito de uso – manutenção de aeronaves próprias e arrendadas

a) Composição

	Consolidado			
	31 de dezembro de 2019		31 de dezembro de 2018 (reapresentado)	
	Custo	Depreciação acumulada	Valor líquido	Valor líquido
Checks estruturais	201.712	(153.522)	48.190	73.977
Checks estruturais em andamento	23.662	-	23.662	-
Manutenção de motores	1.149.551	(724.012)	425.539	558.923
	1.374.925	(877.534)	497.391	632.900

Azul S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2019

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

b) As movimentações no custo e na depreciação acumulada são:

	Consolidado				
	Custo				31 de dezembro de 2019
	31 de dezembro de 2018 (reapresentado)	Aquisições	Baixas	Transferências	
Checks estruturais	143.866	63.493	(9.971)	4.324	201.712
Checks estruturais em andamento	-	45.527	(10.546)	(11.319)	23.662
Manutenção de motores	779.651	425.482	(67.585)	12.003	1.149.551
	923.517	534.502	(88.102)	5.008	1.374.925

	Consolidado					31 de dezembro de 2019
	Depreciação acumulada					
	31 de dezembro de 2018 (reapresentado)	Depreciações	Baixas	Transferências	Impairment	
Checks estruturais	(69.889)	(49.313)	3.101	-	(37.421)	(153.522)
Manutenção de motores	(220.728)	(255.043)	42.003	-	(290.244)	(724.012)
	(290.617)	(304.356)	45.104	-	(327.665)	(877.534)

16. Intangível

a) Composição

	Consolidado			
	31 de dezembro de			
	2019		2018	
	Custo	Amortização acumulada	Valor líquido	Valor líquido
Ágio por expectativa de rentabilidade futura (i)	753.502	-	753.502	753.502
Licença de operação em aeroportos (ii)	82.196	-	82.196	82.196
Software	489.904	(238.118)	251.786	180.858
	1.325.602	(238.118)	1.087.484	1.016.556

b) As movimentações no custo e na amortização acumulada são como segue:

	Consolidado				31 de dezembro de 2019
	Custo				
	31 de dezembro de 2018	Aquisições	Baixas	Transferência	
Ágio por expectativa de rentabilidade futura (i)	753.502	-	-	-	753.502
Licença de operação em aeroportos (ii)	82.196	-	-	-	82.196
Software	357.457	132.447	-	-	489.904
	1.193.155	132.447	-	-	1.325.602

Azul S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2019

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

	Consolidado			
	Amortização Acumulada			
	31 de dezembro de 2018	Amortização do ano	Baixas	Transferência
Software	(176.599)	(61.519)	-	-
	(176.599)	(61.519)	-	-

- (i) O ágio por expectativa de rentabilidade futura contabilizado é originado da aquisição do TudoAzul (antiga TRIP) em 2012. O montante de R\$753.502 representa a contraprestação transferida, menos o valor justo dos ativos adquiridos e passivos assumidos, líquidos.
- (ii) Como parte da alocação do preço de compra da aquisição da TudoAzul (antiga TRIP), a Companhia reconheceu o valor das licenças de exploração de determinados aeroportos e tem vida útil indefinida.

Teste de perda por redução do valor recuperável do ágio por expectativa de rentabilidade futura e licenças de operação em aeroportos

A Companhia realizou testes anuais de perda ao valor recuperável em 31 de dezembro de 2019, definindo que o método mais adequado para estimar o valor recuperável da unidade geradora de caixa (UGC), a qual é alocada ao intangível, é a metodologia de fluxo de caixa descontado, resultando no valor em uso.

Para determinar o valor contábil da UGC, a Companhia combina os ativos intangíveis de sua UGC, pois o benefício econômico é gerado pela combinação de ambos.

As premissas utilizadas nos testes de perda do valor recuperável do ágio e outros ativos intangíveis são consistentes com os planos operacionais e as projeções internas da Companhia, elaboradas para um período de cinco anos. Após este período, presume-se uma taxa de perpetuidade de crescimento das projeções operacionais. As premissas e projeções são revisadas e aprovadas pela administração. O fluxo de caixa descontado que determinou o valor em uso da UGC foi preparado de acordo com o plano de negócios da Companhia aprovado em 12 de dezembro de 2019.

As seguintes premissas foram consideradas:

- Frota e capacidade: plano de frota operacional, utilização e capacidade das aeronaves em cada trecho;
- Receita de Passageiros: receita histórica por assento quilômetro voado com crescimento alinhado ao plano de negócios da Companhia;
- Custos Operacionais: indicadores de performance específicos por linha de custo, alinhados ao plano de negócios da Companhia, assim como variáveis macroeconômicas (vide variáveis citadas abaixo);
- Necessidades de investimento: alinhadas ao plano de negócios da Companhia.

A Companhia também considerou variáveis de mercado, como o PIB – Produto Interno Bruto (fonte: Banco Central do Brasil), dólar norte-americano (fonte: Banco Central do Brasil), barril de querosene (fonte: *Bloomberg*) e taxas de juros (fonte: *Bloomberg*).

Azul S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2019

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

A tabela abaixo demonstra a sensibilidade considerando variações no Resultado Operacional ("EBIT") e a taxa de desconto nominal

	Variações		
	1,0%	0,0%	-1,0%
Taxa de desconto antes dos impostos	9,8%	8,8%	7,8%
EBIT	-9,5%	-10,5%	-11,5%

O resultado do teste de *impairment*, que incluiu uma análise de sensibilidade das principais variáveis, demonstrou que o valor recuperável estimado é maior que o valor contábil alocado à unidade geradora de caixa e, portanto, não foi identificado nenhum ajuste do valor recuperável em 31 de dezembro de 2019.

17. Imposto de renda e contribuição social

a) Imposto de renda e contribuição social correntes

	Consolidado		
	Exercício findo em 31 de dezembro de		
	2019	2018 (reapresentado)	2017 (reapresentado)
Lucro (prejuízo) antes do imposto de renda e da contribuição social	(2.536.265)	(452.926)	414.129
Taxas de tributos aplicáveis aos lucros	34%	34%	34%
Impostos calculados às alíquotas nominais	862.330	153.995	(140.804)
Efeitos fiscais			
Lucros auferidos no exterior	(3.020)	(21.867)	(13.496)
Variação cambial sobre investimento no exterior	(7.321)	24.917	27.064
Benefício constituído (não constituído) sobre prejuízo fiscal e diferenças temporárias	(880.375)	(400.187)	56.598
Prejuízos fiscais e bases negativas de contribuição social utilizados no PERT (*)	84.712	-	83.143
Diferenças permanentes	76.958	65.971	(8.006)
Outros	(105)	(5.634)	5.885
	133.179	(182.805)	10.384
Imposto de renda e contribuição social correntes	(2.228)	(11.224)	2.875
Imposto de renda e contribuição social diferidos	135.407	(171.581)	7.509
	133.179	(182.805)	10.384

(*) Programa Especial de Regularização Tributária ("PERT").

Azul S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2019

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

b) Composição do imposto de renda e contribuição social diferidos

	Consolidado	
	31 de dezembro de	
	2019	2018 (reapresentado)
Imposto de renda e contribuição social diferidos		
Diferenças temporárias		
Provisão para riscos tributários, cíveis e trabalhistas	21.819	27.524
Receita diferida Programa TudoAzul	(148.963)	(132.740)
Arrendamento de aeronaves	1.312.552	1.371.421
Depreciação de aeronaves e motores	(48.899)	(33.973)
Variação cambial	(16.498)	(13.397)
Ganho diferido referente a venda de aeronaves	19.747	37.628
Hedge de fluxo de caixa	53.977	52.349
Valor justo dos Bonds TAP	(243.288)	(274.520)
Valor justo dos Outros investimentos (Nota 25)	(21.963)	-
Outras provisões	116.810	-
Instrumentos financeiros	(201.738)	(73.735)
Impairment	989.242	-
Valor justo de aeronaves	-	(397)
Valor justo da licença de operação em aeroportos	-	(27.947)
Combinação de negócios	-	(2.707)
Outros	73.497	61.993
Imposto de renda e contribuição social diferidos ativo / (passivo), líquido	1.906.297	991.500
Imposto de renda e contribuição social diferidos ativo / (passivo) líquidos sobre ajustes temporários contabilizados	(259.785)	(311.391)
Imposto de renda e contribuição social diferidos ativo reconhecidos sobre prejuízos fiscais	17.270	18.180
Imposto de renda e contribuição social diferidos ativo / (passivo), líquido contabilizado	(242.516)	(293.211)

A Companhia compensa ativos e passivos tributários se, e somente se, tiver um direito legal de compensar ativos e passivos tributários correntes e ativos e passivos tributários diferidos relacionados com tributos sobre a renda arrecadados pela mesma autoridade fiscal.

Os ativos tributários diferidos de diferenças temporárias são reconhecidos somente na extensão em que a sua realização seja provável. Em 31 de dezembro de 2019 a Companhia reconheceu os valores a título de imposto de renda e contribuição social diferidos sobre ativos e passivos de diferenças temporárias, no montante de R\$259.785.

A Companhia possui prejuízos fiscais que estão disponíveis indefinidamente para compensação com lucros tributáveis futuros, como segue:

	31 de dezembro de	
	2019	2018 (reapresentado)
Prejuízos fiscais e base negativa da contribuição social – líquido	1.971.779	1.829.244
Prejuízos fiscais de imposto de renda (25%)	492.945	457.311
Bases negativas de contribuição social (9%)	177.460	164.632

Azul S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2019

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Os ativos fiscais diferidos de prejuízos fiscais e bases negativas de contribuição social, no valor de R\$670.405, não foram reconhecidos em decorrência de não haver evidência de recuperação no futuro próximo, exceto para R\$17.270.

18. Empréstimos e financiamentos

	Consolidado	
	31 de dezembro de	
	2019	2018 (reapresentado)
Empréstimos	2.825.749	2.025.607
Debêntures	692.407	730.519
	3.518.156	2.756.126
Circulante	481.227	158.813
Não circulante	3.036.929	2.597.313

Os empréstimos, financiamentos e debêntures são mensurados pelo custo amortizado, utilizando o método da taxa de juros efetiva.

18.1. Empréstimos

				Consolidado		Valor intrínseco do hedge (*)	
				31 de dezembro de		31 de dezembro	
				2019	2018 (reapresentado)	2019	2018 (reapresentado)
Garantias	Encargos financeiros	Vencimento final					
Em moeda estrangeira - US\$							
Compra de aeronaves e motores	Alienação fiduciária	LIBOR + "spread" entre 2,55% e 3,60% a.a. / taxa fixa entre 4,00% e 6,07% / US Treasury + 3,25% a.a.	03/2029	896.232	100.042	(10.971)	-
Capital de giro(a) (*)	Garantia de recebíveis da Azul/Sem garantia	LIBOR + taxa fixa de 0,88% a.a. / taxa fixa de 5,90% a.a.	10/2024	1.727.882	1.656.947	(303.507)	(266.404)
Denominado em moeda nacional - R\$							
Compra de aeronaves e motores (FINAME) (**)	Investimentos e alienação fiduciária de aeronave	Taxa fixa entre 6,00% e 6,50 a.a./ SELIC +5,46% a.a.	05/2025	164.280	192.861	(3.309)	-
Capital de giro	Carta fiança	Taxa fixa de 5,0% a.a./125% a 126% do CDI	07/2021	37.355	73.376	-	-
Arrendamento financeiro	Alienação fiduciária	CDI + "spread" entre 3,97% a.a e ,4,91% a.a.	11/2019	-	2.381	-	-
Total em R\$				2.825.749	2.025.607	(317.787)	(266.404)
Passivo circulante				233.487	119.676	-	-
Passivo não circulante				2.592.262	1.905.931	(317.787)	(266.404)

Azul S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2019

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

(*) O efeito dos *hedges* designados para *hedge accounting*, estão detalhados na Nota 25. A posição de endividamento considerando os efeitos do *hedge* está detalhada na Nota 5

(**) FINAME são linhas de crédito especial do BNDES (Banco de desenvolvimento brasileiro)

a) Senior Notes

Em outubro de 2017, a Companhia precificou uma oferta no valor de US\$400 milhões de *Senior Notes*, sem garantias, com vencimento em 26 de outubro de 2024 e com taxa de juros de 5,875% por ano. Os juros serão pagos semestralmente nos dias 26 de abril e 26 de outubro de cada ano, a partir de 26 de abril de 2018.

Em 14 de dezembro de 2017, o montante total referente às *Senior Notes* foi trocado de Dólares para Reais por meio de instrumentos financeiros Swap e Opções de câmbio para proteger despesas de juros e Opções de câmbio para proteger o montante principal.

Como resultado da implementação dessa estrutura de *hedge*, em 01 de abril de 2018, a *Senior Notes* está protegida contra flutuações cambiais, até uma taxa de câmbio de R\$4,7500 por US\$1,00, acima deste patamar estará exposta apenas a diferença entre a taxa de câmbio efetiva R\$4,7500. Além disso, a Companhia se beneficiará de qualquer vantagem em relação à desvalorização do real caso a taxa de câmbio seja inferior a R\$3,2865 por US\$1,00. As opções foram financiadas, gerando um custo total de *hedge* de 99,3% do CDI.

O resultado do *hedge* registrado na rubrica “Instrumentos financeiros” ativo e passivo e a posição da dívida consolidada incluindo o efeito do *hedge* é detalhado na nota 5.

Os detalhes dessa transação são os seguintes

Estrutura da opção	Pagamento de juros		Pagamento do principal
	Abril/2018 até Abril/2019	Outubro/2019 até Outubro/2024	Outubro/2024
Prazo	US\$12 milhões	US\$12 milhões	US\$400 milhões
Notional			
Opção de venda (compra)	-	3,2865	N/A
Opção de compra (compra)	N/A	N/A	3,2865
Opção de compra (venda)	-	4,7500	4,7500

	Senior Notes	Swap
Moeda	US\$	R\$
Montante	US\$400 milhões	R\$1.314.600
Taxas	Fixa	Pós fixada
Taxas de juros	5,875%	99,3% do CDI

Azul S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2019

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

b) Os montantes não circulantes têm o seguinte vencimento:

	Consolidado	
	31 de dezembro de	
	2019	2018 (reapresentado)
2020	-	191.437
2021	202.798	59.875
2022	270.899	49.560
2023	258.422	37.016
Após 2023	1.860.143	1.568.043
	2.592.262	1.905.931

c) Em garantia dos empréstimos, foram oferecidos os seguintes ativos

	Consolidado	
	31 de dezembro de	
	2019	2018 (reapresentado)
Imobilizado e direito de uso de arrendamento (valor líquido) em garantia	7.285.497	5.144.219

d) Linha de financiamento disponível

O saldo ainda não utilizado de linha de financiamento disponível para saque em 31 de dezembro de 2019 é de R\$198.714. Este valor está disponível para saque exclusivamente para financiar os custos de manutenção dos motores dos jatos Embraer E195.

18.2. Debêntures

				Consolidado	
				31 de dezembro de	
	Garantias	Juros	Vencimento	2019	2018
Oitava emissão	Recebíveis de cartão de crédito	CDI + 1.50% p.a.	01/2019	-	40.758
Nona emissão	Recebíveis de cartão de crédito	122% do CDI	12/2021	495.548	493.990
Décima emissão	Recebíveis de cartão de crédito	117% do CDI	12/2023	196.859	195.771
Total				692.407	730.519
Circulante				247.740	39.137
Não circulante				444.667	691.382

Azul S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2019

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Os montantes classificados como não circulantes apresentam os seguintes vencimentos.

	Consolidado	
	31 de dezembro de	
	2019	2018
2020	-	296.338
2021	336.580	296.777
2022	89.044	49.131
2023	19.043	49.136
	444.667	691.382

18.3 Cláusulas restritivas “covenants”

Em 31 de dezembro de 2019, a Companhia possuía empréstimos e financiamentos no valor total de R\$1.366.842 sujeitos a cláusulas e restrições contratuais relacionadas ao nível de endividamento da Companhia e à cobertura dos pagamentos de dívidas.

Cláusula restritiva relativa a:	Indicadores para a mensuração	Frequência de mensuração
9ª emissão de debêntures 10ª emissão de notas promissórias	(i) índice de cobertura do serviço da dívida ajustado (ICSD) igual ou superior a 1.2 (ii) alavancagem financeira menor ou igual a 6.5.	Anual
Financiamento de aeronaves	i) índice de cobertura do serviço da dívida ajustado (ICSD) igual ou superior a 1.2 (ii) alavancagem financeira menor ou igual a 5.5.	Trimestral

Em 31 de dezembro de 2019, a Companhia encontrava-se em conformidade com as cláusulas contratuais restritivas relacionadas aos empréstimos e financiamentos.

19. Passivos de arrendamentos

	Consolidado	
	31 de dezembro de	
	2019	2018 (reapresentado)
Aeronaves	11.686.481	8.582.974
Motores e simuladores	347.911	254.227
Imóveis	60.648	65.151
Equipamentos	7.615	14.668
Veículos	3.089	2.726
Transportes	877	-
	12.106.621	8.919.746
Passivo circulante	1.585.233	1.237.909
Passivo não circulante	10.521.388	7.681.837

A Companhia celebrou transações de subarrendamento de 15 aeronaves com a TAP e em 31 de dezembro de 2019 tem registrado na rubrica “Subarrendamento de aeronaves a receber” o montante de R\$279.504 (31 de dezembro de 2018 – R\$361.738) (Nota 9).

Azul S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2019

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

As movimentações nos passivos de arrendamento são:

	Taxa média ponderada	31 de dezembro de 2018 (reapresentado)	Adições	Pagamentos	Provisão de juros	Baixa	Variação cambial	31 de dezembro de 2019
Arrendamento sem opção de compra								
Aeronaves e motores	8,20%	7.725.397	4.153.314	(1.865.472)	726.613	(24.775)	331.057	11.046.134
Outros	7,64%	82.545	22.888	(39.008)	8.628	(279)	(2.544)	72.230
Arrendamento com opção de compra								
	6,15%	1.111.804	32.188	(269.988)	70.767	-	43.486	988.257
Total em R\$		8.919.746	4.208.390	(2.174.468)	806.008	(25.054)	371.999	12.106.621

Os arrendamentos possuem os seguintes prazos médios de pagamentos (em anos):

	31 de dezembro de 2019	
	2019	2018 (reapresentado)
Arrendamento sem opção de compra		
Aeronaves e motores	8,26	7,33
Arrendamento com opção de compra		
	4,24	5,22

Os pagamentos mínimos futuros e o valor presente dos pagamentos mínimos de arrendamento são apresentados a seguir:

	Consolidado	
	31 de dezembro de	
	2019	2018 (reapresentado)
2019	-	1.957.371
2020	2.481.457	1.828.394
2021	2.335.363	1.726.072
2022	2.406.701	1.798.733
2023	1.875.308	1.293.654
2024	1.560.055	992.525
Posterior a 2024	5.580.166	2.324.962
Pagamento mínimo de arrendamento	16.239.050	11.921.711
Encargos financeiros	(4.132.429)	(3.001.965)
Valor presente dos pagamentos mínimos de arrendamento	12.106.621	8.919.746

Os montantes reconhecidos no resultado são apresentados abaixo:

	Consolidado	
	31 de dezembro de	
	2019	2018
Despesas de depreciação de ativos de direito de uso	(1.034.823)	(973.084)
Despesa de juros sobre passivos de arrendamento	(806.008)	(625.906)
Receita de juros sobre subarrendamento a receber	29.695	33.129
Despesas relativas a arrendamentos de curto prazo (incluídos no custo)	(79.855)	(34.434)
Total reconhecido no resultado	(1.890.991)	(1.600.295)

Azul S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2019

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Alguns arrendamentos financeiros foram designados como objeto de *hedge* de fluxo de caixa. A Companhia usou swaps de taxa de juros para converter a taxa pós fixada Libor em uma exposição de taxa fixa, protegendo as volatilidades do fluxo de caixa futuro. Os swaps de taxa de juros têm o mesmo vencimento e termos comuns que os arrendamentos financeiros que eles estão protegendo.

20. Fornecedores

	Consolidado	
	31 de dezembro de	
	2019	2018
Moeda nacional	1.202.166	994.662
Moeda estrangeira	424.411	455.777
	1.626.577	1.450.439

21. Transportes a executar

O saldo de transportes a executar é composto pelo seguinte:

	Consolidado	
	31 de dezembro de	
	2019	2018
Transportes a executar	1.408.272	1.099.978
Programa TudoAzul	685.982	572.474
	2.094.254	1.672.452

22. Provisões

	Provisões para devolução de aeronaves e motores	Provisões para riscos tributários, cíveis e trabalhistas	Provisões para contrato oneroso	Total
Saldo em 31 de dezembro de 2017	479.957	73.198	-	553.155
Adição de provisão	44.199	70.438	-	114.638
Baixa e/ou pagamento	-	(62.653)	-	(62.653)
Atualização monetária	57.064	-	-	57.064
Variação cambial	87.821	-	-	87.821
Saldo em 31 de dezembro de 2018	669.041	80.983	-	750.024
Adição de provisão	139.652	100.241	1.129.866	1.369.759
Baixa e/ou pagamento	(333.420)	(93.718)	-	(427.138)
Atualização monetária	67.366	-	18.633	85.999
Variação cambial	28.036	-	6.672	34.708
Saldo em 31 de dezembro de 2019	570.675	87.506	1.155.171	1.813.352
Circulante	68.888	-	254.553	323.441
Não circulante	501.787	87.506	900.618	1.489.911

Azul S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2019

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

22.1 Provisão para devolução de aeronaves e motores

A provisão para devolução de aeronaves e motores é baseada nos custos futuros estimados a serem incorridos de modo a atender às condições contratuais para o retorno dos motores e aeronaves mantidos sob arrendamento operacional.

22.2 Provisão para riscos tributários, cíveis e trabalhistas

A Companhia é parte em processos judiciais de natureza tributária, cível e trabalhista. A Administração, baseada na opinião e nas estimativas de seus assessores jurídicos externos e internos, concluiu que as provisões para riscos tributários, cíveis e trabalhistas são suficientes para cobrir eventuais perdas consideradas prováveis. Quando requerida, a Companhia efetua depósitos judiciais.

Essas provisões estão assim demonstradas:

	Consolidado	
	31 de dezembro de	
	2019	2018
Tributários	2.024	1.962
Cíveis	45.067	44.960
Trabalhistas	40.415	34.061
	87.506	80.983

O montante total dos processos, que de acordo com a administração representam perdas possíveis, mas não prováveis, para as quais não foi registrada provisão, são as seguintes:

	31 de dezembro de	
	2019	2018
Tributários	116.074	87.384
Cíveis	77.360	43.203
Trabalhistas	123.119	135.311
	316.553	265.898

a) Processos tributários

A Companhia tem processos fiscais que se referem a cobrança adicional de 1% da COFINS nas importações de aeronaves e motores, de acordo com o que prevê a Lei 10.865/04, a aplicação da alíquota zero da COFINS para a importação de aeronaves e partes e peças. Sendo assim, a Administração entende que as chances de perda são possíveis e, portanto, não foi constituída provisão para os referidos valores.

b) Processos cíveis

A Companhia possui ações de natureza cíveis, relacionadas principalmente às ações indenizatórias em geral, tais como atrasos e cancelamentos de voos, extravios e danos de bagagem, dentre outras.

Azul S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2019

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

c) Processos trabalhistas

A Companhia possui ações de natureza trabalhista, relacionadas principalmente discussões relacionadas a horas extras, adicional de periculosidade, adicional de insalubridade e equiparação salarial.

Em 22 de fevereiro de 2017, o Ministério Público do Trabalho ingressou com uma ação contra a Companhia alegando a violação de certos aspectos trabalhistas, como extrapolações na jornada de trabalho diário e ausência de fruição de períodos de repouso, pelos quais são reivindicados aproximadamente R\$66.000 em danos punitivos. A ação encontra-se aguardando audiência e os assessores jurídicos da Companhia classificam o processo com probabilidade de perda possível, para o qual não foi constituída provisão.

22.3 Provisão para contrato oneroso

A Companhia identificou um contrato oneroso relacionado ao plano de aceleração da transformação da frota em 31 de dezembro de 2019 (Nota 1).

23. Patrimônio líquido

a) Emissão de ações, todas nominativas e sem valor nominal, e capital autorizado

	Capital social - R\$	Ações Ordinárias	Ações preferenciais
Em 31 de dezembro de 2019	2.243.215	928.965.058	329.568.166
Em 31 de dezembro de 2018	2.209.415	928.965.058	326.631.190

Cada ação ordinária dá direito a 1 (um) voto aos acionistas em Assembleia Geral de Acionistas. As ações preferenciais de qualquer classe não conferem direito a voto. As ações preferenciais possuem: i) prioridade de reembolso de capital, ii) o direito de serem incluídas em oferta pública de compra de ações, devido à transferência do controle da Companhia, nas mesmas condições e por um preço por ação equivalente a setenta e cinco (75) vezes o preço por ação pago ao acionista controlador, iii) o direito de receber valores equivalentes a setenta e cinco (75) vezes o preço por ação ordinária após a divisão dos ativos remanescentes entre os acionistas; e iv) o direito de recebimento de dividendos iguais a setenta e cinco (75) vezes o valor pago a cada ação ordinária.

Emissão de ações e aumento de capital

Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2019, a Companhia emitiu 2.936.976 (31 de dezembro de 2018 – 4.877.470) ações preferenciais relacionadas ao exercício de opções de compra de ações, no montante de R\$33.800 (31 de dezembro de 2018 – R\$46.038).

Azul S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2019

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

b) Reserva de capital

A reserva de pagamento baseado em ações é usada para reconhecer o valor destes benefícios concedidos a empregados, incluindo a alta Administração da Companhia, como parte de sua remuneração. No exercício findo em 31 de dezembro de 2019, foi registrada uma despesa com pagamento baseada em ações no valor de R\$18.894 (31 de dezembro de 2018 – R\$22.930).

c) Dividendos

De acordo com o estatuto da Companhia, é assegurado aos acionistas um dividendo mínimo obrigatório equivalente a 0,1% do lucro líquido do exercício da Companhia, após as deduções da reserva legal, das reservas de contingências e do ajuste previsto na Lei nº 6.404/76 (Lei das Sociedades por Ações). Se a Companhia possuir prejuízos acumulados, não haverá distribuição de dividendos.

Os juros sobre o capital próprio, dedutíveis para fins de imposto de renda, pagos ou creditados, podem ser deduzidos dos dividendos obrigatórios. Os juros pagos sobre o capital próprio são tratados como pagamento de dividendos para fins contábeis.

Para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2019, 2018 e 2017, a Companhia não distribuiu dividendos.

d) Outros resultados abrangentes

As variações do valor justo dos instrumentos financeiros designados como *hedge* de fluxo de caixa são reconhecidas sob a rubrica “Outros Resultados Abrangentes”. Foi reconhecida uma perda no montante de R\$159.261 (31 de dezembro de 2018 - 153.969).

e) Ações em tesouraria

	Quantidade de ações	R\$
31 de dezembro de 2017	103.000	2.745
Aquisição	447.000	12.179
Cancelamento	(217.020)	(4.374)
31 de dezembro de 2018	332.980	10.550
Aquisição	301.008	12.853
Cancelamento	(189.743)	(7.838)
31 de dezembro de 2019	444.245	15.565

Azul S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2019

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

24. Lucro (prejuízo) por ação

O lucro ou prejuízo básico por ação ordinária é calculado dividindo o lucro (prejuízo) líquido atribuído aos acionistas da Azul pela quantidade média ponderada de ações ordinárias em circulação durante os exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e 2018 e 2017, incluindo a conversão da quantidade média ponderada de ações preferenciais, em circulação durante o período, em ações ordinárias.

O lucro ou prejuízo diluído por ação ordinária é calculado dividindo o lucro (prejuízo) líquido atribuído aos acionistas da Azul, pela quantidade média ponderada de ações ordinárias em circulação durante os exercícios findos em 31 de dezembro de 2019, 2018 e 2017, incluindo a conversão da quantidade média ponderada de ações preferenciais, em circulação durante o período, em ações ordinárias, acrescido da quantidade média ponderada de ações ordinárias que seriam emitidas na conversão de todas as ações ordinárias potenciais diluidoras em ações ordinárias.

O lucro ou prejuízo básico por ação preferencial é calculado dividindo o lucro (prejuízo) líquido atribuído aos acionistas da Azul pela quantidade média ponderada de ações preferenciais em circulação durante os exercícios findos em 31 de dezembro de 2019, 2018 e 2017, incluindo a conversão da quantidade média ponderada de ações ordinárias, em circulação durante o período, em ações preferenciais.

O lucro ou prejuízo diluído por ação preferencial é calculado dividindo o lucro (prejuízo) líquido atribuído aos acionistas da Azul, pela quantidade média ponderada de ações preferenciais em circulação durante o período, incluindo a conversão da quantidade média ponderada de ações ordinárias, em circulação durante os exercícios findos em 31 de dezembro de 2019, 2018 e 2017, em ações preferenciais, acrescido da quantidade média ponderada de ações preferenciais que seriam emitidas na conversão de todas as ações preferenciais potenciais diluidoras em ações preferenciais.

Azul S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2019

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

A tabela a seguir apresenta o cálculo do lucro (prejuízo) líquido por ação ordinária e preferencial em milhares, exceto valores por ação:

	Controladora e Consolidado		
	Exercício findo em		
	31 de dezembro de		
	2019	2018 (reapresentado)	2017 (reapresentado)
Numerador			
Lucro (prejuízo) líquido do exercício	(2.403.086)	(635.731)	424.513
Denominador			
Média ponderada do número de ações ordinárias	928.965.058	928.965.058	928.965.058
Média ponderada do número de ações preferenciais	328.571.282	325.310.485	303.200.642
75 ações preferenciais (*)	75.0	75.0	75.0
Média ponderada do número de ações preferenciais equivalentes (*)	340.957.483	337.696.686	315.586.842
Média ponderada do número de ações ordinárias equivalentes (**)	25.571.811.221	25.327.251.414	23.669.013.177
Média ponderada do número de opção de compra de ações e ações restritas	9.865.114	11.530.390	15.446.459
Média ponderada de ações que teriam sido emitidas ao preço médio de mercado	6.805.600	6.400.619	9.253.991
Lucro (prejuízo) básico por ação ordinária	(0,09)	(0,03)	0,02
Lucro (prejuízo) diluído por ação ordinária	(0,09)	(0,03)	0,02
Lucro (prejuízo) básico por ação preferencial	(7,05)	(1,88)	1,35
Lucro (prejuízo) diluído por ação preferencial	(7,05)	(1,88)	1,32

(*) Refere-se à participação no valor do patrimônio líquido total da Companhia, calculado como se todas as 928.965.058 ações ordinárias tivessem sido convertidas em 12.386.200 ações preferenciais na relação de conversão de 75 ações ordinárias para cada uma ação preferencial.

(**) Refere-se à participação no valor do patrimônio líquido total da Companhia, calculado como se a média ponderada das ações preferenciais tivessem sido convertidas em ações ordinárias na relação de conversão é de 75 ações ordinárias para cada 1 ação preferencial.

25. Instrumentos financeiros

A Companhia detém os seguintes instrumentos financeiros:

	Nível	Consolidado		Consolidado	
		Valor contábil		Valor justo	
		31 de dezembro de		31 de dezembro de	
		2019	2018 (reapresentado)	2019	2018 (reapresentado)
Ativo					
Caixa e equivalentes de caixa (Nota 6)	2	1.647.880	1.169.136	1.647.880	1.169.136
Contas a receber (Nota 8)	2	1.165.866	1.069.056	1.165.866	1.069.056
Subarrendamento de aeronaves a receber (Nota 9)	2	279.504	361.738	279.504	361.738
Aplicações financeiras (Nota 6)	2	62.009	517.423	62.009	517.423
Aplicação financeira não circulante	3	1.397.699	1.287.781	1.397.699	1.287.781
Instrumentos financeiros derivativos (*)	2	825.924	595.380	825.924	595.380
Passivo					
Fornecedores (Nota 20)	2	1.626.577	1.450.439	1.626.577	1.450.439
Empréstimos e financiamentos (*) (Nota 18)	2	3.518.156	2.756.126	3.504.754	2.742.359
Passivo de arrendamentos (*) (Nota 19)	2	12.106.621	8.919.746	12.106.621	8.919.746
Instrumentos financeiros derivativos (*)	2/3	310.190	440.994	310.190	440.994

(*) Circulante e não circulante.

Azul S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2019

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

O valor justo do contas a receber, subarrendamento de aeronaves a receber e fornecedores se aproximam de seus respectivos valores contábeis em grande parte devido ao vencimento no curto prazo desses instrumentos.

25.1 Aplicações financeiras não circulantes

A tabela a seguir apresenta a composição do saldo das aplicações financeiras não circulantes, avaliadas pelo valor justo.

	31 de dezembro de	
	2019	2018
Bond TAP	1.236.828	1.287.781
Outros investimentos (Nota 12 (h)(iii))	160.871	-
	1.397.699	1.287.781

Descrição dos *inputs* não observáveis significativos na avaliação do valor justo

Os *inputs* significativos não observáveis utilizados nas mensurações do valor justo classificadas no Nível 3 da hierarquia do valor justo, juntamente com uma análise de sensibilidade quantitativa em 31 de dezembro de 2019 e 2018, são apresentados abaixo:

Técnicas de valorização	Inputs significativos não observáveis	Taxa	Sensibilidade dos inputs ao valor justo (valores em milhões de reais)
Método de fluxo de caixa descontado	Taxa de crescimento de longo prazo para os fluxos de caixa dos anos seguintes	31 de dezembro de 2019: 2,5% (31 de dezembro de 2018: 1,9%)	10 pontos base (31 de dezembro de 2018 – 10 pontos base) de aumento (redução) na taxa de crescimento resultaria em aumento (redução) no valor justo de R\$24 (31 de dezembro de 2018 – R\$3)
	Taxa de desconto	31 de dezembro de 2019: 13,6% (31 de dezembro de 2018: 12,2%)	50 pontos base de aumento resultaria em redução no valor justo de R\$18 (31 de dezembro de 2018 - 23). 50 pontos base de redução resultaria em aumento no valor justo de R\$20 (31 de dezembro de 2018 – 25).

Reconciliação do ativo financeiro Nível 3

A movimentação do valor justo dos *Bonds* Conversíveis da TAP é detalhada a seguir:

	31 de dezembro de	
	2019	2018
Saldo no início do exercício	1.287.781	835.957
Variação cambial, ganho (perda) (*)	10.723	48.365
Juros acumulados (12.h.ii) (**)	30.184	29.630
Ajuste do valor justo (12.h.ii) (**)	116.912	13.219
Valor justo da opção de compra (12.h.ii) (**)	(208.772)	360.610
Saldo no final do exercício	1.236.828	1.287.781

Azul S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2019

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

(*) registrado na rubrica "Variações monetárias e cambiais, líquida" na demonstração do resultado.

(**) registrado na rubrica "Resultado da transação com partes relacionadas, líquido" na demonstração do resultado.

A movimentação do valor justo de Outros Investimentos é detalhada a seguir:

	31 de dezembro de	
	2019	2018
Saldo no início do exercício	-	-
Aquisição	96.161	-
Ajuste do valor justo (*)	64.710	-
Saldo no final do exercício	160.871	-

(*) registrado na rubrica "Resultado da transação com partes relacionadas, líquido" na demonstração do resultado quando da aquisição.

25.2 Instrumentos financeiros derivativos

	Consolidado			
	31 de dezembro de			
	2019		2018	
	Ativo	Passivo	Ativo	Passivo
<u>Hedge de fluxo de caixa</u>				
Contrato de swap de taxa de juros	-	(7.129)	-	(9.422)
Opções de moeda estrangeira	338.592	-	246.323	-
<u>Hedge de valor justo</u>				
Contrato de swap de taxa de juros	24.057	-	21.813	(1.732)
<u>Derivativos não designados como hedge</u>				
Swap de taxa de juros	203.636	(266.439)	93.606	(260.593)
Contrato de termo de moeda estrangeira	203.148	(1.135)	233.638	(74)
Contrato de termo de combustível	56.491	-	-	(123.224)
Opções de moeda estrangeira	-	(35.487)	-	(45.949)
	825.924	(310.190)	595.380	(440.994)

O cronograma de vencimento dos instrumentos financeiros está descrito a seguir:

31 de dezembro de 2019	Imediato	Até 6 meses	7 a 12 meses	1 a 5 anos	Total
Ativos de transações com derivativos	3.354	89.580	75.214	657.776	825.924
Passivos de transações com derivativos	(2.135)	(46.987)	(32.074)	(228.994)	(310.190)
Total de instrumentos financeiros derivativos	1.219	42.593	43.140	428.782	515.734

Azul S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2019

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Hedge de fluxo de caixa

Definição	Origem do Risco	Riscos designados para hedge	Instrumento de hedge	Reconhecimento
Hedge de exposição à variabilidade nos fluxos de caixa atribuíveis a um risco particular associado a um ativo ou passivo reconhecido ou a uma transação prevista altamente provável e que possa afetar o resultado da Companhia.	Arrendamento financeiro de aeronaves com taxa de juros pós-fixadas	Taxa de Juros (Libor USD)	Swap de Fluxo de Caixa - trocando taxa de juros pós-fixada para pré-fixada.	<ul style="list-style-type: none"> Item protegido: Custo amortizado - Passivo em contrapartida resultado. Instrumento de hedge: Valor Justo - Ativo/Passivo (MtM) em contrapartida resultado (accrual) e outros resultados abrangentes (MtM).
	Instrumento de dívida (<i>Senior Notes e Opic</i>) denominado em moeda estrangeira (somente amortização)	Variação Cambial de dólar	Opções de moeda estrangeira	<ul style="list-style-type: none"> Item protegido: Custo amortizado - Passivo em contrapartida resultado. Instrumento de hedge: Valor Justo - Ativo/Passivo (MtM) em contrapartida resultado (valor intrínseco opção - variação cambial) compensando o efeito da variação cambial da dívida e outros resultados abrangentes no Patrimônio Líquido (Valor no tempo).

Em 31 de dezembro de 2019 e 2018, a Companhia possuía contratos de *swap* designados como *hedge* de fluxo de caixa para se proteger do efeito das flutuações das taxas de juros de parte dos pagamentos de arrendamentos financeiros e contratos de opções de moeda estrangeira para proteção do principal de *Senior Notes* e do empréstimo junto à Opic em moeda estrangeira, pelos próximos 12 meses.

Em 16 de abril de 2019, a Companhia designou para contabilidade de *hedge* de fluxo de caixa opções com *notional* no montante de US\$79 milhões contratadas com o objetivo de proteção do principal do empréstimo junto à Opic.

As posições, consolidadas, são como segue:

31 de dezembro de 2019	Valor do <i>notional</i>	Posição ativa/passiva item protegido	Posição passiva	Valor justo
Hedge do fluxo de caixa de:				
Swap de taxa de juros	40.872	LIBOR US\$	Taxa fixa	(7.129)
Opções de moeda estrangeira	1.614.211	US\$	R\$	338.592
	<u>1.655.083</u>			<u>331.463</u>
31 de dezembro de 2018	Valor do <i>notional</i>	Posição ativa/passiva item protegido	Posição passiva	Valor justo
Hedge do fluxo de caixa de:				
Swap de taxa de juros	57.805	LIBOR US\$	Taxa fixa	(9.422)
Opções de moeda estrangeira	1.314.600	US\$	R\$	246.323
	<u>1.372.405</u>			<u>236.901</u>

Azul S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2019

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Os termos essenciais dos contratos de *swap* foram negociados para estarem alinhados aos termos dos empréstimos, objetos dos *hedges*. Considerando que todas as transações foram consideradas efetivas, as variações do valor justo sobre *hedge* de fluxo de caixa foram registradas na rubrica “Outros resultados abrangentes” em contrapartida da rubrica “Instrumentos financeiros” passivos ou ativos.

Os lucros e perdas dos objetos de *hedge* (*accrual* de juros e variação cambial – arrendamento financeiro e *Senior notes* respectivamente) são impactados mensalmente, e, portanto, são compensados mensalmente pelos instrumentos de *hedge* (derivativos).

Fatores que podem influenciar na eficácia do *hedge* incluem: i) diferença temporal entre instrumento de *hedge* e objeto de *hedge* e ii) risco de crédito da contraparte impactar substancialmente o valor justo do instrumento financeiros, mas não o objeto de *hedge* (*Senior Notes*).

A movimentação da reserva de *hedge* de fluxo de caixa está demonstrada abaixo:

	Consolidado		
	31 de dezembro de		
	2019	2018 (reapresentado)	2017 (reapresentado)
Saldo no início do exercício	(153.969)	(14.688)	(33.785)
Operações liquidadas durante o exercício reconhecidas no resultado	4.389	6.444	6.435
Novas transações	(7.353)	(215.765)	-
Ajuste de valor justo	(2.328)	70.040	12.662
Saldo no final do exercício	(159.261)	(153.969)	(14.688)

Hedge de valor justo

Definição	Origem do Risco	Riscos designados para hedge	Instrumento de hedge	Reconhecimento
Hedge de exposição às alterações no valor justo de ativo ou passivo reconhecido ou de compromisso firme não reconhecido.	Arrendamento financeiro de aeronaves com taxa de juros pré-fixadas	Taxa de Juros	Swap de Fluxo de Caixa - trocando taxa de juros pré-fixado para pós-fixado.	<ul style="list-style-type: none"> Item protegido: Valor Justo - Passivo em contrapartida resultado. Instrumento de hedge: Valor Justo - Ativo/Passivo em contrapartida resultado (MtM).
	Instrumentos de dívida denominados em US\$	Variação Cambial e Taxa de Juros	Swap de Fluxo de Caixa - trocando US\$ + Spread para reais em %CDI.	<ul style="list-style-type: none"> Item protegido: Valor Justo - Passivo em contrapartida resultado. Instrumento de hedge: Valor Justo - Ativo/Passivo em contrapartida resultado (MtM).

Azul S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2019

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Em 31 de dezembro de 2019, a Companhia mantinha contratos de *swap* de taxa de juros com valor *notional* de R\$139.702 (31 de dezembro de 2018- R\$163.353) na qual a Companhia recebe taxa de juros fixas e paga uma taxa variável correspondente a um percentual do CDI.

O ajuste no valor justo do swap de taxas de juros gerou um ganho não realizado de R\$24.057 (31 de dezembro de 2018-R\$20.081) e foi reconhecida sob a rubrica “Receitas financeiras”. O impacto na demonstração do resultado foi compensado por um ajuste negativo no valor da dívida protegida. Não houve ineficácia durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2019.

Derivativos não designados como “*hedge accounting*”

i. Contrato de termo de moeda estrangeira

A Companhia está exposta ao risco de flutuação no dólar norte-americanos e, portanto, celebra contratos de moeda “NDF – *Non Deliverable Forward*” devidamente registrados na CETIP com bancos de primeira linha.

Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2019 a Companhia tinha contratos de NDF no montante de US\$426 milhões (31 de dezembro de 2018 – US\$375 milhões). O ajuste do valor justo desses contratos gerou um ganho não realizado de R\$202.013 (31 de dezembro de 2018 – R\$233.564).

ii. Opções de moeda estrangeira

Em 31 de dezembro de 2019, a Companhia possui operações de opções de moeda estrangeira com valor *notional* de US\$195 milhões (31 de dezembro de 2018 - US\$159 milhões) dos quais US\$118 milhões (31 de dezembro de 2018 - US\$129 milhões) estão relacionados ao *Senior Notes*, US\$30 milhões (31 de dezembro de 2018 - US\$30 milhões) referem-se a um empréstimo em dólares e US\$47 milhões estão relacionados à operação da Opic. As opções resultaram no reconhecimento de perdas não realizadas de R\$35.487 em 31 de dezembro de 2019 (31 de dezembro de 2018 – R\$45.949).

iii. Swap de taxa de juros

Em 31 de dezembro de 2019, a Companhia possui operações de *swap* de taxas de juros relacionadas ao *Senior Notes* e a operação da Opic. As mudanças no valor justo desses instrumentos resultaram no reconhecimento de perdas não realizadas de R\$62.803 (31 de dezembro de 2018 – R\$166.987).

Azul S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2019

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

iv. Contrato de termo de combustível

Em 31 de dezembro de 2019, a Companhia possui contratos de NDF no Mercado de Balcão com oito contrapartes diferentes no mercado local indexados ao contrato de termo de combustível negociado na NYMEX, negociados em tranches mensais, com valor *notional* de R\$1.244.869 (31 de dezembro de 2018 - R\$804.929). O valor justo desses instrumentos totalizou um ganho não realizado de R\$56.491 (31 de dezembro de 2018 –perda de R\$123.224).

Valor justo dos instrumentos financeiros

A seguinte hierarquia é usada para determinar o valor justo de instrumentos financeiros:

Nível 1: preços cotados, sem ajustes, nos mercados ativos para ativos ou passivos idênticos;

Nível 2: outras técnicas para as quais todos os dados que tenham efeito significativo sobre o valor justo registrado sejam observáveis, direta ou indiretamente;

Nível 3: técnicas que usam dados que tenham efeito significativo no valor justo registrado que não sejam baseados em dados observáveis no mercado.

Ativos mensurados a valor justo	31 de dezembro de 2019	Nível 1	Nível 2	Nível 3
<u>Ativos financeiros a valor justo</u>				
Caixa e equivalentes de caixa (Nota 6)	1.647.880		1.647.880-	-
Aplicações financeiras circulantes (Nota 7)	62.009		62.009	-
Aplicação financeira não circulante (Nota 25) (c)	1.397.699	-	-	1.397.699
Swap de taxa de juros - opções a valor justo (b)	24.057	-	24.057	-
Swap de taxa de juros - não designado como hedge	203.636	-	203.636	-
Contrato de moeda estrangeira	203.148	-	203.148	-
Contrato de opção de moeda estrangeira	338.592	-	338.592	-
Contrato de termo de combustível	56.491	-	56.491	-
Passivos mensurados a valor justo	31 de dezembro de 2019	Nível 1	Nível 2	Nível 3
<u>Passivos financeiros a valor justo</u>				
Swap de taxa de juros - hedge de fluxo de caixa	(7.129)	-	(7.129)	-
Swap de taxa de juros - não designado como hedge	(266.439)	-	(266.439)	-
Contrato de opção de moeda estrangeira	(35.487)	-	(35.487)	-
Contrato de termo de combustível	(1.135)	-	(1.135)	-
Ativos mensurados a valor justo	31 de dezembro de 2018	Nível 1	Nível 2	Nível 3
<u>Ativos financeiros a valor justo</u>				
Caixa e equivalentes de caixa (Nota 6)	1.169.136		1.169.136	-
Aplicações financeiras circulantes (Nota 7)	517.423	-	517.423	-
Aplicação financeira não circulante (Nota 25) (b)	1.287.781	-	-	1.287.781
Swap de taxa de juros - opções a valor justo (a)	21.813	-	21.813	-
Swap de taxa de juros - não designado como hedge	93.606	-	93.606	-
Contrato de moeda estrangeira	233.638	-	233.638	-
Contrato de opção de moeda estrangeira	246.323	-	246.323	-

Azul S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2019

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Passivos mensurados a valor justo	31 de dezembro de 2018	Nível 1	Nível 2	Nível 3
Passivos financeiros a valor justo				
Swap de taxa de juros - <i>hedge</i> de fluxo de caixa	(9.422)	-	(9.422)	-
Swap de taxa de juros - <i>opções a valor justo (a)</i>	(1.732)	-	(1.732)	-
Swap de taxa de juros - <i>não designado como hedge</i>	(260.593)	-	(260.593)	-
Contrato de opção de moeda estrangeira	(45.949)	-	(45.949)	-
Contrato de moeda estrangeira	(74)	-	(74)	-
Contrato de termo de combustível	(123.224)	-	(123.224)	-

(a) Parcela dos saldos dos empréstimos do FINAME PSI e do FINAME Convencional, apresentados pelo seu valor ajustado ao risco coberto, aplicando as regras de contabilidade de *hedge* de valor justo.

(b) A Companhia calcula o valor justo da opção de compra baseada em uma avaliação da TAP e modelo binomial considerando o prazo de opção, taxa de desconto e volatilidade de mercado de companhias aéreas com capital aberto em bolsas de valores, calculados com uma média de 2 anos. A quantia resultante do modelo binomial calculado em Euros foi convertida em Reais utilizando a taxa de câmbio do período (Nota 25).

26. Receita

	Consolidado		
	Exercício findo em		
	31 de dezembro de		
	2019	2018 (Reapresentado)	2017 (Reapresentado)
Receita			
Transporte de passageiros	11.198.585	9.029.960	6.985.044
Cargas e outras receitas	604.297	430.725	1.054.761
Receita bruta	11.802.882	9.460.685	8.039.805
Impostos incidentes sobre:			
Transporte de passageiros	(290.696)	(359.828)	(289.704)
Cargas e outras receitas	(69.869)	(43.793)	(45.270)
Total de impostos	(360.565)	(403.621)	(334.974)
Receita líquida	11.442.317	9.057.064	7.704.831

27. Custos dos serviços prestados, despesas comerciais e administrativas

	Consolidado					
	Exercício findo em					
	31 de dezembro					
	2019			2018 (reapresentado)	2017 (reapresentado)	
	Custos dos serviços prestados	Despesas comerciais	Despesas administrativas	Total	Total	Total
Combustível de aviação	(3.085.603)	-	-	(3.085.603)	(2.644.261)	(1.848.195)
Salários e benefícios	(1.593.645)	(27.233)	(247.524)	(1.868.402)	(1.413.017)	(1.296.166)
Tarifas aeroportuárias	(724.971)	-	-	(724.971)	(592.100)	(490.569)
Prestação de serviços de tráfego	(476.481)	-	-	(476.481)	(395.394)	(357.841)
Comerciais e publicidade	-	(444.079)	-	(444.079)	(368.663)	(309.540)
Materiais de manutenção e reparo	(354.105)	-	-	(354.105)	(250.105)	(484.156)
Depreciação, amortização e <i>impairment</i> (*)	(3.606.128)	-	(64.756)	(3.670.884)	(1.284.050)	(1.063.378)
Outras despesas operacionais, líquidas (*)	(1.525.892)	-	(487.300)	(2.013.192)	(915.850)	(612.194)
	(11.366.826)	(471.312)	(799.580)	(12.637.717)	(7.863.440)	(6.462.039)

(*) Inclui itens não recorrentes constituídos pelo *impairment* e custos relacionados ao subarrendamento de 53 aeronaves E195, totalizando R\$2.873.157 (Nota 1).

Azul S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2019

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

28. Resultado financeiro

	Controladora			Consolidado		
	31 de dezembro de			31 de dezembro de		
	2019	2018	2017	2019	2018 (reapresentado)	2017 (reapresentado)
Receita financeira						
Juros sobre aplicações financeiras (a)	276	960	1.379	12.462	31.947	50.604
Subarrendamento	-	-	-	29.695	33.129	33.467
Outras	488	1.182	4.126	29.914	9.446	44.201
	764	2.142	5.505	72.071	74.522	128.272
Despesas financeiras						
Juros sobre empréstimos (*)	-	-	-	(195.688)	(164.294)	(235.184)
Juros sobre arrendamento (*)	-	-	-	(732.723)	(606.076)	(484.300)
Juros sobre arrendamento financeiro (*)	-	-	-	(73.284)	(75.313)	(72.481)
Juros sobre antecipação de recebíveis de cartão de crédito	-	-	-	(13.477)	(10.625)	(36.188)
Juros e multas sobre outras operações	(1.807)	(4.658)	(574)	(129.954)	(79.822)	(110.375)
Comissão de garantia	-	-	-	(30.977)	(26.187)	(24.880)
Custo de empréstimo	-	-	-	(12.549)	(23.169)	(36.598)
Atualização monetária	-	-	-	(88.015)	(56.827)	(41.439)
Outros	(610)	(286)	(2.048)	(52.857)	(52.515)	(37.153)
	(2.417)	(4.944)	(2.622)	(1.329.524)	(1.094.828)	(1.078.598)
Instrumentos financeiros derivativos, líquido	-	-	-	325.452	298.094	(90.171)
Variações monetárias e cambiais, líquida	9.213	43.688	49.965	(391.905)	(1.306.063)	34.859
Resultado financeiro líquido	7.560	40.886	52.848	(1.323.906)	(2.028.275)	(1.005.638)

(*) Os juros e despesas de ativos e passivos, demonstrados na demonstração de fluxo de caixa, no montante de R\$1.082.256 em 31 de dezembro de 2019 (31 de dezembro de 2018 - R\$867.132) estão sendo apresentados nestas linhas.

29. Compromissos

a) Compromissos para futuras aquisições de aeronaves

A Companhia possui contratos para a aquisição de 94 aeronaves (31 de dezembro de 2018 – 94), em que os seguintes pagamentos futuros serão realizados:

	Consolidado	
	31 de dezembro de	
	2019	2018
Até um ano	2.815.674	243.857
Mais de um ano, até cinco anos	10.031.346	10.695.827
Mais de cinco anos	2.625.245	3.960.657
	15.472.265	14.900.341

Azul S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2019

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

b) Cartas de crédito

Em 31 de dezembro de 2019 a Companhia emitiu cartas de crédito no montante de US\$529 milhões (31 de dezembro de 2018 - US\$282 milhões), equivalente a R\$2.134.186 (31 de dezembro de 2018 - R\$1.091.744) e fianças bancárias no montante de R\$50.432 (31 de dezembro de 2018 - R\$47.676) em relação a depósitos em garantia, reservas de manutenção e fianças locais.

30. Plano de outorga baseada em ações

30.1. Plano de opção de compras de ações

30.1.1. Primeiro plano de opção

Em AGE realizada no dia 11 de dezembro de 2009, foi aprovado o Plano de Opção de Compra de Ações (“Primeiro Plano de Opção”) para a emissão de opções de compra de ações preferenciais Classe A por seus beneficiários. O plano tem um prazo de 10 anos, sendo que nenhuma opção poderá ser outorgada após esta data.

As condições para exercício das opções são, além de um período de aquisição de quatro anos, a ocorrência de uma Oferta Pública Inicial (IPO)

30.1.2. Segundo plano de opção

Em AGE realizada no dia 30 de junho de 2014, foi aprovado o Plano de Opção de Compra de Ações da Companhia (“Segundo Plano de Opção”) para a emissão de opções de compra de ações preferenciais Classe A por seus beneficiários.

As condições para exercício das opções do Segundo Plano de Opção, antes do IPO, eram, além de um período de aquisição de quatro anos, a ocorrência do IPO. Adicionalmente, as opções têm um tempo de duração de oito anos.

As opções emitidas no Segundo Plano de Opções, após o IPO, exigem um período de aquisição de 4 anos. As opções têm um tempo de duração de dez anos e o preço de exercício deve ser igual ao menor preço da ação negociada no mercado durante os trinta pregões anteriores à data da outorga das opções aprovada pelo Conselho de Administração.

30.1.3. Terceiro plano de opção

Em AGE realizada no dia 10 de março de 2017 foi aprovado o Plano de Opção de Compra de Ações da Companhia (“Terceiro Plano de Opção”) para a emissão de opções de compra de ações preferenciais Classe A por seus beneficiários.

As condições para exercício das opções são, além de um período de aquisição de cinco anos, a ocorrência do IPO. As opções têm um tempo de duração de cinco anos e só podem ser exercidas dentro de 15 dias após cada aniversário de aquisição.

Azul S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2019

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

30.1.4. Informações sobre o valor justo de opções de ações e despesas

O valor justo na data de concessão de opções de ações foi mensurado pelo modelo de Black-Scholes usando os dados abaixo. A volatilidade estimada foi calculada com base na volatilidade histórica de ações de companhias aéreas listadas nas bolsas de valores do Brasil e do restante da América Latina.

	Primeiro Plano de Opção							Terceiro Plano de Opção	
	1º	2º	3º						
	Programa	Programa	Programa						
Total de opções concedidas	5.032.800	1.572.000	656.000						
Reunião do Comitê de remuneração	11-dez-09	24-mar-11	05-abr-11						
Total de opções em circulação	303.700	284.000	12.460						
Preço de exercício da ação	R\$3,42	R\$6,44	R\$6,44						
Valor justo da opção na data da concessão	R\$1,93	R\$4,16	R\$4,16						
Volatilidade estimada do preço da ação	47,67%	54,77%	54,77%						
Dividendo esperado	1,10%	1,10%	1,10%						
Taxa de retorno livre de risco	8,75%	12,00%	12,00%						
Vencimento médio remanescente (em anos)	-	-	-						
Duração da ação	Indefinido	Indefinido	Indefinido						
Prazo médio	7 anos	7 anos	7 anos						

	Segundo Plano de Opção				Terceiro Plano de Opção	
	1º	2º	3º	4º		
	Programa	Programa	Programa	Programa	1º Programa	
Total de opções concedidas	2.169.122	627.810	820.250	680.467	9.343.510	
Reunião do Comitê de remuneração	30-jun-14	01-jul-15	01-jul-16	06-jul-17	14-mar-17	
Total de opções em circulação	861.197	231.638	391.176	494.491	5.606.106	
Preço de exercício da ação	R\$19,15	R\$14,51	R\$14,50	R\$22,57	R\$11,85	
Valor justo da opção na data da concessão	R\$11,01	R\$10,82	R\$10,14	R\$12,82	R\$4,82	
Volatilidade estimada do preço da ação	40,59%	40,59%	43,07%	43,35%	50,64%	
Dividendo esperado	1,10%	1,10%	1,10%	1,10%	1,10%	
Taxa de retorno livre de risco	12,46%	15,69%	12,21%	10,26%	11,32%	
Vencimento médio remanescente (em anos)	-	-	0,4	1,5	2,2	
Duração da ação	8 anos	8 anos	8 anos	10 anos	5 anos	
Prazo médio	4,5 anos	4,5 anos	4,5 anos	5,5 anos	5 anos	

As mudanças nos planos de opções de compras de ações são como a seguir:

	Número de ações	Média ponderada do preço de exercício (em reais)
Em 31 de dezembro de 2017	16.250.687	R\$11,69
Canceladas	(182.388)	R\$18,48
Exercidas	(4.877.470)	R\$9,44
Em 31 de dezembro de 2018	11.190.829	R\$12,55
Canceladas	(69.085)	R\$20,70
Exercidas	(2.936.976)	R\$11,51
Em 31 de dezembro de 2019	8.184.768	R\$12,85

Número de opções exercíveis em:

31 de dezembro de 2019	2.294.135	R\$13,81
31 de dezembro de 2018	2.572.640	R\$11,60

Azul S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2019

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

A despesa de remuneração baseada em opção de ações durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2019 foi de R\$12.742 (31 de dezembro de 2018 - R\$16.677) reconhecido na demonstração do resultado.

30.2. Plano de Unidade de Ações Restritas

Em AGE realizada no dia 30 de junho de 2014, foi aprovado o Plano de Unidades de Ações Restritas ("Plano de RSU"). Nos termos do Plano de RSU, um valor fixo (em reais) foi outorgado aos participantes, que seria liquidado em uma quantidade de ações preferenciais determinada pela divisão do valor monetário da outorga pelo preço por ação (não descontado) das ações preferenciais no IPO.

As condições para o exercício do Plano de RSU, antes do IPO, eram, além de um período de aquisição de 4 anos, a ocorrência do IPO. Na data do IPO, o valor monetário dos prêmios foi convertido em unidades com base no valor justo das ações preferenciais na mesma data. O passivo relacionado foi reclassificado para o patrimônio líquido de acordo com o método de liquidação pós-IPO.

As outorgas subsequentes são mensuradas com base no valor justo da ação na data de concessão dos prêmios.

30.2.1. Informações sobre o valor justo e despesas de ações restritas

	Reunião do Comitê de remuneração	Total de opções concedidas	Total de ações em circulação	Valor justo da ação (em reais)
1º programa	30-jun-14	487.670	7.934	R\$ 21,00
2º programa	01-jul-15	294.286	8.094	R\$ 21,00
3º programa	01-jul-16	367.184	75.527	R\$ 21,00
4º programa	06-jul-17	285.064	122.740	R\$ 24,17
5º programa	07-ago-18	291.609	205.099	R\$ 24,43
6º programa	05-ago-19	170.000	170.000	R\$51,65
		1.895.813	589.394	

As mudanças no plano de ações restritas são como a seguir:

	Número de ações
Em 31 de dezembro de 2017	809.946
Concedidas	291.609
Canceladas	(72.303)
Exercidas	(299.659)
Em 31 de dezembro de 2018	729.593
Concedidas	170.000
Canceladas	(49.748)
Exercidas	(260.451)
Em 31 de dezembro de 2019	589.394

Azul S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2019

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

A despesa de remuneração baseada em ações durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2019 em relação ao RSU foi de R\$6.152 (31 de dezembro de 2018 - R\$6.254) reconhecido na demonstração do resultado.

30.3. Plano de Opção Virtual de Compra de Ações

Em 7 de agosto de 2018, o Comitê de Remuneração aprovou o Plano de Opção Virtual de Compra de Ações ("*Phantom Shares*"). O plano consiste em uma remuneração em dinheiro, não havendo, no entanto, a previsão de negociação efetiva das ações, uma vez que não haverá emissão e/ou entrega de ações para liquidação do plano. Esses valores são registrados como uma provisão a pagar, com sua contrapartida no resultado do exercício, com base no valor justo das *Phantom Shares* outorgadas e pelo período de aquisição ao direito de exercício (*vesting period*). O valor justo deste passivo é revisado e atualizado a cada período de divulgação, de acordo com a variação do valor justo do benefício outorgado e a aquisição do direito de exercício.

As opções emitidas no *Phantom Shares* exigem um período de aquisição de 4 anos, têm um tempo de duração de oito anos e o preço de exercício deve ser igual ao menor preço da ação negociada no mercado durante os trinta pregões anteriores à data da outorga das opções aprovada pelo Comitê de Remuneração. A volatilidade estimada foi calculada com base na volatilidade histórica de ações de companhias aéreas listadas nas bolsas de valores do Brasil e do restante da América Latina

30.3.1. Informações sobre o valor justo e despesas de opções virtuais de compra de ações

O valor justo da concessão de opções de ações foi mensurado pelo modelo de Black-Scholes usando os dados abaixo.

	Primeiro Plano	
	1º Programa	2º Programa
Total de opções concedidas	707.400	405.000
Reunião do Comitê de remuneração	07-ago-18	05-ago-19
Total de opções em circulação	560.908	405.000
Preço de exercício da ação	R\$20,43	R\$42,09
Valor justo da opção	R\$40,41	R\$25,34
Volatilidade estimada do preço da ação	34,00%	38,8%
Dividendo esperado	1,10%	1,10%
Taxa de retorno livre de risco	6,40%	6,40%
Vencimento médio remanescente (em anos)	2,6	3,6
Duração da ação	8 anos	8 anos
Prazo médio	6 anos	4,5 anos

Azul S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2019

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

As mudanças no plano de opções virtuais de compra de ações são como a seguir:

	Número de ações
Em 31 de dezembro de 2018	<u>707.400</u>
Concedidas	405.000
Canceladas	(47.889)
Pagas	(98.603)
Em 31 de dezembro de 2019	<u>965.908</u>

O passivo registrado em 31 de dezembro de 2019 é de R\$11.647 (31 de dezembro de 2018 - R\$1.596) e está apresentado no balanço patrimonial sob a rubrica "Salários, provisões e encargos sociais".

A despesa de remuneração baseada em ações durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2019 em relação a *Phantom Shares* foi de R\$13.373 (31 de dezembro de 2018 - R\$1.184).

31. Eventos Subsequentes

- Conforme descrito na Nota 1, em 21 de fevereiro de 2020, a Companhia assinou uma oferta vinculante para adquirir a empresa aérea regional Two Taxi Aéreo LTDA. ("TwoFlex") por R\$123 milhões.

A oferta permanece sujeita a condições como conclusão da auditoria, negociação de um contrato de compra e venda, e aprovações regulatórias.

- Em 28 de janeiro de 2020, a Companhia anunciou que espera subarrendar 53 aeronaves Embraer E195.
- Em 06 de fevereiro de 2020, conforme comunicado ao mercado, a Companhia assinou acordo de Joint Venture com a TAP, com intuito de aumentar a conectividade entre o mercado doméstico brasileiro e o mercado europeu, a transação será submetida para aprovações regulatórias.
- Em 02 de março de 2020, a Assembleia Geral Extraordinária aprovou os termos da Carta de Intenção para o subarrendamento de até 28 aeronaves Embraer E195 para a Breeze Aviation Group, uma companhia aérea fundada pelo sócio controlador da Azul com sede nos Estados Unidos.
- Em dezembro de 2019, um novo agente de coronavírus ("COVID-19") foi relatada em Wuhan, China. A Organização Mundial da Saúde declarou COVID-19 como uma "Emergência em Saúde Pública de Interesse Internacional".

Azul S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2019

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

A Companhia está monitorando de perto o impacto potencial do COVID-19 seus resultados de 2020, e sua principal prioridade continua sendo a saúde e a segurança de seus tripulantes e clientes.

Com base nas melhores informações disponíveis, a Companhia está tomando medidas para reduzir qualquer impacto:

- Redução da capacidade internacional entre 20% a 30% para refletir o ambiente atual de demanda
- Preventivamente, redução do crescimento doméstico
- Seguimento com a substituição de E1 por E2, enquanto as entregas incrementais foram suspensas
- Novas contratações suspensas e lançamento do programa de licença não remunerada
- Negociação de novas condições de pagamento com parceiros para preservar caixa